

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário
ISSN 0870-1865
16 de Julho de 1992
Preço: 120\$00
(IVA incluído)
Nº 969
Director:
Carlos Brito

XIV

Comité Central aprova
resolução sobre a preparação
do XIV Congresso do PCP
e Regulamento
das assembleias de debate
e eleição de delegados

Congresso em marcha

• Editorial • Separata páginas centrais

Revisão da lei da greve: é preciso fazer recuar o Governo

Págs. 5 e 6

CC analisa situação política

Págs. 3 e 4

Comentário do PCP à comunicação do Presidente da República

O Gabinete de Imprensa do PCP divulgou
anteontem à noite um comentário, que aqui
reproduzimos na íntegra, à comunicação que o
Presidente da República fez ao País.

1. O Gabinete de Imprensa está em condições de
informar que independentemente de um juízo ulterior
mais aprofundado, desde já se pode expressar a seguin-
te apreciação do PCP.

2. O Presidente da República procura manifesta-
mente impedir que a vida política nacional e as rela-
ções entre os órgãos de soberania se desenvolvam em
termos exaltados e insultuosos, desprestigiantes para
as próprias instituições. Esta atitude é positiva.

3. Quanto ao fundo da questão que caracteriza a
actual situação política, a comunicação do Presidente
da República naturalmente não a resolve nem a supe-
ra.

4. No entender do PCP, o mais grave problema da
hora presente é a actuação do Governo visando a des-
truição de elementos componentes fundamentais do
regime democrático respeitantes às instituições e aos
direitos e liberdades dos cidadãos, às estruturas da eco-
nomia portuguesa, aos direitos dos trabalhadores e
demais direitos sociais, e à cultura.

Acresce uma política externa de capitulação nacio-
nal que compromete gravemente a independência e
soberania nacionais.

É de sublinhar que muitos dos decretos, propostas
de lei e outras medidas e iniciativas do Governo, além
de gravemente lesivas de interesses vitais de grande
parte do povo português, são manifestamente incons-
titucionais.

5. A tentativa de governamentalização do regime,
que compromete o regular funcionamento das insti-
tuições, não pode deixar de ser combatida. Isso implica
o respeito pelos direitos dos cidadãos e pelas compe-
tências e independência dos outros órgãos de soberania
(Presidente da República, Assembleia da República, e
Tribunais) assim como do Poder Local democrático.

14.7.92

O Gabinete de Imprensa do PCP

Todos contra o lixo no litoral alentejano

— reportagem
de Leandro Martins

Págs. 14, 15 e 16

Toxicodependência e narcotráfico

Situação alarmante a enfrentar com decisão

— artigo
de Francisco Lopes

Pág. 17

EDITORIAL

O XIV Congresso em marcha



O Comité Central do PCP examinou a situação política e adiantou a preparação do 14º Congresso do Partido

RESUMO

8
Quarta-feira

Guardas florestais em greve protestam junto da Direcção-Geral das Florestas contra a falta de meios e o abandono a que estão votados ■ Trabalhadores aduaneiros em despachantes, em greve até sábado, concentram-se frente à Assembleia da República ■ Centena e meia de moradores de Riba d'Ave permanecem 9 horas em jejum no átrio da CM de Vila Nova de Famalicão, exigindo que não seja instalada na freguesia uma estação de tratamento de resíduos sólidos ■ O Tribunal Constitucional aprecia favoravelmente o decreto-lei que extingue o Teatro Nacional de S. Carlos e chumba um diploma da Assembleia Regional dos Açores sobre trabalho suplementar ■ O Parlamento Europeu encerra formalmente a presidência portuguesa da CE e pronuncia-se pela recondução de Jacques Delors à frente da Comissão Europeia ■ Inicia-se em Helsínquia a cimeira da Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa ■ O Vietname protesta contra um desembarque de militares chineses no recife do arquipélago de Spratleys que ali foram colocar um marco de soberania ■ Lech Walesa dá o seu acordo à composição do governo polaco que terá por primeira-ministra Hanna Suchocka, apoiada por sete partidos saídos do Solidariedade ■ Terminam em Londres três dias de conversações sobre o Ulster ■ Um acordo entre o governo e os camionistas abre as portas ao fim do bloqueio das principais rodovias francesas ■ Chega ao fim a cimeira do Grupo dos Sete, que reuniu em Munique, durante três dias, os líderes dos países mais industrializados.

9
Quinta-feira

Reúne o Comité Central do PCP, que debate a situação política e a preparação do 14º Congresso do Partido ■ Na AR discute-se a aquisição na Áustria, em 1986, pelo Ministério da Saúde, de lotes de «factor VIII» que contaminaram com sida hemofílicos portugueses ■ Juristas afirmam num debate organizado pela UGT que o projecto do PSD para revisão da lei da greve é inconstitucional ■ A ANPES anuncia publicamente a sua intenção de criar uma Ordem dos Professores ■ O Parlamento Europeu aprova uma resolução condenando a ocupação de Timor-Leste pela Indonésia e exigindo a libertação dos timorenses presos ■ A Amnistia Internacional divulga em Londres o seu relatório anual sobre violações dos direitos humanos ■ Nelson Mandela acusa o governo sul-africano de se agarrar ao poder e rejeita conversações directas com De Klerk ■ A China reafirma a sua soberania sobre as ilhas Nansha ou Spratley, reclamadas também pelo Vietname, Taiwan, Malásia, Brunei e Filipinas.

10
Sexta-feira

Num plenário com mais de um milhar de trabalhadores, é decidido retomar a greve dos aduaneiros na segunda-feira e por mais uma semana ■ Por a cobertura da ban-

cada central ameaçar ruir, o Governo interdita a utilização daquela área no Estádio de Alvalade ■ A Nato e a UEO decidem em Helsínquia (numa reunião à margem da CSCE) impor um bloqueio naval à Jugoslávia ■ Inicia-se em Bordéus o congresso extraordinário do Partido Socialista Francês ■ O Conselho Federal aprova a despenalização do aborto na Alemanha a partir de Janeiro de 1993 ■ A Assembleia Nacional cubana inicia a revisão da Constituição do país.

11
Sábado

José Saramago recebe o Grande Prémio do Romance e Novela de 1991 da Associação Portuguesa de Escritores, numa cerimónia com a presença do Presidente da República ■ A Anafre anuncia que vai processar o Estado português no Tribunal Europeu por desrespeitar a Carta Europeia da Autonomia Local ■ Dois anos e meio depois da invasão do Panamá para capturar o então presidente, Manuel Noriega é condenado em Miami a 40 anos de prisão, acusando, no seu depoimento, George Bush de intervir para influenciar a sentença ■ O parlamento polaco aprova o governo de Hanna Suchocka.

12
Domingo

«Não me falta dinheiro para aquilo que quero fazer» na SEC, diz Santana Lopes em entrevista ao DN ■ Reúne o Conselho Nacional do PSD ■ O Partido Trabalhista de Israel aprova a composição do governo de coligação chefiado por Yitzhak Rabin.

13
Segunda-feira

Vitivinicultores que se manifestam frente à Casa do Douro, na Régua, sofrem uma violenta carga policial ■ A presidência britânica coloca sérias dúvidas ao aumento dos fundos previsto no Pacote Delors II, no Conselho de Ministros das Finanças dos doze ■ Em Nova Iorque inicia-se a Convenção do Partido Democrático ■ Um portavoz indonésio afirma que foram mortos pelas tropas ocupantes três guerrilheiros timorenses.

14
Terça-feira

A CGTP-IN promove uma jornada nacional de protesto contra os projectos de revisão da lei da greve apresentados na AR pelo PSD e o CDS ■ O Presidente da República dirige uma mensagem ao País ■ O PCP apresenta na AR dois projectos de lei sobre prevenção e combate à toxicodependência ■ O CNJ protesta frente à Secretaria de Estado da Juventude contra a falta de medidas e apoios prometidos pelo Governo aos jovens ■ A OLP manifesta reservas quanto ao plano de paz apresentado ontem pelo novo primeiro-ministro israelita.

A

reunião do Comité Central do PCP, de 9 de Julho, sem descurar o atento acompanhamento da situação no País, dedicou uma especial atenção às questões relativas à preparação do XIV Congresso do Partido, tanto no plano político como no plano técnico.

Ao deliberar que o Congresso se realizará em Almada e confirmar os dias 4, 5 e 6 de Dezembro para a sua efectivação, o Comité Central deixou definitivamente resolvidos os problemas de data e local.

Mas o que mais avulta nos trabalhos do Comité Central é a decisão de incluir na ordem de trabalhos do XIV Congresso do PCP a apreciação e aprovação de alterações ao Programa e aos Estatutos do Partido.

Importa sublinhar, a propósito, que o Comité Central não se limitou a tomar uma decisão genérica, apontou matérias onde se justificam alterações e na maioria dos casos o sentido que lhes deve ser dado.

A simples leitura da «Resolução do Comité Central sobre a preparação do XIV Congresso», que o «Avante!» publica hoje em suplemento, é reveladora da grande importância e actualidade das questões em que o PCP se propõe concentrar as suas atenções em sede de Programa e Estatutos.

O aprofundamento, a actualização e a renovação que os comunistas portugueses pretendem fazer nos seus documentos básicos, sendo fundamental para o PCP, reveste o maior interesse para o nosso país, para a opinião democrática, progressista e de esquerda em Portugal e para o movimento comunista de outros países.

Se havia quem estivesse à espera e desejasse que o Congresso do PCP se reduzisse a um acto de rotina, sem novidades nem chama, o PCP responde preparando um XIV Congresso que, como sublinha a Resolução do CC, «pela firmeza das convicções comunistas mais profundas e pela capacidade de responder com criatividade às novas situações, será um Congresso de afirmação, confirmação e renovação».

O êxito maior ou menor do projecto de trabalho que o CC acaba de delinear depende em larga medida da participação e intervenção das organizações e militantes do Partido nos trabalhos preparatórios do Congresso.

A circunstância do Comité Central ter já aprovado, com grande antecedência, o «regulamento para o debate no Partido e eleição dos delegados ao XIV Congresso», também publicado hoje no suplemento do «Avante!», é muito favorável ao planeamento das assembleias plenárias pelas organizações partidárias e à preparação de todos os militantes para assegurarem

a sua presença, concurso e contributo para que o PCP possa responder da melhor maneira aos seus próprios problemas e aos problemas do nosso país e do mundo.

O

Comité Central do PCP, ao apreciar a situação política nacional, conferiu a maior importância à luta contra a revisão da Lei da Greve. É significativo, também, que o Comité Central tenha caracterizado essa luta como da «máxima importância para os trabalhadores e a defesa da democracia» e que tenha iniciado a sua Resolução sobre a situação política exortando as organizações e os militantes do Partido a darem o seu maior apoio às acções conduzidas pela CGTP-IN.

A batalha contra a revisão da Lei da Greve é com toda a evidência uma batalha decisiva, que implica por isso mesmo que o movimento dos trabalhadores recorra a mobilização e a formas de luta mais poderosas.

A batalha contra a revisão da Lei da Greve é com toda a evidência uma batalha decisiva, que implica por isso mesmo que o movimento dos trabalhadores recorra a mobilização e a formas de luta mais poderosas.

As importantes acções já desenvolvidas confirmam a ampla base de apoio social, sindical e político de que desfruta a posição da CGTP.

Perante o impacte, desta convergência, manifestam-se claras hesitações e recuos no próprio campo do Governo e do PSD, o que, sendo positivo, não pode ser interpretado como significando o abandono do objectivo por parte dos meios governamentais e do grande capital. Deve ser interpretado, isso sim, como significando que estes vão procurar atingi-lo com menor desgaste. As manobras em curso e outras a que, provavelmente, se assistirá, até ao debate do dia 16 na Assembleia da República, não representam outra coisa.

Por tudo isto, é essencial continuar a dar mais força à luta para derrotar o plano de revisão da Lei da Greve e para se alcançar de imediato um efectivo e nitido recuo por parte do Governo e das forças da direita.

A

o examinar as questões do Tratado de Maastricht, o Comité Central salientou que «a luta pelo

«Não a Maastricht», além de revestir o alcance da luta pela defesa da soberania e da independência, é, também, indissociável da luta pela melhoria das condições de vida do nosso povo».

Desta forma, continuando a chamar intensamente a atenção para as graves transferências da soberania nacional para instâncias supranacionais, sem fiscalização democrática, designadamente, nos domínios económicos, financeiros, monetários e nas políticas externas, de defesa, de segurança e da própria organização das polícias, o Comité Central faz um infoco especial sobre as questões sociais, até como resposta aos que insinuam que elas seriam o lado bom de Maastricht, o que é rotundamente falso.

Com efeito, o que se verifica de imediato é que em nome da convergência nominal imposta pela União Económica e Monetária, Cavaco Silva prepara-se para exigir novos sacrifícios ao nosso povo e, em especial, aos trabalhadores e prepara-se para recrudescer em práticas autoritárias para os fazer aceitar, a que, aliás, não é estranha a própria tentativa de revisão da Lei da Greve.

Expressões usadas, ultimamente, pelo Primeiro-Ministro de que Portugal «deve esfarrapar-se todo», que «não vai ser um mar de rosas», que é «inevitável aumentar o desemprego» são claramente indiciadoras das duras condições que o Governo de Cavaco Silva prepara ao nosso povo. Essas duras condições vêm-se juntar-se às muitas que já vigoram como a aplicação do IVA aos géneros de primeira necessidade, a generalização do agravamento das chamadas taxas moderadoras da Saúde, o considerável aumento dos medicamentos, a contenção salarial e outras que não entraram em vigor até agora por razões opostas à vontade do Governo, como o decreto dos disponíveis da função pública, que o Presidente da República submeteu a fiscalização prévia do Tribunal Constitucional.

Os impactes directos e indirectos de Maastricht (ou por ele pretextados) na vida nacional são complexos e variados. Operam com especial gravidade no plano da soberania e da independência nacionais, mas operam também com influência negativa no plano económico, social, da política externa, da segurança, das liberdades, influem também negativamente no próprio funcionamento das instituições.

Um debate que se queira sério em torno do Tratado da União Europeia deve compreender tudo isto, para que o nosso povo possa julgar em consciência e possa dizer Não a Maastricht!

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matrícula: 47059. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial «Avante!» — R. S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Fax: 3968793; Telex: 65791; Telef. (01) 395 21 93

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição

Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04

Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pipos, 326, Guifões, 4450 Matosinhos Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Composto e impresso na Heka Portuguesa R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS *

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 5.400\$00; 25 números: 2.790\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 6.786\$00

ESPAÑA — 50 números: 8.326\$00

MACAU — 50 números: 13.042\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.056\$00

EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 14.960\$00

EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.760\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____ Telef. _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.

Resolução do Comité Central sobre a situação política

Analisando os aspectos mais relevantes da política nacional, o Comité Central do PCP entende ser seu dever salientar que, na complexa situação do País, a luta contra a revisão da Lei da Greve avulta com a máxima importância para os trabalhadores e a defesa da democracia.

O PCP manifesta todo o seu apoio às acções que estão a ser conduzidas pela CGTP, nomeadamente a Jornada de Luta no próximo dia 14 de Julho, e exorta todos os militantes e simpatizantes do Partido a incorporarem-se nessas acções e desenvolverem a capacidade mobilizadora das organizações do Partido para estas alcançarem o maior sucesso.

A tentativa do Governo, dos partidos de direita e das confederações patronais para esvaziarem de conteúdo o direito à greve, através das extremas limitações impostas ao seu exercício não pode desligar-se de outros traços igualmente graves que assinalam a evolução da situação política, económica e social do País.

Entre esses traços, são de destacar uma inquietante mudança qualitativa do processo de integração europeia que, com o Tratado de Maastricht, apresenta graves ameaças à soberania e independência nacionais; uma estratégia de restauração monopolista que tudo atropela na forma escandalosa como se concretiza, especialmente através do processo das privatizações; um plano de profunda alteração do regime democrático e da degradação e perversão da democracia política; uma intensa ofensiva contra os direitos, conquistas e interesses dos trabalhadores, e uma política deliberadamente orientada para a degradação e encarecimento de prestações e serviços sociais.

O Comité Central chama igualmente a atenção para a ligação que se verifica entre as orientações decorrentes do Tratado de Maastricht, designadamente a convergência nominal imposta pela União Económica e Monetária e o crescente autoritarismo patenteado pelo Governo de Cavaco Silva e os sacrifícios que se prepara para impor ao povo português, em especial aos trabalhadores, como resulta claro de diversas declarações recentes do Primeiro-Ministro.

A luta pelo «Não a Maastricht», além de revestir o alcance da luta pela defesa da soberania e independência nacionais, é, também, indissociável da luta pela melhoria das condições de vida do nosso povo.

1. Examinando o desenvolvimento da situação e das questões relativas ao Tratado de Maastricht, o Comité Central do PCP volta a salientar o absurdo e o abuso de poder que constitui a insistência no prosseguimento dos processos nacionais de ratificação de um Tratado que, na sua actual configuração jurídica, perdeu validade e não poderá entrar em vigor, como de algum modo acaba de ser reconhecido pelo ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, ao anunciar que a Grã-Bretanha não avançará para a ratificação enquanto não estiverem resolvidas as questões decorrentes da vitória do «não» no referendo da Dinamarca.

O Comité Central do PCP desde já denuncia igualmente o escândalo político, institucional e jurídico que seria a utilização de instrumentos de ratificação obtidos para o Tratado de Maastricht ao serviço da entrada em vigor de um qualquer outro tratado que não poderá deixar de apresentar diferenças em relação ao Tratado que foi sujeito a ratificação em cada país.

O Comité Central do PCP chama a atenção da opinião pública para a completa falsidade e profunda desonestidade política das insistentes afirmações de Cavaco Silva no sentido de que a recusa da ratificação do Tratado de Maastricht significaria inevitavelmente Portugal «sair da Europa» ou «sair da Comunidade Europeia», ver afectado o seu poder negocial, gravemente prejudicados os seus interesses e seriamente diminuídos os recursos que tem recebido.

Esses argumentos catastróficos e a sistemática declaração, igualmente feita pelo PS, de que não haveria alternativa para a União Europeia configurada no Tratado de Maastricht, o que traduzem e desvendam é uma lamentável atitude de abdicação, é o condenável pressuposto de que cada povo e cada país teria hoje e teria amanhã de se conformar e sujeitar às linhas de força e à evolução do tipo de «construção europeia», de base federalista, que corresponde aos interesses e às concepções dos países mais desenvolvidos, das multinacionais e da burocracia de Bruxelas.

O Comité Central do PCP alerta para que tanto o PSD como o PS procuram escamotear e obscurecer o real conteúdo, sentido, significado e consequências do Tratado de Maastricht, não hesitando sequer em, demagogicamente, proclamarem a sua oposição a situações, concepções e caminhos (federalismo, submissão dos países mais pequenos aos ditames dos países mais desenvolvidos, formação de um super-Estado europeu) que, na verdade, são a grande e essencial substância do Tratado de Maastricht que o PSD e o PS calorosamente apoiam.

O Comité Central do PCP considera ainda particularmente grave, pelo que revela de concepções autoritárias e de desrespeito pelas regras e princípios democráticos, a afirmação recente de Cavaco Silva de que «um país como Portugal (...), quando entra num processo negocial em que as posições do seu Governo ficam sujeitas a ratificação, acaba por ficar enfraquecido».

Registando a receptividade com que têm sido acolhidas as acções de divulgação empreendidas pelo PCP e as suas posições e intervenções neste domínio, o Comité Central do PCP reafirma a indispensabilidade de um verdadeiro debate nacional (que deveria culminar na realização de um referendo) para o que, entre muitos outros aspectos, assume primordial importância a organização de um vasto conjunto de debates e entre-

vistas na RTP, com uma composição não discriminatória e efectivamente pluralista do ponto de vista político-partidário.

O Comité Central do PCP salienta ser muito esclarecedor que, constituindo Maastricht pelo menos desde há 3 meses um dos temas dominantes da vida nacional e da política europeia, o principal programa de debate político da RTP - o «Primeira Página» (que desde há nove meses não convida qualquer dirigente do PCP) - não tenha ainda promovido qualquer debate multipartidário sobre o Tratado.

O PCP não pode deixar de criticar firmemente os que dizem reclamar a realização de um referendo, mas ao mesmo tempo, por serem activos apoiantes da ratificação do Tratado, aceitam tranquilamente que, antes de o povo se pronunciar, seja acolhido e consagrado na Constituição (através da revisão proposta pelo PSD e pelo PS) aquilo que o povo pode vir a rejeitar em referendo.

Por maioria de razão, o PCP considera que propostas para a realização de um referendo sobre «temática europeia» em momento posterior à ratificação do Tratado defraudariam completamente a crescente aspiração à realização de um referendo sobre o Tratado de Maastricht (que é o que está na ordem do dia), esvaziariam de sentido, clareza e eficácia real essa consulta popular e poderiam conduzir a uma pura mistificação.

A proposta apresentada pelo PCP para a realização de um referendo sobre o Tratado de Maastricht e o caminho que indica para a sua concretização são os únicos que asseguram que a soberania popular não seja expropriada ou condicionada por factos previamente consumados seja através da revisão extraordinária da Constituição, seja através da ratificação do Tratado.

O Comité Central do PCP apela para o activo interesse e participação dos portugueses na informação, esclarecimento e reflexão sobre o conteúdo e consequências do Tratado de Maastricht e para uma vasta mobilização de consciências, energias e vontades para o «Não» a Maastricht, em defesa da identidade e da soberania nacionais, por um Portugal de progresso e justiça numa Europa de paz e cooperação, numa Europa de democracia e de progresso social, numa Europa de povos livres e nações soberanas e iguais.

2. O Comité Central do PCP procedendo à apreciação da Presidência Portuguesa e dos resultados da Cimeira de Lisboa considera que são de sublinhar:

a) a construção «neoliberal» da Comunidade pelos interesses do grande capital e pelas transnacionais através da poderosa máquina burocrática de Bruxelas, consagrando a «eliminação natural» e a «lei do mais forte», com o princípio da «coesão económica e social» a aparecer, cada vez mais, como figura decorativa, com graves consequências, tais como, entre outras, a existência no seu seio de 53 milhões de pobres, de 13 milhões de desempregados, metade dos quais desempregados de longa duração, e de crescentes percentagens de empregos precários em relação à população activa;

b) a clara abdicação da defesa dos interesses de Portugal a pretexto do exercício da Presidência pelo Governo português (escandalosamente confirmada nas recentes declarações do Primeiro-Ministro e do ministro dos Negócios Estrangeiros em que anunciam que, terminada a Presidência, Portugal adoptará posições muito diferentes e se baterá com outra firmeza por certos objectivos de interesse nacional), nomeadamente em relação à reforma da PAC e às perspectivas financeiras da Comunidade Europeia, visando a duplicação dos Fundos Estruturais para os países menos desenvolvidos, que voltou a «estaca zero», sem a aprovação sequer de um mero acordo político genérico, proposto pelo Governo português para tentar salvar a sua face;

c) a passagem sem quaisquer avanços das matérias relativas à Coesão Económica e Social, para a Presidência do Reino Unido, tal como a definição dos montantes do Fundo de Coesão e dos Fundos Estruturais.

Assim, enquanto avançam as directivas relativas à livre circulação de capitais e de mercadorias - já foram adoptadas

mais de 90% das medidas necessárias à realização do Mercado Único - como se verificou na Presidência Portuguesa, as directivas relativas à área social, ou marcam passo, ou representam uma efectiva regressão como é o caso das respeitantes à fixação em 48 horas da duração máxima do horário semanal de trabalho (com dez anos de transição), a fixação em treze anos de idade mínima para trabalhar, a redução das prestações sociais durante a licença de parto. De recordar igualmente que, em nome da «harmonização» comunitária, o Governo denunciou a Convenção nº 89 da OIT que proíbe o trabalho nocturno das mulheres na indústria.

O princípio da «igualização no progresso», consagrado no Tratado de Roma, continua a não ter quaisquer efeitos concretos e, no plano político, dá lugar ao princípio das «prescrições mínimas» em matéria social, que tendem a servir de pretexto a governos com uma política de direita, como o Governo português, para tentar limitar ou acabar com direitos adquiridos e colocar entraves ao seu progresso, como, por exemplo, à redução para 40 horas do horário semanal máximo.

O Governo PSD/Cavaco Silva privilegia a chamada convergência nominal (aproximação entre os Estados membros da Comunidade, relativamente a certos indicadores económicos - taxa de inflação, taxas de câmbio, défices orçamentais) em detrimento da chamada convergência real (aproximação nos níveis de desenvolvimento económico e social, salários, condições de vida e de trabalho, segurança social).

No quadro desta orientação, e de acordo com o clássico receituário do F.M.I., o Governo do PSD faz assentar a sua política na desaceleração do crescimento, no aumento do desemprego, na pressão sobre os salários, na precarização do emprego e no aumento da carga fiscal sobre os «rendimentos do trabalho».

3. A evolução da economia portuguesa em 1991 e no corrente ano é uma amostra eloquente das consequências da política de prioridade absoluta à convergência nominal contida no projecto da União Económica e Monetária.

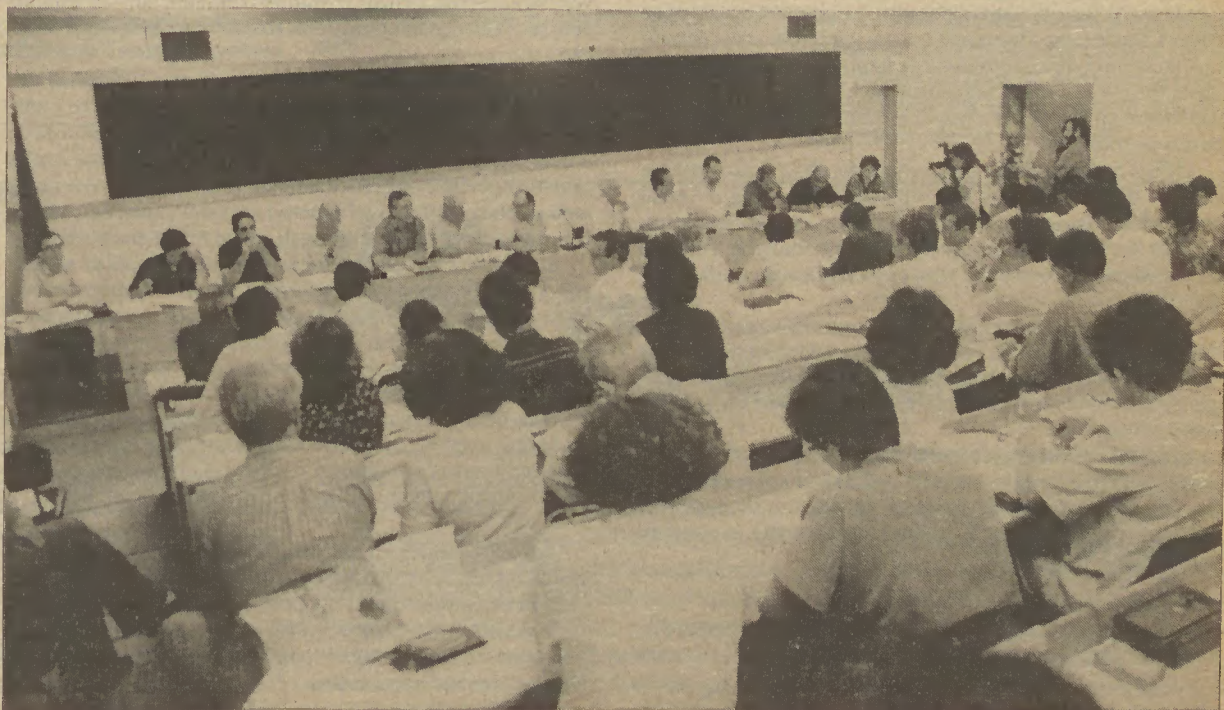
A orientação exclusiva da política económica do Governo para a redução acelerada da inflação, através de uma política altamente lesiva dos interesses nacionais de revalorização do escudo e de elevadas taxas de juro, teve como efeitos mais marcantes as fortíssimas desacelerações do crescimento (PIB) e do investimento (FBCF) - que registaram em 1991 as mais baixas taxas de crescimento dos últimos seis anos - e a perda de quotas de mercado das exportações nacionais.

A actividade produtiva nos sectores da indústria e da agricultura entrou numa fase de estagnação e, mesmo, recessão. Neste contexto, assume particular gravidade a aceitação pelo Governo português da redução dos períodos de transição relativos à integração da agricultura nacional. As empresas exportadoras estarão a ser compelidas a praticar preços insustentáveis para tentarem sobreviver. Acentua-se a crise que atinge sectores produtivos com peso relevante na economia nacional (têxteis, calçado, metalomecânica, agricultura, etc.). Prossegue a liquidação e asfixia de numerosas pequenas e médias empresas. Só o sector financeiro continua a florescer, em resultado de uma política que sacrifica a actividade directamente produtiva, a base material da economia, aos interesses e lucros exorbitantes da actividade financeira e especulativa.

O Comité Central do PCP reafirma que esta política económica do Governo é comprovadamente contrária aos interesses do País, desmente as ridículas afirmações de que estamos a apanhar o «pelotão da frente» e põe em causa as possibilidades de aproximação dos níveis e condições de vida dos portugueses aos níveis médios registados na CEE.

Acresce que nem com tão pesados e inoportunos resultados negativos para o presente e o futuro da economia nacional, o Governo consegue fazer baixar a taxa de inflação para os níveis que ele próprio prometeu ao País.

A meta de 8% para a inflação no ano corrente, profusamente propagandeada pelo Governo durante o debate orçamental, está completamente ultrapassada (apesar da baixa administra-



Resolução do Comité Central

tiva induzida pela introdução do novo índice de preços no consumidor).

Confirmam-se, assim as análises do PCP de que tal meta tinha como único objectivo tentar conter a níveis subavaliados as negociações salariais dos trabalhadores.

Perante os nefastos resultados da política económica do Governo, agora confirmados por relatórios nacionais e internacionais, o Comité Central do PCP considera ser uma exigência nacional a imediata revisão do chamado Programa de Convergência que enquadra a política económica do Governo, e a sua substituição por um enquadramento macroeconómico com orientações completamente diferentes, que privilegie o crescimento económico, o investimento produtivo e a melhoria das condições de vida dos portugueses.

O Comité Central salienta que as dificuldades que se fazem sentir na economia portuguesa são inseparáveis das perturbações e distorções introduzidas pela estratégia de restauração dos grupos monopolistas e reafirma, ao mesmo tempo, a sua firme oposição ao processo das privatizações e a necessidade da sua suspensão, como exigência decorrente do interesse nacional.

O Comité Central do PCP chama ainda a atenção para o significado político da inviabilização, pelos deputados do PSD e pelo Governo, do inquérito parlamentar às condições em que tem sido desenvolvido o processo de privatizações proposto na Assembleia da República pelo Grupo Parlamentar do PCP. O voto do PSD contra a realização daquele inquérito parlamentar mostra o receio do Governo de que se tornem públicos os «acordos» e os «negócios» privados, com a complacência e participação do Governo, tendentes à reconstituição dos ex-grupos monopolistas à custa do erário e do património públicos.

O Comité Central do PCP denuncia a gravidade da nova ofensiva contra os direitos dos povos dos baldios, iniciada por um projecto do PS e seguida por outro do PSD, e aprovados na generalidade na Assembleia da República, que mais uma vez e de forma inconstitucional, pretendem subverter a propriedade comunitária das terras baldias.

4. O Comité Central analisou a grave e preocupante ofensiva contra a democracia e as liberdades democráticas que tem vindo a ser persistentemente desenvolvida pelo Governo e o PSD, em particular nos últimos meses, que se desenvolve ao mesmo tempo e em conexão com a restauração do capitalismo monopolista e de uma economia dependente e apendicular, controlada pelas multinacionais.

Em vez de respeitarem e alargarem os direitos, liberdades e garantias e promoverem os valores democráticos, o PSD e o Governo multiplicam acções ilegais e abusivas dos serviços de informações, preparam novos e gravíssimos atentados como as alterações da lei da greve e a Lei do Segredo de Estado, prosseguem a manipulação e as discriminações na RTP e noutros órgãos de comunicação social, aprovam os acordos Schengen, incluindo o «Serviço de Informações Schengen», distribuem pensões a ex-agentes da PIDE por «altos serviços prestados», tentam eliminar a candidatura de José Saramago a um Prémio Europeu, contemporizam com a manutenção e agravamento de limitações das liberdades e direitos dos trabalhadores nas empresas.

Em vez de respeitarem o sistema misto parlamentar-presidencial, com a colaboração de todos os órgãos de soberania, o Governo e o PSD conduzem uma ofensiva no sentido da centralização e concentração de poderes, contestando com arrogância o exercício normal dos poderes do Presidente da República. Ao mesmo tempo, o PSD dificulta o papel fiscalizador e a competência legislativa da Assembleia da República e tenta limitar os direitos da oposição.

Em vez de dignificar os tribunais e criar mecanismos para concretizar uma justiça democrática, célere, acessível, da divulgação dos direitos fundamentais e dos mecanismos de os concretizar, prossegue a situação de uma justiça distante, lenta e cara (agravada com o brutal aumento de custas e do IVA) e surgem novos atentados à independência da magistratura judicial e à autonomia do Ministério Público.

Em vez de construir uma Administração Pública aberta, descentralizada, moderna e eficaz e eficiente, o Governo e o PSD despreziam as leis em vigor, centralizam poderes, multiplicam ingerências e tentam impor novos e pesados encargos ao Poder Local e com o falso pretexto de quererem «descentralizar» atentam contra os direitos e a estabilidade dos trabalhadores da função pública, designadamente através da «lei dos disponíveis», que porá em causa a estabilidade de centenas de milhares de trabalhadores.

O PSD mantém, entretanto, propósitos de revisão constitucional e de alteração das leis ordinárias com vista a limitar seriamente a representação proporcional na eleição da Assembleia da República e câmaras municipais e adulterar a eleição do Presidente da República através da fabricação artificial de eleitores.

O Comité Central considera que esta ofensiva contra as liberdades e a democracia não é separável das tentativas, cada vez mais descaradas, de branqueamento do fascismo e da criação de um ambiente favorável à reabilitação das suas referências e concepções.

O Comité Central considera que a gravidade da ofensiva impõe um sério alerta à consciência dos democratas e a mobilização do povo português para defender o alcance e o exercício das liberdades e direitos fundamentais e o regime democrático português.

5. O Comité Central considera que a política social praticada pelo Governo PSD/Cavaco Silva, distanciando-se cada vez mais das promessas eleitorais, não dá resposta a gritantes carências sociais de largos estratos da população e é contrária



às mais sentidas aspirações da grande maioria dos portugueses e em particular dos trabalhadores.

A distribuição da riqueza - importante critério para aferir da natureza social de uma política - continua profundamente injusta, fazendo aumentar as desigualdades sociais.

Não deixa de ser chocante o carácter demagógico com que o Governo anuncia programas e nomeia comissários para combater a pobreza e, simultaneamente, pratica toda uma política que em si mesma degrada as condições de vida de uma parte significativa da população.

A situação do emprego, contrariamente ao que propaga o Governo, continua a agravar-se nas suas múltiplas vertentes, nomeadamente com o aumento do desemprego e a precarização do mercado do trabalho.

Ao negar praticamente a existência de desemprego, o Governo revela uma enorme insensibilidade face ao drama dos portugueses sem emprego, tanto mais quando é do seu conhecimento que o encerramento de numerosas empresas e os processos de despedimento em curso em muitas outras que se encontram em situação difícil, associado à situação dos aduaneiros e dos disponíveis da Administração Pública, põem em causa dezenas de milhares de postos de trabalho.

No plano da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho a política do Governo caracteriza-se fundamentalmente pela sua continuada paralisia pelos acordos que assina mas não respeita, pelas promessas não cumpridas, pela acção propagandística com a qual procura escamotear a situação calamitosa em matéria de lesões profissionais, sem que o Governo e sua maioria parlamentar, tomem medidas no sentido de lhe pôr cobro.

A nova Tabela Nacional de Incapacidades continua por aprovar. A regulamentação do Decreto-Lei 441/91 (sobre Segurança, Higiene e Saúde no Local de Trabalho), que deveria ter sido publicada até 30 de Abril de 1992, continua no segredo dos deuses; o Instituto previsto neste diploma como órgão de participação e consulta, que deveria ter sido criado até 31 de Dezembro de 1991, ainda não o foi; a Convenção 161 e a Recomendação 171 da OIT continuam por ratificar.

Com uma taxa média de 10% contra 3% da CEE, Portugal é o País da comunidade com os mais elevados índices de sinistralidade no trabalho. Os acidentes de trabalho, pelo seu volume e elevado número de mortes que causa, e incapacidades que geram, tornaram-se um grave problema social, duplamente penalizadores para os trabalhadores, pelos injustos e desumanos esquemas de reparação em vigor.

A política de rendimentos prosseguida pelo Governo, centrada essencialmente na contenção do crescimento dos salários e no agravamento da carga fiscal, penaliza sobretudo as camadas de mais baixos rendimentos, os trabalhadores e os reformados e pensionistas. A redução significativa da taxa de inflação continua a ser uma miragem e o Governo prepara-se mais uma vez para responsabilizar o limitado crescimento dos salários pelo seu falhanço nos objectivos fixados para as taxas de inflação.

Em simultâneo com o agravamento dos problemas nas áreas metropolitanas (com realce para as questões dos transportes, trânsito e acessos, ordenamento e habitação), assiste-se a uma acentuada desertificação do interior, que está a criar graves problemas sociais e humanos, sem que se vislumbre uma política de desenvolvimento regional capaz de conter e inverter o desenvolvimento deste grave fenómeno social.

Em vez de assegurar os indispensáveis avanços na satisfação dos direitos sociais fundamentais, como o direito ao trabalho, à educação, à saúde, à segurança social, à habitação, à cultura, à educação física e desporto, ao ambiente sadio e ecologicamente equilibrado, o Governo e o PSD prosseguem uma política de desresponsabilização do Estado e da Administração Pública, de degradação e encarecimento dos serviços públicos, de paralisia ou mesmo retrocesso no grau de concretização desses direitos, como ilustra o processo em marcha para um brutal aumento das propinas no ensino superior público.

6. O Comité Central chama a atenção para as eleições legislativas regionais que terão lugar - nos Açores e na Madeira - em 11 de Outubro próximo, pela importância que podem ter para modificar os quadros políticos regionais caracterizados por graves dificuldades económicas, agudos problemas sociais e deficiências notáveis na democraticidade existente. Os comunistas dos Açores e da Madeira, na continuidade da

sua acção em defesa dos interesses dos trabalhadores e das populações, desenvolvem actualmente uma valiosa actividade com o objectivo de assegurar um bom resultado para a CDU, mantendo e alargando o número de eleitos na Assembleia Regional dos Açores e, assegurando a futura constituição de um Grupo Parlamentar na Assembleia Regional da Madeira.

7. O Comité Central do PCP salienta que o período decorrido desde as eleições de 6 de Outubro se, por um lado, se caracteriza pela intensificação da ofensiva global do Governo contra características fundamentais do regime democrático-constitucional e contra relevantes interesses e direitos dos trabalhadores e dos cidadãos, por outro lado, fica também marcada pela ampliação do descontentamento de vastas camadas sociais, por um vasto e diversificado movimento de protesto e de luta - com justo destaque para as lutas dos trabalhadores, dos agricultores e dos jovens e para a combativa acção do movimento sindical unitário -, por importantes atitudes de resistência na esfera institucional, por consideráveis progressos na consciencialização política quanto aos gravíssimos perigos que o avanço da política do PSD comporta para o presente e o futuro do País.

É no prosseguimento e desenvolvimento, com persistência e tenacidade, deste movimento de resistência e de luta, que residem as mais sólidas razões de confiança na possibilidade de travar e derrotar a política de direita e de preparar as condições para que, a prazo, o País conquiste uma nova política através de uma verdadeira alternativa democrática.

Renovando o firme empenho do PCP na cooperação e convergência das forças democráticas (que se torna particularmente imperativa face à gravidade da ofensiva governamental), o Comité Central do PCP não pode deixar de assinalar os prejuízos que causa a um tal objectivo a convergência de posições e a comunidade de concepções e interesses que se regista entre o PS e o PSD em matérias tão decisivas e determinantes para a evolução e fisionomia da sociedade portuguesa e do regime democrático como, entre outros, a reconstituição do poder do grande capital e os objectivos, termos e ritmos da integração europeia.

8. O Comité Central sublinha que uma ponderação atenta e liberta de preconceitos do curso e da evolução da vida política nacional depois das últimas eleições legislativas não pode deixar de conduzir ao reconhecimento do papel inconfundível e insubstituível que o PCP, no quadro de uma intensa actividade inspirada por uma profunda confiança no valor dos seus ideais e do seu projecto, tem desempenhado:

- na resistência e na oposição à política do Governo;
- na solidariedade activa com quantos lutam em defesa dos seus legítimos interesses e direitos;
- na constante denúncia da arrogância, dos abusos e prepotências governamentais;
- no incomparável combate que move às injustiças e desigualdades sociais;
- na apresentação de inúmeras propostas construtivas para a solução de importantes problemas do povo e do País;
- na combativa e qualificada intervenção do seu Grupo Parlamentar na Assembleia da República;
- no esforço - bem patente na obra que realiza no poder local - para dar resposta eficaz às aspirações das populações;
- na defesa dos valores democráticos e dos interesses, da soberania e da independência nacionais.

Frustrando os desejos e os planos de «bipolarização» que só conduziriam a fechar as portas a uma real alternativa democrática e a acentuar a aproximação entre o PSD e o PS e desmentindo as profecias dos que sonhavam poder riscar do panorama político português a principal força de inconformismo, de fidelidade aos interesses dos trabalhadores, de dedicação às grandes aspirações populares, de transformação e progresso social, o que a vida e a luta têm mostrado, e continuarão a mostrar, é que o PCP é uma sólida força da democracia portuguesa e da luta pela construção uma vida melhor no Portugal democrático nascido com o 25 de Abril.

Lisboa, 9 de Julho de 1992

O Comité Central do Partido Comunista Português

TRABALHADORES

Forte participação na jornada de protesto da CGTP Aumenta a contestação à revisão da lei da greve

Greves, concentrações, desfiles e plenários, envolvendo muitos milhares de trabalhadores, deram expressão, no quadro da jornada nacional de protesto promovida anteontem pela CGTP-IN, ao grande descontentamento gerado pelos projectos de revisão da lei da greve que PSD e CDS levam hoje à discussão na Assembleia da República.

A CGTP-IN divulgou uma lista referindo algumas acções deste dia de luta em defesa do direito à greve.

A nível nacional, foram convocadas greves de duas horas nos sectores da metalurgia e minas, das indústrias eléctricas (envolvendo, nomeadamente, a EDP e as empresas de fabricação de material eléctrico e electrónico) e da construção civil, madeiras e mármore. A greve dos aduaneiros em despachantes prossegue até amanhã.

Dirigentes, delegados e activistas sindicais da Função Pública reuniram em plenário na Casa da Imprensa, em Lisboa, deslocando-se depois até à AR.

Os trabalhadores da administração local dos distritos de Braga, Castelo Branco, Coimbra e Porto paralisaram e concentraram-se de tarde junto do Governo Civil do Porto.

Em Évora, também por iniciativa do STAL, teve lugar uma concentração de delegados sindicais frente ao Governo Civil do distrito. Foram convocadas greves para a metalurgia e os mármore.

Em Coimbra, trabalhadores de várias empresas e sectores desfilarão ao longo do dia até ao Governo Civil. Entre outras empresas, efectuaram-se plenários na Cimpor, B. Almeida, AAC, Rodoviária Nacional, M.

Correia Oliveira e SMUTUC, e paralisações na Pevicer, Gomase, S. Pereira, Solum, Betanete, Colsi, Rifer, Estaleiros Navais da Figueira da Foz e do Mondego, Met. da Fontela, Galomecânica e Auto-Industrial.

Os trabalhadores das empresas metalúrgicas do concelho de Setúbal, em greve durante todo o segundo período de trabalho, concentraram-se junto do Governo Civil. Foram declaradas greves em duas empresas químicas e duas corticeiras e em várias de outros sectores realizaram-se plenários.

Na região de Lisboa estiveram em greve durante duas horas os trabalhadores da Mague, Sorefame, Sermaque, Impormol, Mevil, MEC, Fábrica Portugal, Casa Hipólito, Seldex, Telequipo, Sintel, Indelma, Tudor, Autosil, Legrand, Siemens, CTPortuários, Quinta Lambert, J. Duarte Filhos, Carpintec, Porbal, os mármore de Pêro Pinheiro, a Torralta (com rea-

lização de plenário), a SAAL, a Carris (pessoal fixo), a Rodoviária Nacional (greve de uma hora dos sectores fixos e recusa de horas extra), entre outras empresas. Foram marcados plenários na Argibay, Fiat, Alcatel, FNAC, Bento Pedroso, Tiago Proconstro, Marmovonel, câmaras municipais de Loures e da Amadora, Metalminer, Imprensa Nacional Casa da Moeda, nos estabelecimentos fabris das forças armadas, nos hotéis Borges, Penta, Sheraton, Plaza e Diplomático, no hospital de S. Luís, no Metropolitano (pessoal fixo), nas oficinas da CP em Santa Apolónia, Campolide e Cais do Sodré, na Biofranco, na Regina, Favorita, Nacional, Raporal, Aliança, Ernesto Ferreira e Orisul.

No distrito de Aveiro também tiveram lugar paralisações e plenários em várias empresas. Foram distribuídos documentos sindicais aos trabalhadores e à população e foram marcadas concentrações em S. João da Madeira e Santa Maria da Feira.

No Porto, além das paralisações convocadas a nível nacional na construção civil, metalurgia e indústrias eléctricas, estiveram em greve o sector do calçado (durante todo o dia) e a Stotz (meio



dia). Realizaram-se plenários no Centro Regional de Segurança Social, nos hospitais de S. João e Santo António, na Coats e Clark, Confetil, Sofit, Têxtil do Agudo, Transporte Colectivos da cidade, hotéis Nave e Sheraton, Sofete, Cerâmica Valadares, Cerisol, Postes Douro, Barbosa de Almeida e CP.

Activistas sindicais de Santarém reuniram de manhã em plenário na capital do distrito, deslocando-se depois ao Governo Civil.

Dirigentes, delegados e activistas sindicais do distrito de Braga, bem como trabalhadores dos sectores em greve, concentraram-se na Avenida Central e foram entregar uma moção ao Governo Civil.

A cada deputado

Membros da Comissão Executiva da central - que têm desenvolvido uma série de contactos com órgãos de

poder, instituições e partidos políticos - deslocaram-se terça-feira à AR para entregar individualmente a cada deputado um dossier contendo os pareceres da Inter acerca dos projectos de lei e uma carta aberta reafirmando que não há qualquer razão minimamente válida que justifique as presentes iniciativas legislativas.

Nesse documento a CGTP afirma que a tentativa de revisão da lei da greve se enquadra numa perspectiva socioeconómica que procura resolver os problemas da competitividade da economia, sobretudo, à custa da sobre exploração do factor trabalho, sem quaisquer preocupações de carácter social e de respeito pela dignidade do trabalhador. A Intersindical Nacional recorda que a realidade tem comprovado que não é esse o caminho adequado para promover o desenvolvimento e o progresso do País.

Personalidades contra «desfiguração da democracia»

Um abaixo-assinado subscrito por diversas personalidades da vida cultural, artística, científica e técnica, dos mais variados quadrantes, protesta contra a tentativa de alteração da lei da greve, que iria contribuir «para desfigurar a democracia». A iniciativa mereceu uma saudação da CGTP-IN.

Dos subscritores do documento, a CGTP destaca «pela diversidade das suas posições políticas e cívicas», personalidades como Augusto Abelaira, David Mourão-Ferreira, Luís Azevedo, António Galhorda, Romeu Correia, Vasco Gonçalves, Fernando Silveira Ramos, André Machado Jorge, André Martins, Carlos Cruz Oliveira, Luís Francisco Rebelo, Mariano Roque Laia e Sérgio Ribeiro.

Forum da USC

Um Forum de opinião contra a revisão da lei da greve foi promovido em Coimbra pela

União dos Sindicatos do distrito (USC) na passada segunda-feira, com a participação de vários sindicalistas, juristas, autarcas e responsáveis partidários.

Os convites para esta iniciativa englobaram Fausto Correia (PS), Carlos Fraião (PCP), Dr. Alberto Vilaça (advogado), padre José António (pároco da Lousã), os membros da Faculdade de Direito doutores Jorge Leite, Liberal Fernandes, Leal Amado, Vital Moreira e o professor doutor Avelãs Nunes, o vice-reitor da Universidade de Coimbra, professor doutor Jorge Veiga, o doutor Rui Namorado, da Faculdade de Economia, e os presidentes das câmaras de Coimbra e Oliveira do Hospital, respectivamente, Manuel Machado e o historiador César de Oliveira.

Para além dos sindicatos filiados na USC/CGTP, esteve também representado o Sindicato dos Bancários do Centro, filiado na UGT.

Patrões da metalurgia agem como se a lei da greve já tivesse mudado

Nos processos de revisão contratual dos sectores mineiro e da montagem, reparação, fabricação e comércio automóvel, o patronato já está a comportar-se como se a lei da greve tivesse sido alterada e os trabalhadores não pudessem recorrer àquela forma de luta para defender os seus interesses e direitos - denuncia a Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas.

Numa nota à comunicação social, a federação acusa o patronato do sector automóvel de pretender alterar o clausulado do CCTV e

impor o trabalho ao sábado, enquanto recusa aplicar a redução do horário de trabalho. Propondo aumentos salariais de apenas 8 por cento, os patrões põem em causa direitos consagrados referentes a matérias como processos disciplinares, trabalho por turnos e extraordinário, período experimental.

No sector mineiro, acusa a federação, «o patronato atrasa o envio aos sindicatos da contraproposta de revisão do CCTV, à espera da revisão da lei da greve».

Alterações não servem para a Função Pública

Os trabalhadores da Função Pública «seriam seriamente lesados nos seus direitos» caso fosse aprovado qualquer dos projectos de revisão da lei da greve hoje em discussão na AR.

O sindicato do Sul e Açores recusa a pretendida exigência de aprovação da declaração de greve em assembleia geral com a maioria dos trabalhadores, questionando: «Como seria isso possível num Ministério ou Direcção-Geral dispersos por todo o território nacional? E as greves pela revalorização de uma carreira? Iriam os trabalhadores das outras carreiras votar favoravelmente uma greve cujos objectivos não lhes dizem respeito?»

O sindicato rejeita igualmente que o Governo possa ficar «com poderes ilimitados para definir os trabalhadores obrigados a

cumprir os serviços mínimos ou a assegurar a "segurança" das instalações», pois «pode obrigar a maioria a ter que trabalhar, sob aquele pretexto».

O impedimento do acesso de dirigentes sindicais aos locais de trabalho no decurso da greve, desde que não sejam trabalhadores desse organismo, é outra das alterações que o STFPISA não aceita.

«O Governo quer dar mais um passo na sua escalada totalitária», acusa o sindicato, afirmando que o executivo de Cavaco Silva «sente-se incomodado porque, ao impor baixos salários, ao furar a lei da negociação, pretender impor a lei dos disponíveis, recusar-se a revalorizar carreiras, depara com o descontentamento dos trabalhadores que, quando necessário, recorrem à greve».

MDM Direito à greve é «condição de liberdade»

O Conselho Nacional do Movimento Democrático de Mulheres (MDM) enviou um documento à Assembleia da República sobre as alterações propostas pelo CDS e PSD à lei da greve, onde se considera «inaceitável e merecedor de repúdio das mulheres e homens que prezam a democracia e a liberdade, a amputação de direitos fundamentais ao exercício da cidadania, como é o direito à greve».

O MDM defende que o Parlamento deveria antes aperfeiçoar a legislação e a fiscali-

zação do cumprimento das leis que salvaguardam os direitos dos cidadãos «no escrupuloso respeito da Constituição» e acusa o PSD e o Governo de tentarem «enfraquecer a capacidade de intervenção e luta das mulheres e dos homens em relação à vida política» visando «anular o espaço de intervenção individual e colectiva, limitar a liberdade sindical» objectivos que põem «em causa a liberdade e o próprio funcionamento democrático da sociedade».

TRABALHADORES

Com forte presença da GNR

Aduaneiros voltam à greve

Ao mesmo tempo que cumprem novo período de greve, os sindicatos e os trabalhadores aduaneiros perguntam ao Governo «que é feito dos fundos comunitários para o sector»

Sem outra possibilidade de fazer valer os seus direitos, os cerca de 8500 trabalhadores aduaneiros em despachantes e empresas iniciaram segunda-feira passada novo período de greve.

Depois de terem feito uma manifestação em Lisboa na sexta-feira, os trabalhadores em plenário decidiram-se novamente pela paralisação, porque o Governo continua a nada fazer no sentido de negociar possíveis soluções para evitar o desemprego desses trabalhadores, que têm evitado incidentes, apesar do forte aparato da GNR, designadamente em Vilar Formoso.

A luta, de âmbito nacional e com apoio no exterior, incluindo a dos próprios camionistas, por exemplo, prolonga-se há vários meses, sem que da parte do Governo tenha havido qualquer indicação no sentido de negociar. Em 10 do corrente, as centenas de trabalhadores que se deslocaram a Lisboa manifestaram o seu profundo descontentamento pela posição do primeiro-ministro, que recentemente deu a entender que o conflito se resolveria se os aduaneiros quisessem reciclar-se ou mudar de emprego. Daí que se ouvisse na manifestação de sexta-feira «Somos aduaneiros, não somos chapeleiros» — alusão clara de protesto contra afirmações de Cavaco Silva na RTP.

A luta continua a ser conduzida pelos sindicatos STADE e SITESE com uma adesão praticamente total.

Se a situação se mantiver como esta, a luta pode tornar-se mais radical, pois já na sexta-feira passada em Lisboa foi defendida por alguns trabalhadores a adopção da greve por tempo indeterminado.

Entre os mais de 8 mil aduaneiros portugueses, ameaçados de desemprego pela abolição das fronteiras



De piquete, o mês passado

na Europa comunitária em 1993, há, segundo a Lusa, 578 casais cuja única fonte de rendimento é o ordenado. Fonte sindical disse ainda à agência que, dos aduaneiros

que segunda-feira retomaram uma greve nacional de uma semana, com 100 por cento de adesão, 4057 são casados e 1021 têm os cônjuges desempregados.

Os sindicatos consideram que a ser aceite a proposta governamental de indemnização, a maior parte dos aduaneiros ficaria numa situação «desesperada».

A unidade continua na CT da Beiersdorf

Votada em lista única a nova Comissão de Trabalhadores eleita em 9 de Julho permitiu a continuação do princípio e da actuação da unidade na Beiersdorf Portuguesa. Dos 301 trabalhadores inscritos, votaram 170. Havendo apenas um boletim em branco e nenhum nulo, a CT foi eleita com 169 votos.

Apesar da «contínua redução do número de trabalhadores», salienta a CT, verificou-se neste acto eleitoral «a maior votação de sempre na lista concorrente».

É a seguinte a nova composição da CT: Carlos Almeida, Elisabete Silva, José Carvalho, Maria Amélia e António Baradas.

A CT da Beiersdorf destaca também o facto de, pela primeira vez, terem sido eleitas duas mulheres.

Quatro dos elementos da CT estão filiados no Sindicato dos Químicos (CGTP).

FEIS Marinhenses não desistem

Apoiada no exterior do edifício por cerca de uma centena de pessoas, uma comissão entregou em 11 de Julho um abaixo-assinado com 5000 assinaturas no Governo Civil de Leiria. O documento exige que o Governo, eventualmente através do ministro da Indústria, Mira Amaral, «explique aos marinhenses o que pretende fazer com a FEIS — Fábrica Escola Irmãos Stephens, uma vez que os sucessivos pedidos de audiência

que lhe temos dirigido, não têm obtido resposta», disse à Lusa o presidente da Câmara da Marinha Grande, Barros Duarte.

O governador, Francisco Coutinho, comprometeu-se a ser «o fiel tradutor das preocupações dos marinhenses junto do Governo», que recentemente mandou encerrar aquelas instalações fabris, que pertencem, conforme se sabe, ao património histórico-cultural da Marinha Grande.

Saúde

Degradação no Algarve

As condições de trabalho nos centros de saúde e hospitais do Algarve «continuam degradadas», afirmou em 9 de Julho em Faro a delegação do Sindicato dos Médicos da Zona Sul. O estado de degradação é criticado pela Delegação de Faro que traz a público «o clima de intimidação junto dos funcionários, nomeadamente com a imposição de horários de trabalho ilegais».

Quanto ao Plano Médico de Verão para o Algarve (PAMVA), a delegação sublinha que, no respeitante aos médicos, esta acção do Governo «não vem colmatar as necessidades dos serviços de saúde da região». Diz o Sindicato, através da delegação de Faro, que «vieram poucos médicos de fora do distrito e vai ser mais uma vez com o sacrifício dos

médicos algarvios que os serviços se vão manter minimamente funcionais».

A delegação destaca o facto de aqueles profissionais «trabalharem mais de 70 horas semanais». Lamentando a circunstância de «só no Verão as instâncias superiores se preocuparem com a saúde no Algarve», o sindicato sugere que «os dinheiros gastos em publicidade sobre o PAMVA» sejam utilizados no «reequipamento dos estabelecimentos de saúde e no pagamento das horas em dívida a médicos e outros funcionários» hospitalares.

A delegação algarvia do Sindicato dos Médicos da Zona Sul reclama meios técnicos e humanos permanentes sem o recurso a «milagres estivais».

Direitos defendidos nos Açores

Uma lei que diminuía os direitos dos trabalhadores foi declarada inconstitucional na Região Autónoma dos Açores. Considerada, pelo respectivo Tribunal, «diminuidora de direitos dos trabalhadores» na expressão transcrita pela Lusa em 8 de Julho, a norma legal refere-se a condições de prestação do regime de trabalho suplementar. De acordo com aquela agência, a inconstitucionalidade foi suscitada por Mário Pinto, ministro da República para a Região Autónoma dos Açores.

Sorefame

CGTP solidária

Numa demonstração pública de solidariedade à luta dos trabalhadores da Sorefame, «para evitarem a perda de postos de trabalho e o cerceamento das liberdades sindicais», decorreu quinta-feira passada um comício em frente às instalações da antiga Cometna, na Venda Nova (Amadora).

Organizada pela CGTP, a acção solidária contou com a participação de Florival Lança, membro da Comissão Executiva da Central.

Na nota em que anunciava a iniciativa, a CGTP concluiu que, «se, por ventura, as alterações à Lei da Greve, que o PSD e o CDS apresentaram na Assembleia da República, fossem aprovadas, os trabalhadores veriam seriamente dificultado o acesso a formas de luta em defesa de direitos fundamentais, constitucionalmente consagrados, como é o caso do direito ao trabalho e à segurança no emprego, bem como o direito à liberdade sindical».



(foto de arquivo)

Ecos do protesto chegam hoje ao parlamento

Não toquem na Lei da Greve!

Preenchida ontem com a lei do segredo de Estado, a agenda parlamentar ocupa-se hoje com a discussão de duas iniciativas legislativas do CDS e PSD sobre a revisão da Lei da Greve. Matérias polémicas, alvo de um movimento de contestação e repúdio generalizado por parte de todos os quadrantes democráticos, estes diplomas ficam assim a marcar o final da presente Sessão Legislativa, cujos trabalhos em plenário encerram amanhã.

No seguimento das acções de protesto contra a revisão da Lei da Greve que desde a primeira hora, logo que foram conhecidas as suas linhas gerais, têm mobilizado milhares de trabalhadores contra os diplomas do CDS e PSD, também hoje no decorrer do debate não faltaram seguramente as críticas dirigidas a uma operação que comporta graves perigos e que visa no fundamental restringir e mutilar este direito fundamental consagrado na Constituição.

Como temos noticiado em

edições anteriores, são múltiplas as razões que estão na base da onda de protestos que se tem feito sentir em todo o País, prendendo-se todas elas no essencial com o conteúdo inconstitucional das duas propostas e com o seu carácter autoritário, retrógrado e discriminatório.

Em termos gerais - sem que haja diferenças substanciais nos propósitos evidenciados pelo CDS e PSD -, pode dizer-se que nas propostas hoje em debate passa claramente o objectivo de em quase todos os sectores retirar às associações sindicais o direito de decretar greve, conferindo simultaneamente ao patronato o poder arbitrário de definir os serviços mínimos.

Longe de ter um mero sentido corrector, como tem vindo a chamar a atenção o Grupo Parlamentar do PCP, o que de facto se procura com estas iniciativas legislativas é desferir um golpe profundo no direito à greve, sendo disso ainda testemunho as propostas que aumen-

tam para cinco o número de dias exigido para a entrega do pré-aviso de greve (10 no caso das empresas que prestam serviços sociais impreteríveis), as que propõem o intervencionismo administrativo do Governo nos processos de greve e as que criam novas e pesadas sanções disciplinares e penais contra os trabalhadores.

Em resumo, no que se refere ao âmbito da greve, enquanto o CDS pretende limitar a greve aos interesses socioprofissionais e proibir as greves gerais e interprofissionais e de solidariedade, negando ao mesmo tempo este direito aos trabalhadores de secções consideradas estratégicas na empresa, para o PSD a questão é impedir a greve autónoma de sectores profissionais minoritários e alargar o elenco das empresas que prestam serviços sociais impreteríveis.

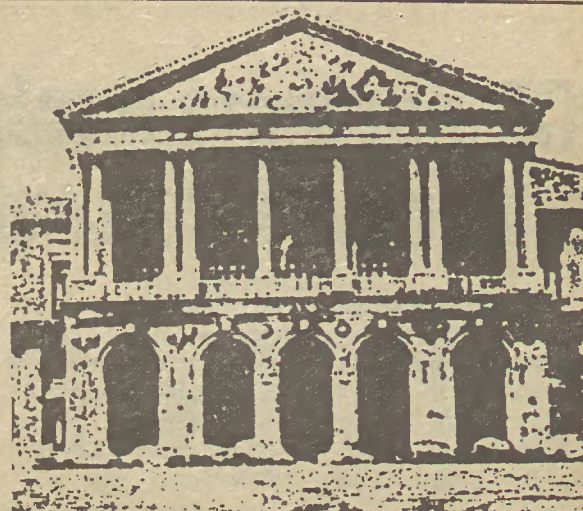
Quanto à convocação da greve, o projecto do PSD retira aos sindicatos essa competência em certas empresas, exigindo ao mesmo tempo que a declara-

ção de greve seja aprovada por maioria absoluta em assembleia geral com a maioria dos trabalhadores, proposta idêntica à do CDS que no entanto vai mais longe ao regulamentar inclusive o funcionamento dessas assembleias, alargando igualmente o período de pré-aviso e só permitindo a greve depois de ter havido negociações entre representantes do patronato e dos trabalhadores.

Limitar a acção dos piquetes de greve às instalações de utilização comum dos trabalhadores, fora dos locais de trabalho, é, por sua vez, outro dos objectivos do diploma do PSD, que chega a proibir o acesso dos dirigentes sindicais a esses locais, enquanto o CDS profere que os piquetes entrem nas instalações da empresa em greve.

Em matéria de serviços mínimos, no seu articulado o projecto do CDS visa alargar consideravelmente os sectores e empresas abrangidos por esta obrigatoriedade, permitindo a admissão de pessoal para substituir grevistas, enquanto para o PSD a definição dos serviços mínimos passaria a estar a cargo dos ministros do Emprego e da tutela, sempre que não haja acordo entre trabalhadores e empregadores.

Por último, no que diz respeito à requisição civil, o CDS quer permitir que esta medida possa abarcar todos os trabalhadores com vista a pôr termo à greve, objectivo que no caso do PSD passa inclusive pela ameaça com punição disciplinar, civil ou criminal aos grevistas que não cumpram qualquer das normas consideradas legais.



Forças Armadas PSD impõe lei injusta e arbitraria

Com os votos favoráveis do PSD e CDS e os votos contra das restantes bancadas, a Assembleia da República aprovou na semana passada a proposta de lei que redimensiona os efectivos das Forças Armadas. O diploma volta agora ao Presidente da República, sem que tivessem sido contempladas as alterações susceptíveis de responder às críticas invocadas por Mário Soares na fundamentação do seu veto.

Indiferente às sugestões e apelos que lhe foram dirigidos, a bancada da maioria acabou por recusar frontalmente todas as alterações e propostas apresentadas pelos partidos da oposição, designadamente pelo PCP, impondo todas as soluções iniciais constantes no articulado do seu diploma.

Em declaração de voto proferida em nome da sua bancada, João Amaral caracterizou em poucas palavras a proposta de lei governamental, considerando-a "prepotente, arbitraria, injusta, lesiva de direitos adquiridos, factor de insegurança jurídica e causadora de instabilidade nas Forças Armadas".

Na perspectiva da bancada do PCP, para quem o diploma agora aprovado constitui uma peça que "desonra o Estado" e uma "afrota directa à Constituição", se não oferece dúvidas que "é urgente redefinir os conceitos e objectivos da defesa nacional e na sequência o modelo das Forças Armadas", não é menos verdade que este não é seguramente o caminho a trilhar, muito menos quando se impõe uma forma que João Amaral classificou de "vexatória para os atingidos, inconsequente para a Defesa Nacional, provocatória no relacionamento institucional".

"A proposta configura uma espécie de «despedimento» de certos e determinados militares, através de normas que não têm carácter geral e abstracto mas destinatários identificados um a um", observou o deputado comunista, antes de concluir que "é por isso mesmo a negação do que deve ser lei, configurando uma verdadeira aberração jurídica".

Porto e Santarém

Dois exemplos do fracasso da política de «sucesso»

A existência de fortes assimetrias, altas taxas de sinistralidade laboral, instabilidade no emprego, trabalho infantil e ataques aos direitos dos trabalhadores que caracterizam, no plano socioeconómico, a chamada Região Norte é o resultado de um tratamento injusto e desfavorável dos sucessivos governos, designadamente dos governos PSD. A acusação foi feita pelo deputado comunista Vítor Ranita numa das sessões plenárias da passada semana, inteiramente preenchida com uma ordem do dia dedicada às questões regionais.

Um testemunho dessa injusta subestimação para os problemas reais que afectam por exemplo o distrito do Porto e as suas gentes, aproximadamente 1,6 milhões de habitantes, deu-o Vítor Ranita ao pôr em destaque as graves carências existentes naquela área do País no domínio das infra-estruturas e equipamentos colectivos.

É o caso, recordou, das comunicações e transportes, em relação ao qual se mantém um grande défice de estradas, o que a juntar aos atrasos verificados no arranque de várias obras (construção da Ponte do Freixo e nó ferroviário do Porto) está na origem do inferno a que são sujeitas diariamente milhares de pessoas, "vítimas directas e indirectas dos estrangulamentos que persistem" sobretudo no Porto, Vila Nova de Gaia e Gondomar.

Não menos grave no plano das carências de infra-estruturas é a questão relacionada com o saneamento básico. Vítor Ranita chamou a atenção a este respeito para o facto de apenas 30 por cento dos habitantes do distrito terem acesso à rede de esgotos, número que dá bem uma ideia da gravidade da situação e dos problemas que ela coloca em termos ambientais.

Referência especial mereceu ainda o problema da habitação - um dos "mais graves", segundo as suas palavras -, capítulo onde se faz sentir com particular acuidade as más condições de habitação e a falta de casas a preços acessíveis.

Santarém

De problemas regionais, mas desta feita relacionados com o distrito de Santarém, falou ainda na mesma sessão plenária o deputado comunista Luís Peixoto.

Como o próprio assinalou, embora motivos não faltassem, não foi uma intervenção para falar da poluição no rio Alviela e dos crimes ecológicos que se têm cometido na região ou para falar das dificuldades com que se debatem os agricultores, a braços com problemas de escoamento do vinho e com a produção de tomate.

O motivo da sua subida à tribuna foi outro, consistindo resumidamente no propósito de dar a conhecer e chamar a atenção para a "dramática situação em que vivem os trabalhadores do concelho de Tomar".

Uma situação que caracterizou de forma sumária pondo em relevo a instabilidade existente provocada pela "praga dos salários em atraso", com uma "infeliz tradição no distrito", e que de novo se manifesta de um modo "ainda mais feroz".

Os casos referidos, esses, falam por si: na Mendes Godinho, sob a ameaça de grave crise, não há garantias de que se proceda ao pagamento do subsídio de férias do ano em curso; na Fiação de Tomar, aos seus 300/350 trabalhadores ainda só foram pagos 50 por cento dos salários referentes ao mês de Maio; na Matrena, ainda com 200 trabalhadores ao seu serviço, continua a faltar a matéria-prima para laborar, estando igualmente por pagar os salários referentes a Junho.

"É este o sucesso da política do PSD, tantas vezes e de forma tão entusiasticamente proclamada pelos poucos que dela usufruem, saboreada agora por aqueles, e são muitos, que já não esperam ser possível a laranja amarga ganhar doce", conclui Luís Peixoto.

Sangue contaminado com SIDA

PCP exige punição dos responsáveis e apoios e indemnizações às vítimas

O Grupo Parlamentar do PCP acusou o Ministério da Saúde de ser o responsável indirecto pela sorte dos hemofílicos que contraíram a SIDA em resultado de sangue contaminado com o vírus que lhes foi ministrado em fase de tratamento. Recorde-se que cerca de duas dezenas de hemofílicos foram já vítimas da SIDA e mais de cem foram contaminados com a doença.

Para a bancada comunista, que tomou esta posição no decorrer do debate em torno de um diploma do PS visando a definição de uma "estratégia de actuação pública na prevenção e tratamento da SIDA", a contaminação de hemofílicos com este vírus é de "origem criminosa", uma vez que, disse-o o deputado Luís Peixoto, "não restam dúvidas de que alguém sabia da presença no sangue do vírus da SIDA e, apesar disso, comercializou-o". "Alguns sabiam-no directamente - precisou -, pois eram eles que o comercializavam, outros sabiam-no por interposta pessoa só que não acreditaram, caso do Ministério da Saúde".

Com efeito, apesar dos sucessivos alertas de várias entidades e personalidades, designadamente do Associação Portuguesa de Hemofílicos, do ex-presidente do Instituto

Nacional de Sangue, e do próprio Grupo Parlamentar do PCP, que em Abril de 1988 apresentou um pedido de inquérito parlamentar que viria a ser chumbado pelo PSD, a verdade é que os responsáveis do Ministério da Saúde mantiveram sempre ao longo deste processo uma postura de permanente falta de diálogo, dando assim razão, como observou Luís Peixoto, "às preocupações das associações de utentes de sangue e seus derivados, que há muito vêm lutando para serem ouvidos, tomarem parte e colaborar com o Instituto Português de Sangue".

Neste contexto, dado que são irreparáveis os danos causados aos hemofílicos que contraíram o vírus, a "justiça possível", para já, no dizer do deputado comunista, passa pela gratuidade de todos os tratamentos de apoio que estes doentes necessitem para continuarem vivos e a atribuição de indemnizações de forma individual.

Medidas que se afiguram no entender do PCP como indispensáveis, como necessária continua a ser a "punição dos responsáveis por este facto criminoso e a alteração do procedimento" das autoridades portuguesas e muito concretamente do actual titular da pasta da Saúde.

PCP reclama esclarecimentos sobre abolição do período de transição na agricultura

As anunciadas propostas de extinção do período de transição para a agricultura portuguesa, que só deveria terminar em 1996 (e 2001 para a aproximação dos preços dos cereais), associada à reforma da PAC vêm agravar as perspectivas futuras da

agricultura portuguesa e confirmam que o Governo tem vindo progressivamente a abandonar a defesa da especificidade da agricultura nacional e dos interesses dos agricultores portugueses.

O período de transição, que tem como objectivo permitir

uma adaptação gradual das estruturas e dos mercados agrícolas nacionais aos comunitários, abrange cerca de 60 % da produção agrícola nacional: cereais, carne de bovino e de suíno, aves e ovos, leite e produtos lácteos, vinho, frutas e legumes frescos.

A confirmar-se a sua extinção antes do termo dos períodos negociados — e que tanto o Governo português tinha valorizado como uma

«vitória negociada» — significa ainda uma maior aceleração da degradação das condições de protecção dos produtos agrícolas mais sensíveis face à concorrência do exterior, designadamente com o eventual desaparecimento dos mecanismos complementares de troca e o aumento de importação de produtos agro-alimentares e uma aceleração da quebra de rendimentos dos agricultores.

É evidente que, neste quadro, os produtores de vinho,

de carne de bovino ou de frutas, a braços com graves crises de escoamento e de quebras de preços à produção, aliás, sem quaisquer efeitos positivos no consumidor, verão a sua situação agravar-se.

Face às notícias, vindas a público, de extinção antecipada do período de transição para a agricultura portuguesa, singularmente anunciadas logo após a reforma da PAC — ela própria gravosa

para os interesses nacionais, e que o ministro da Agricultura desde logo procurou minimizar —, o PCP reclama um imediato esclarecimento das condições em que o Governo português aceitou a abolição do período de transição e vai requerer, com carácter de urgência, a presença do ministro da Agricultura na Comissão de Agricultura da Assembleia da República.

O Gabinete de Imprensa

DORAV faz balanço positivo

A DORAV considerou como «um importante êxito» o conjunto de iniciativas realizadas, em 4 de Julho, no distrito de Aveiro, com a presença de Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, em que se assinalou o cinquentenário do assassinato pela polícia fascista do médico comunista Ferreira Soares.

A DORAV apreciou ainda a situação no distrito, sublinhando que se mantêm os sinais de degradação económica, social e ambiental da região, traduzidos em «mais empresas com dificuldades, no aumento da repressão contra os trabalhadores e nos repetidos acidentes ambientais nos rios do distrito».

Relativamente à actividade partidária, foi dado particular destaque à campanha de esclarecimento sobre o Tratado de Maastricht, no âmbito da qual foi ontem realizada uma sessão pública, na biblioteca de S. João da Madeira, com a participação de Rogério de Brito, deputado do Parlamento Europeu. Na reunião estiveram ainda em foco aspectos relacionados com a realização do 14º Congresso e com a festa do «Avante!».

Lutas em Braga com tendência para crescer

A deterioração económica e social no distrito de Braga poderá levar a um aumento das lutas dos trabalhadores e das massas populares nos diferentes sectores têxtil, metalúrgico, electrónico, da construção civil e da agricultura, alertou a Comissão Executiva da DORB do PCP, na sua reunião de sexta-feira passada.

Esta estrutura regional comunista chama também a atenção dos «outros sectores sociais - empresários, pequenos e médios comerciantes e agricultores para as consequências da política económica do Governo, comandada pelos grandes grupos monopolistas nacionais e transnacionais, e fortemente dependente das regras de integração económica para uma União Europeia, em que não são acautelados nem defendidos pelo Governo os atrasos dos nosso desenvolvimento económico, a especificidade dos sectores industriais tradicionais e da agricultura, os períodos de transição, entre outros». Desta forma, a DORB considera que a ratificação do Tratado de Maastricht «será

um golpe muito sério para os interesses de todos estes sectores e para a independência nacional».

Os comunistas de Braga prosseguem, entretanto, a acção de esclarecimento junto dos trabalhadores e da população em geral sobre o Tratado de Maastricht, o seu conteúdo e consequências e reclamam a realização de um grande debate nacional e de uma consulta, bem como divulgarão as razões do PCP para o Não ao Tratado.

Promover a festa do «Avante!», marcada para 4, 5 e 6 de Setembro e animar em todos os concelhos a venda de EP's é outra das orientações de trabalho para os próximos meses.

O Executivo da DORB manifestou ainda o seu empenho em desenvolver e aprofundar contactos com vista à preparação de programas e listas de candidatura da CDU para as autárquicas, que se avizinham, e agendou o debate sobre o trabalho preparatório do Congresso, para o plenário da Direcção Regional, marcado para o próximo sábado.

CAMARADAS FALECIDOS

CIPRIANO DIAS

Faleceu, com 55 anos de idade, vítima de acidente de viação em Espanha, quando seguia para Portugal, Cipriano Toucinho Dias. Era natural de Vale de Vargo e estava emigrado em França na região de Paris.

Aos familiares e amigos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Empresas de Évora fecham portas

Reunida no passado dia 4 de Julho, a Direcção Regional de Évora do PCP analisou a situação política e social no distrito e procedeu a um balanço do trabalho autárquico.

Entre vários exemplos, o PCP destaca a completa paralisação da Fábrica dos Leões, devido à falta de matérias-primas, consequência da má gestão da empresa, que está a lesar os interesses dos trabalhadores e da população em geral.

No sector dos mármore, mantêm-se os salários em atraso, e registam-se casos de perseguição e discriminação aos activistas sindicais. Situação não menos obscura e nebulosa é a que decorre na firma Cidade & Irmãos, que se encontra parada, onde no meio do jogo entre credores e patronato são os trabalhadores que saem prejudicados. Também a EPAC está a anunciar a desactivação de vários centros, originando o despedimento de 500 trabalhadores e a manutenção no distrito de Évora de apenas três locais de trabalho.

No trabalho autárquico, a DOREV do PCP congratulou-se pelo facto de «na generalidade dos concelhos e freguesias onde a CDU é maioria se registar uma elevada percentagem de cumprimento dos programas apresentados às populações, o que constitui um factor de confiança» para as próximas eleições de 93.

Relativamente à actividade do Partido no distrito, os comunistas sublinham o grande número de iniciativas políticas, nos últimos seis meses, sem paralelo no conjunto das outras formações partidárias.

Entre as principais orientações, a DOREV salienta o desenvolvimento e intensificação da luta contra a alteração da lei da greve, a promoção de debates e iniciativas de esclarecimento sobre o Tratado de Maastricht, a preparação da festa do «Avante!» e do trabalho com vista à realização do 14º Congresso.

Comportamento deplorável do PS na CM da Marinha Grande

O Executivo da Comissão Concelhia do PCP na Marinha Grande, reunido na passada sexta-feira, condenou a «demagogia e a irresponsável escalada do PS contra a maioria CDU na Câmara da Marinha Grande».

A este propósito, a Comissão Concelhia do PCP refere num comunicado à população que «na sessão da Assembleia Municipal, os deputados do PS tiveram um comportamento deplorável, marcado pela falta de ética e solidariedade face à ausência do presidente», que sofrera dias antes um acidente. Contudo, tal facto não impediu que os deputados socialistas desferissem violentos ataques contra a Câmara e o seu presidente, «sem qualquer consistência ou conteúdo concreto».

Os comunistas consideram desta forma «correcto e natural o abandono de alguns deputados do CDU, pela 2,30 da madrugada, quando já não havia qualquer votação a fazer, faltando apenas discutir o relatório da actividade da Câmara apresentado pelo presidente», para o que, devido às circunstâncias, foi solicitado um adiamento.

O PCP afirma ainda que «também nas últimas sessões do Executivo, os vereadores do PS denotaram o seu oportunismo

Crónicas imprudentes apresentadas no CT da Boavista

Cerca de oitenta pessoas ouviram o jornalista Araújo Moreira, membro da DORP do PCP, apresentar as «Crónicas Imprudentes», da autoria de César Príncipe, outro jornalista, que, como salientou o apresentador, manteve ao longo dos tempos, e actualmente, uma postura de dignidade e consequência.

A sessão de apresentação realizou-se, no passado dia 29 de Junho, no espaço convívio do CT da Boavista e a intervenção de César Príncipe desenvolveu o que escreve no prefácio: «o autor assume-se inconvertível à estupidez de sucesso e ao crime sem impressões digitais. E declara-se inimigo público da cultura do silêncio».

Não dispensa a cabeça ao satisfazer as necessidades. Presume-se usufrutuário de ideias e sentimentos. Não põe lutos pela fraternidade, pelas fronteiras da aventura».

Com a ironia que o caracteriza, César Príncipe falou da situação internacional e nacional e afirmou a fidelidade a princípios de há muito assumidos, num colóquio bem disposto em que intervieram alguns dos presentes.

O livro é a edição das crónicas que, nos anos de 1991 e 1992, o autor assina no Jornal de Notícias onde trabalha e nas quais «se dá o rosto por convicções e afectos».



político aproveitando a ausência do presidente para fazerem passar propostas que colidem clara e ilegalmente com o plano de actividades e orçamento para 1992, aprovados pela Assembleia Municipal».

No comunicado à população, os comunistas respondem ainda a uma entrevista concedida a um jornal local pelo líder distrital do PS, frisando que «é bom que fique a saber que o PCP não nasceu em 1917, mas sim em 1921 e que de facto já mudou em muita coisa, menos nos seus princípios e na sua coerência. Bom seria que fosse tão aguerrido (embora não necessariamente tão anticomunista) no exercício do seu cargo de vereador da Câmara Municipal de Leiria nomeadamente, quanto às inúmeras freguesias do seu concelho que não têm água ao domicílio ou saneamento básico, e outro tipo de equipamentos que a Freguesia de Vieira, graças ao trabalho da CDU, já tem».

Aliás, conclui o texto, «neste aspecto, o Concelho da Marinha Grande está largamente à frente da média distrital e nacional».

CDU mostra trabalho no Porto

A CDU da cidade do Porto realizou recentemente uma visita com a Comunicação Social com o objectivo de «dar a conhecer de uma forma mais viva o trabalho dos eleitos da CDU na cidade, uma obra que inegavelmente se associa ao progresso e desenvolvimento da cidade e à melhoria das condições de vida da sua população».

Um trabalho e uma acção que se exprimem pela voz de 42 eleitos em órgãos como a Assembleia Municipal do Porto e nas assembleias de freguesia «na fiscalização, no estudo sério dos problemas e na apresentação de propostas construtivas». É conhecido que a CDU detém a presidência da Junta de Freguesia de Miragaia e mantém na Câmara Municipal do Porto um vereador em permanência com a responsabilidade dos Mercados, Equipamentos e Serviços Técnicos, mas é provavelmente menos conhecido que a CDU assume responsabilidades e tarefas concretas nas juntas de freguesia de Aldoar, Bonfim, Campanhã, Foz, Lordelo, Massarelos, S. Nicolau e Vitória, num total de 15 elementos.

«De acordo com os princípios que desde sempre enformam a actividade da CDU nas Autarquias, quer em maioria quer em minoria, aceitamos e garantimos, pela nossa parte, a mais aberta cooperação entre os eleitos das diversas forças políticas, para a resolução dos problemas, sem abdicar da independência de apreciação crítica à gestão da maioria», explicou-se no final da visita, acrescentando-se:

«Nos executivos de freguesia em que participam, os eleitos da CDU têm desenvolvido uma intensa activi-

dade em áreas como a Cultura, o Desporto, Tempos Livres, a Acção Social, o apoio às Colectividades ou em áreas de gestão como Obras, Trânsito, Cemitérios, Tesouraria, Secretaria e Serviços Administrativos, etc. Consideramos que é justo salientar o papel pioneiro que em alguns casos têm assumido os eleitos da CDU na animação e dinamização da acção interligada das juntas e entidades como escolas, colectividades, estruturas de moradores, a Segurança Social, paróquias, etc.»

Os pormenores do trabalho

Como referimos, no final da visita fez-se um apanhado das obras visitadas e do trabalho feito.

Em Lordelo, por exemplo, pela acção desenvolvida por eleitos da CDU, milhares de crianças e jovens do ensino básico vêm sendo ganhos para a prática desportiva. Os Jogos Escolares, organizados anualmente com modalidades como basquetebol, futebol, atletismo e jogos tradicionais, e a promoção da educação física em todas as escolas primárias e nos infantários da Junta, do Bairro do Aleixo e do Bairro da Pasteleira, abrangem mais de um milhar de crianças.

Foram criadas escolas de formação de patinagem e de basquete que ocupam tempos livres de muitas crianças da freguesia.

Outros exemplos igualmente significativos foram referidos:

— No plano cultural, a celebração dos 150 anos da freguesia do Bonfim, proporcionando o encontro com o seu passado e as suas raízes históricas; o levantamento do património histórico em Campanhã; as semanas culturais, etc.;

— A reanimação e dignificação das tradicionais festas dos santos populares em freguesias como Massarelos, Miragaia, Foz do Douro e Bonfim;

— A atenção às crianças, aos idosos, aos jovens, com a promoção de convívios, excursões ou colónias de férias, como em Aldoar e na Vitória.

«Na actividade desenvolvida pelos nossos eleitos de Miragaia parece-nos de sublinhar o facto de nunca se terem deixado desanimar pela escassez dos meios de que dispõe uma junta de freguesia», disse a CDU da cidade do Porto, acrescentando:

«Com esses meios escassos têm sabido desenvolver uma imensa actividade de valorização do património da freguesia, de animação da vida local, de promoção de iniciativas de evidente e imediato interesse para as populações, como as Festas de Natal, os Passeios para a 3.ª Idade, as Colónias Balneares para crianças e Idosos, etc.».

Após realçar a actividade do vereador da CDU no executivo camarário do Porto, a Coligação recordou outros aspectos do seu trabalho:

Sem subestimar a importância e o alcance dos equipamentos desportivos, parques infantis, lavadouros, balneários, sanitários, lavandarias ou dos importantes melhoramentos introduzidos nos cemitérios, deixaríamos uma referência especial à actividade desenvolvida no que respeita aos mercados.

Até ao fim do mandato, no Porto, ficarão 21 mercados e feiras a funcionar em pleno ou em fase desenvolvida de projecto:

O Mercado Abastecedor do Porto, único no país que verdadeiramente tem este estatuto, que tem assento no Conselho da União Mundial dos Mercados Grossistas e que comercializa fruta, produtos hortícolas, peixe, carne, flores e cash & carry.

O Mercado do Bolhão, cuja reabilitação, de grande alcance, com profundo res-



O trabalho do vereador da CDU na Câmara Municipal do Porto, Oliveira Dias, mereceu tratamento especial na visita, de que vemos em pormenor na foto

peito pelos problemas humanos e culturais envolvidos, tem concurso público a decorrer e entrega de trabalhos até 28 de Julho.

O Mercado do Bom Sucesso, cuja vocação se alterou com o correr dos anos para mercado essencialmente grossista e cujo futuro deverá ser definido no próximo mandato.

Os dois mercados históricos, da Ribeira, já recuperado, e o de S. Sebastião, com estudos confiados ao Arq. Siza Vieira.

Os quatro mercados de

levantado, do Covelo e de Francos, com remodelação total concluída, e o das Campinas e da Alegria, a executar e concluir em breve.

Os dois novos mercados, de média dimensão, a construir na zona ocidental da cidade, em Lordelo e Ramalde, com concurso público a preparar na Faculdade de Arquitectura.

O mercado da Foz, com grande ampliação prevista com a cooperação da JF, com concurso público a preparar na Faculdade de Arquitectura.

Açores

CDU quer reeleição de deputado por S. Miguel

Realizou-se no passado domingo, no Auditório dos CTT em Ponta Delgada, o Encontro CDU da ilha de S. Miguel que contou com a presença e a participação activa de um elevado número de participantes provenientes dos Concelhos da Região. O Encontro visou aprovar critérios para a elaboração da lista de candidatos e o Manifesto da Candidatura, documentos que foram aprovados por unanimidade.

Quanto aos critérios para a elaboração da lista, destacou-se «a intenção de abrir e renovar, incluindo na candidatura cidadãos que apoiam o objectivo de a CDU recuperar o mandato perdido, transferencialmente, em

1988 naquela ilha. Quanto ao Manifesto da candidatura, sobressai a intenção de, «para se atingir o objectivo de recuperar o mandato perdido em 1988, promover com grande intensidade o regresso ao Parlamento Regional do anterior deputado por S. Miguel, José Decq Mota, cujo anúncio da candidatura motivou já um vasto número de apoios de grande valor social e político».

O Encontro analisou ainda aspectos da campanha eleitoral, tendo decidido a criação de núcleos de activistas por toda a ilha, e marcou a divulgação da lista para 12 de Agosto próximo, em cerimónia pública.

José Decq Mota abriu os

trabalhos com uma intervenção de fundo, onde caracterizou a actual situação política regional e defendeu que a derrota do PSD não passa pela concentração dos votos em ninguém em particular da actual oposição, mas passa antes pela redução dos votos do PSD e pela conquista para a ideia de mudança de muitos dos anteriores abstencionistas.

O dirigente do PCP nos Açores defendeu ainda que, após ser retirada a maioria absoluta ao PSD, é necessário encontrar uma solução governativa equilibrada e, para que tal aconteça, é indispensável que a CDU esteja presente e activa na Assembleia Legislativa Regional.

José Magalhães Godinho e a romagem antifascista

Por um lamentável salto de linhas, na reportagem da nossa última edição sobre a romagem de antifascistas ao Aljube não referimos a intervenção proferida por José Magalhães Godinho, durante o almoço-convívio, aliás, um qualificado e bastante aplaudido discurso. Ao prestigiado diri-

gente do PS, tal como aos nossos leitores, apresentamos desculpas pelo lapso.

Aproveitamos para referir que uma representação da Comissão de Antifascistas está a ser recebida na Câmara Municipal de Lisboa à hora do fecho da nossa edição.



Luís Sá em Serpa

Acompanhado por dirigentes locais do PCP, Luís Sá, membro da Comissão Política, visitou recentemente Serpa onde foi acolhido nos paços do concelho, teve um encontro com a vereação da Câmara Municipal, esteve em serviços e nas oficinas da edilidade, e visitou realizações e obras em curso na vila de Serpa, e ainda em Pias e Vila Nova de S. Bento, onde teve também contactos com as respectivas Juntas de Freguesia. Pôde confirmar o bom trabalho realizado ao longo dos anos de Poder Local democrático pelas autarquias da CDU no concelho, tendo destacado a qualidade de vida das populações — hoje com os problemas

de saneamento básico e abastecimento de água resolvidos, com infra-estruturas de saúde e educação, com equipamentos culturais desportivos modernos, com zonas de habitação aprazíveis dotadas de bons arruamentos, iluminação pública e zonas verdes, com um movimento associativo popular multifacetado, com centros históricos (em particular a vila de Serpa) valiosos e bem cuidados.

O dirigente do PCP, juntamente com eleitos da maioria CDU e do Partido Socialista, teve ainda uma breve reunião com cerca de duas centenas de trabalhadores da Câmara Municipal.

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

- Os Acordos de Maastricht
- União Económica e Monetária

CADERNO ESPECIAL

- Alguns aspectos institucionais
- Europa dos cidadãos e Europa das polícias

NACIONAL

Leite para Cuba

Um gesto de solidariedade

De Lisboa para Havana partiu na quinta-feira uma carga muito especial - leite. A iniciativa partiu da Associação de Amizade Portugal/Cuba que desta forma, como disse ao "Avante!" a respectiva presidente, Armada Fonseca, se juntou à corrente internacional que em todo o mundo faz questão de afirmar a sua solidariedade com a luta de Cuba contra o bloqueio imposto pelos Estados Unidos.



Leite para Cuba, uma iniciativa da Associação de Amizade Portugal/Cuba

P - Uma campanha de leite para Cuba. Porquê?

R - A campanha constitui uma manifestação de solidariedade com o povo cubano e é, simultaneamente, uma forma de protesto contra um bloqueio que se iniciou ainda antes da declaração da natureza socialista da revolução cubana.

O bloqueio por parte dos norte-americanos manifesta-se fora do próprio território dos Estados Unidos, através de represálias contra empresas sediadas no estrangeiro que comerciam com os EUA, e abrange todo o tipo de bens, atingindo mesmo medicamentos e equipamentos médicos, como por exemplo incubadoras para recém-nascidos. Ainda recentemente, o presidente George Bush reafirmou que os EUA não devem permitir nem a venda de medicamentos nem donativos de alimentos a Cuba.

Este bloqueio causou já um prejuízo de cerca de 15 000 milhões de dólares nas últimas três décadas! Em consequência dele, Cuba optou necessariamente por desenvolver relações comerciais com os países socialistas. Ora a desagregação dos países socialistas da Europa afectou gravemente a economia cubana, obrigando à reestruturação agora em curso.

Por todo o mundo têm surgido campanhas de solidariedade com Cuba, através do envio de remédios, petróleo, material escolar, etc. A Associação de Amizade optou pelo envio de leite em pó, produto de que há carências neste momento em Cuba.

P - Por que é que falta o leite?

R - Porque a Alemanha se recusou a respeitar o acordo anteriormente celebrado entre a RDA e Cuba, segundo o qual a RDA enviava leite - de que tinha excedentes - em troca de alimento para gado extraído de um derivado da cana-de-açúcar. Mais, a Alemanha Federal recusou renegociar o dito acordo, o que causa naturais dificuldades no fornecimento de leite.

De salientar que, em cumprimento daquele convénio, Cuba tinha investido divisas convertidas em fábricas onde era produzido o referido alimento para gado. Isto é um exemplo bastante significativo das dificuldades causadas pelo desaparecimento dos regimes socialistas.

Sendo nós uma Associação de Amizade com Cuba, surge naturalmente esta campanha.

P - Qual a receptividade da campanha por parte do público?

R - Pensamos que a campanha, para além de sensibilizar

todas as pessoas que admiram o povo cubano pelo nível de desenvolvimento atingido nestes 30 anos, apesar das dificuldades suscitadas pelo bloqueio, apesar dos actos de guerra de que tem sido vítima - tem o apoio de todos aqueles que, independentemente de concordarem ou não com a revolução cubana, discordam de um bloqueio que é um atentado à liberdade e dignidade do povo cubano e que viola flagrantemente várias convenções internacionais.

A campanha iniciou-se em Julho de 1991, mas desenvolveu-se de forma organizada a partir do início deste ano e pensamos levá-la a cabo até final do próximo mês de Setembro.

Enviámos uma primeira remessa de 419 Kg de leite e uma segunda, na passada quinta-feira, de duas toneladas.

P - Como é que se pode participar na campanha?

R - As pessoas interessadas em participar poderão efectuar depósitos na conta da Associação de Amizade Portugal/Cuba, no Montepio Geral, que tem o nº 559581-1 (Agência da Rua do Ouro, em Lisboa). Existem, além disso, listas numeradas que poderão ser distribuídas a quem tiver disponibilidade para participar na recolha de fundos.

Faço questão de referir que temos tido o apoio da Intervenção Democrática (ID) nesta campanha, bem como da União de Sindicatos de Lisboa.

O leite adquirido com os donativos está a ser enviado através dos aviões da Cubana de Aviação, sempre que estes escalam Lisboa.

P - O que tem feito a Associação para divulgar esta iniciativa?

R - Porque consideramos que Cuba sofre não apenas um bloqueio económico mas também um bloqueio a nível informativo, temos vindo a realizar sessões de informação sobre Cuba, com o objectivo de "furar" esse bloqueio e para a sensibilização quanto à necessidade da solidariedade com o povo cubano.

Manifestamos, aliás, a nossa total disponibilidade para participarmos em quaisquer sessões de esclarecimento sobre o que era Cuba e o que é hoje Cuba, graças à revolução.

O presidente Fidel Castro disse que Cuba era a esperança do Terceiro Mundo. Eu diria que Cuba é a esperança de todos os amigos da paz, do desenvolvimento e da independência dos povos.

Carta aberta aos chefes de Estado

Dezenas de deputados do Parlamento Europeu, dos diferentes grupos políticos, incluindo os da Coligação de Esquerda em que se inserem os eurodeputados comunistas portugueses, decidiram enviar aos chefes de Estado reunidos na 2ª cimeira ibero-americana, em Madrid, a seguinte carta aberta:

A República Cubana é alvo, há mais de trinta anos, por parte dos Estados Unidos, de um bloqueio cada vez mais rigoroso, que vai do petróleo aos produtos alimentares e aos medicamentos, passando por matérias-primas e máquinas-ferramentas. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos exercem pressão sobre outros países (através da ajuda ao desenvolvimento, a concessão de cláusulas preferenciais, reescalonamento da dívida, etc.) para que estes rompam as suas relações económicas com Cuba de

forma a impedir as receitas cubanas em divisas fortes.

Os problemas provocados a Cuba pelo desmembramento da URSS e do COMECON não resultam apenas da queda de produção e da desorganização económica destes países: os Estados Unidos subordinam de facto a sua ajuda à Comunidade de Estados Independentes (CEI) e outros à cessação total de entregas de petróleo, peças de substituição ou matérias-primas a Cuba.

Os deputados do Parlamento Europeu abaixo-assinados apelam com veemência aos Chefes de Estado reunidos por ocasião da 2ª cimeira ibero-americana em Madrid para que não ignorem esta tentativa de estrangulamento económico de Cuba. Pedimo-vos insistentemente para que inscrevam este bloqueio americano na ordem de trabalhos da vossa cimeira e o condenem sem ambigui-

dades! Pedimos que façam o mesmo na Assembleia Geral das Nações Unidas, prevista para o próximo Outono! Não se tornem, pelo vosso silêncio, cúmplices deste sequestro de todo um povo!

Pedimos em particular aos Chefes de Governo de Espanha e de Portugal que façam todo o possível, junto do Parlamento Europeu, e com o aval do voto da cimeira ibero-americana, para que estas atitudes dos EUA sejam condenadas e que a CEE não apoie indirectamente este bloqueio mas, pelo contrário, intervenha na Assembleia plenária da ONU para que o mesmo seja imediatamente levantado.

O respeito pela soberania e independência de Cuba é condição e garantia da independência de todos os Estados da América Central e América do Sul.

PARLAMENTO EUROPEU

Coligação de Esquerda propõe

Consultar os povos sobre a nova Europa

A suspensão do processo de ratificação do Tratado de Maastricht foi pedida pelo Grupo Coligação de Esquerda do Parlamento Europeu, na sessão plenária da semana passada.

A proposta de resolução, subscrita, entre outros, pelo deputado comunista Joaquim Miranda, apelava à presidência britânica a suspensão do processo de ratificação e a abertura de discussões "para elaborar uma nova concepção da construção europeia, no âmbito de uma ampla consulta dos povos e dos parlamentos nacionais da Comunidade".

Esta iniciativa, não aprovada, fundamentava-se no facto de o Tratado de Maastricht se ter tornado caduco na sequência do resultado do referendo dinamarquês, como estipula o artigo 236º do Tratado da CEE e do artigo R das próprias disposições finais do Tratado de Maastricht.

Por outro lado, tendo em conta a prioridade do programa britânico de prosseguir o processo de liberalização e de abertura de negociações com os países candidatos à adesão à Comunidade, a Coligação de Esquerda defendia na sua proposta que tais negociações "apenas poderão ter início no termo do processo de ratificação", caso se prossiga com o mesmo, e após "terem sido solucionados os problemas que se prendem com o finan-

ciamento futuro da Comunidade a partir de 1993».

No que se refere ao financiamento, os eurodeputados da Coligação advogavam a "fixação de uma taxa mínima de imposto sobre as sociedades", bem como a "tributação das mais-valias obtidas na bolsa e das exportações de capitais para fora da Comunidade" acima de determinado limite máximo.

Preocupados com o facto de a política social não constituir uma prioridade da presidência britânica, os deputados da Coligação de Esquerda exigiam ainda a sua inclusão no programa da presidência, em conformidade com as conclusões do Conselho Europeu de Lisboa e solicitavam que "as directivas de carácter social actualmente em fase de apreciação sejam rapidamente adoptadas". A proposta exigia também "o respeito das conquistas sociais nos Estados membros, no sentido de evitar o nivelamento por baixo, contribuindo, deste modo, para assegurar e promover uma elevação progressiva do nível de protecção social e dos direitos dos trabalhadores".

A terminar, o Grupo Coligação de Esquerda solicitava que não fossem feitas quaisquer novas concessões pela Comunidade nas negociações do GATT, nomeadamente no domínio agrícola.

Dimensão social do mercado único

A resolução de compromisso relativa à dimensão social do mercado interno, aprovada a semana passada em Estrasburgo, no Parlamento Europeu, não mereceu os votos favoráveis dos eurodeputados da Coligação de Esquerda, apesar de se afirmarem em "sintonia com grande parte dos considerandos e das alíneas" da mesma. Os motivos foram explicados por Sérgio Ribeiro, que no debate sobre a matéria salientou as insuficiências da resolução.

"Concordamos inteiramente, disse o eurodeputado citando o texto em apreço, com 'as conclusões de numerosas cimeiras europeias que sublinharam a necessidade de progresso do domínio social', mas não podemos deixar de também sublinhar a inconsequência dessas conclusões, inevitável porque se considera o domínio social como complemento, e tão-só como complemento, necessário à conclusão do mercado interno, como a cimeira de Lisboa o reafirmou".

Como recordou, é verdade que a política ultraliberal e desregulamentadora do Reino Unido tem contribuído para a complementaridade e subalternização do domínio social, responsável pelo atraso crescente da dimensão social, mas tal constatação não permite "desculpabilizar todos os outros governos, escondidos atrás de uma necessária unanimidade ou de uma procura de consensos mesmo quando é possível a maioria".

Os deputados do Grupo Coligação de Esquerda, disse também o representante do PCP, estão com o PE quando este lamenta que o Conselho não adopte iniciativas comunitárias capazes de promover um crescimento concertado e criador de empregos, mas isso não os faz esquecer que a estratégia comunitária de cooperação para o emprego e o crescimento foi responsável pela degradação da qualidade do emprego, com a flexibilidade do mercado do trabalho e a precarização para incentivar o investimento, sem que, ao mesmo tempo, se tenham conseguido diminuir os altos níveis de desemprego e a sua recidiva aceleração.

G-7 Cimeira encerra de mãos vazias

A Cimeira dos sete países mais industrializados, que decorreu a semana passada em Munique, encerrou os seus trabalhos sem qualquer conclusão prática, em particular no domínio fulcral da economia, em que tudo se fica por palavras declaratórias. Palavras em grande medida destituídas de conteúdo marcam igualmente a Declaração política, em que no fundamental se aposta em Maastrich, como base política de uma futura Europa,

talhada à medida dos 7 grandes.

Oficialmente, a Agenda da Cimeira dos 7 (EUA, Japão, Canadá, Alemanha, França, Itália e Grã-Bretanha) estava subordinada a cinco temas principais: situação da economia mundial, países em vias de desenvolvimento, apoio aos Estados membros da CEI, auxílio à Europa de Leste e Central e segurança das centrais nucleares da ex-União Soviética.

De concreto ficou, por

exemplo, a incapacidade em concluir qualquer acordo relativo ao GATT. O «consenso sólido» sobre a necessidade de reforço do crescimento mundial não tem, naturalmente, qualquer significado prático. Tal como a «particular preocupação» manifestada com a situação na África subsahariana. A decisão de auxílio económico à Rússia passou pela aceitação, por parte do governo de Moscovo, das exigências do FMI de reduções do orçamento de Estado, o que obrigará a cortes nos subsídios a empresas e mesmo nos já reduzidos programas sociais. As causas da crise — referenciadas pelos 7 como «défices orçamentais demasiado elevados, «taxas de juro muito altas» e «impasse nas negociações do GATT» ficam intocadas. A grande questão da Cimeira — como sair da recessão — ficou sem resposta.

Entretanto, a degradação da situação socioeconómica é um facto por todos reconhecido.

Nos Estados Unidos, o desemprego cresce de forma acelerada. Mais de dois milhões de postos de trabalho desapareceram desde 1990. Em plena campanha eleitoral, a General Motors, Hugues Aircraft e mesmo a IBM, procedem a despedimentos em massa. Em França, o número de desempregados está largamente acima dos três milhões oficialmente reconhecidos. Na Alemanha, quase 30% da população activa dos Lander orientais está actualmente sem trabalho. Só o Japão escapa a esta realidade, mas à custa, nomeadamente, de uma forte discriminação das mulheres.

Esta situação no plano socioeconómico é acompanhada de uma verdadeira guerra económica, monetária e comercial. Utilizando uma vez mais a arma das taxas de juro, os EUA apostam na baixa do dólar. Trata-se de acompanhar a ofensiva comercial dos grupos americanos que pretendem forçar os mercados da Europa Ocidental e do Japão, com uma diminuição dos preços dos produtos dos EUA. Uma política que pode levar a uma guerra monetária entre Estados Unidos, Alemanha e Japão.

Ora esta guerra terá incidências negativas no emprego. Por um lado, as guerras financeiras submetem mais ainda a economia real ao estreito controlo dos mercados financeiros especulativos. Por outro, o encarecimento do investimento leva a mais fortes destruições de postos de trabalho.

Neste quadro, destaca-se o vazio de declarações de princípios sem correspondência na vida real, como a consi-



Protesto de agricultores em Estrasburgo. O optimismo de fachada exibido em Munique nada tem a ver com a gravidade dos problemas socioeconómicos que se vivem tanto na Europa como nos EUA

nada na Declaração política sobre direitos do homem: «Reafirmamos que o reconhecimento da dignidade intrínseca e dos direitos iguais e inalienáveis de todos os membros da família humana constituem o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo. Os direitos do homem não estão à disposição dos Estados ou dos seus governos.» Que valor terá esta declaração para os milhões de desempregados?

As condições de trabalho nos centros de saúde e hospitais do Algarve «continuam degradadas», afirmou em 9 de Julho em Faro a delegação do Sindicato dos Médicos da Zona Sul. O

estado de degradação é criticado pela Delegação de Faro que traz a público «o clima de intimidação junto dos funcionários, nomeadamente com a imposição de horários de trabalho ilegais».

Quanto ao Plano Médico de Verão para o Algarve (PAMVA), a delegação sublinha que, no respeitante aos médicos, esta acção do Governo «não vem colmatar as necessidades dos serviços de saúde da região». Diz o Sindicato, através da delegação de Faro, que «vieram poucos médicos de fora do distrito e vai ser mais uma vez com o sacrifício dos médicos algarvios que os serviços se vão manter minimamente funcionais».

A delegação destaca o facto de aqueles profissionais «trabalharem mais de 70 horas semanais». Lamentando a circunstância de «só no Verão as instâncias superiores se preocuparem com a saúde no Algarve», o sindicato sugere que «os dinheiros gastos em publicidade sobre o PAMVA» sejam utilizados no «reequipamento dos estabelecimentos de saúde e no pagamento das horas em dívida a médicos e outros funcionários» hospitalares.

A delegação algarvia do Sindicato dos Médicos da Zona Sul reclama meios técnicos e humanos permanentes sem o recurso a «milagres estivais».

Contracimeira

Dezenas de milhar de pessoas manifestaram-se em Munique, durante os trabalhos da Cimeira dos sete, acusando os dirigentes dos sete países mais industrializados de perpetuarem uma ordem económica desumana, assente na exploração do terceiro mundo e responsável pela destruição do meio-ambiente.

Paralelamente à Cimeira dos governos dos 7, realizou-se uma Cimeira alternativa, que reuniu ecologistas, pacifistas e representantes religiosos de 18 países.

A contra cimeira qualificou a Declaração final dos chefes de Estado e governo dos 7, de triste exemplo de incapacidade e passividade, exigiu a criação de um Conselho económico mundial representativo, e denunciou a Cimeira como uma declaração de guerra contra os seres humanos que vivem no hemisfério Sul. Destacada, em particular, a ausência de medidas concretas para solucionar os problemas decorrentes da exigência de pagamento da dívida externa do terceiro mundo.

PCP protesta contra prisões de comunistas búlgaros

A prisão de A. Loukianov, ex-primeiro-ministro da Bulgária, sob a estranha acusação de empréstimos oferecidos a países «terroristas», com referências que vão da Nicarágua a Moçambique, e a notícia da possibilidade de serem efectuadas mais prisões de comunistas búlgaros, originou o protesto do Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português, que enviou mensagens ao embaixador da República da Bulgária em Portugal e ao actual primeiro-ministro búlgaro. Mensagens que aqui reproduzimos.

Mensagem ao Embaixador da Bulgária

Dirigimo-nos a V. Exa. a fim de lhe dar conta da nossa maior preocupação pela prisão de A. Loukianov e de notícias que circulam acerca de novas prisões de comunistas búlgaros.

Com efeito, as perseguições ao Partido Socialista Búlgaro, a ex-dirigentes comunistas, ao mesmo tempo que nos chegam numerosas notícias relativas à absolvição dos crimes fascistas, cometidos no passado no vosso país, não deixam de suscitar as nossas mais legítimas inquietações assim como da opinião pública de sentimentos democráticos e progressistas.

Um Estado de direito democrático não se constrói perseguindo comunistas ou outros democratas, mas sim permitindo a todos os cidadãos o direito de se organizarem politicamente e exercerem os seus direitos cívicos e políticos.

Vimos, por isso, junto de V. Exa. erguer o nosso protesto e reclamar a libertação de A. Loukianov, solicitando que faça chegar ao primeiro-ministro o telegrama que juntamos a esta carta.

Telegrama ao primeiro-ministro búlgaro

Comunistas portugueses protestam prisão A. Loukianov, que viola os mais elementares direitos democráticos e reclamam a sua imediata libertação.

A dívida Números e factos

No total, o mundo em desenvolvimento deve aproximadamente 1300 biliões de dólares aos governos e bancos das nações industrializadas e às instituições financeiras internacionais. Em cada ano, o pagamento do principal e dos juros chega a cerca de 150 biliões de dólares à grosso modo, três vezes o valor que o mundo em desenvolvimento recebe como ajuda externa. Uma vez que é impossível pagar integralmente os juros, o valor não pago é somado ao total da dívida. Desta maneira, a dívida auto-alimenta-se, criando uma situação em que, além de ser impossível pagá-la, a simples tentativa de pagar os juros debilita à partida qualquer movimento em direcção a uma reforma económica.

As estimativas do custo que as barreiras proteccionistas dos países industrializados representam para os países em desenvolvimento variam muito, mas o total não é inferior a 55 biliões de dólares mais do que toda a ajuda externa recebida.

Segundo o director administrativo do FMI, Michel Camdessus, a queda dessas barreiras tarifárias e não tarifárias permitiria um aumento na taxa de crescimento dos países em desenvolvimento de cerca de 3 pontos percentuais, rendendo benefícios iguais a duas vezes a ajuda externa que esses países recebem.

À dependência económica de matérias-primas foi uma calamidade. A maioria dos países africanos foi estimulada a

aumentar os seus rendimentos e a pagar as suas dívidas através de um aumento das exportações dos seus produtos primários. A resposta foi um aumento de 25% no volume dessas exportações, durante a difícil década de 80. Entretanto, a queda constante dos preços das matérias-primas africanas em relação ao custo das suas importações significou uma queda nos seus rendimentos de cerca de 30% durante os últimos 10 anos.

À completa desumanidade do que está a acontecer reflecte-se no simples facto de que mesmo a pequena parcela de juros que a África consegue pagar absorve um quarto de todos os seus rendimentos em exportações, e custa ao continente, em cada ano, mais do que os seus gastos totais em saúde e educação.

À São as crianças que pagam o preço mais alto pelas dívidas do mundo em desenvolvimento. Estudos realizados pela UNESCO mostram que a tentativa de ajustar as economias à crise da dívida determinou uma queda nas taxas de matrículas escolares de crianças entre 6 e 11 anos de idade em, pelo menos, 50 dos países mais comprometidos pela dívida no mundo em desenvolvimento. Dados recolhidos pela UNICEF mostram um quadro de elevação das taxas de desnutrição e mesmo de mortalidade infantil em alguns dos países mais endividados da África e da América Latina.

(Dados recolhidos do Relatório da UNICEF «Situação Mundial da Infância à 1992»)

INTERNACIONAL

CSCE

Em nome da paz
as armas da guerra

A Cimeira de Helsínquia da CSCE terminou com a aprovação de um documento que institui mecanismos de intervenção, mesmo militar, em nome da manutenção da paz na Europa.

«As actividades de manutenção da paz da CSCE podem ser despoletadas em caso de conflito no território de um Estado participante ou entre os Estados participantes», afirma o documento.

A CSCE (Conferência de Segurança e Cooperação na Europa) afirma-se pronta, neste aspecto, a «esforçar-se por obter, em cada caso, o apoio de organizações e instituições internacionais, como a Comunidade Europeia, a NATO e a UEO, bem como de outras instituições e mecanismos de manutenção da paz da CEI». À margem da Cimeira, reuniram-se os ministros dos Negócios Estrangeiros dos 16 países da NATO, pouco depois da reunião dos nove países membros da UEO.

Em comunicado, os países da NATO indicaram ter chegado a acordo quanto a «uma operação marítima da NATO», com navios que serão, nomeadamente, destacados da nova força permanente da NATO no Mediterrâneo, «para garantir



o respeito das resoluções 713 e 757 do Conselho de Segurança das Nações Unidas em coordenação e cooperação com a operação decidida pela UEO». Coordenação que é considerada como «um exemplo da forma como podemos cooperar e coordenar as nossas acções».

Assim se aposta, na prática, na opção militar (em que Portugal também poderá participar), apontando simultaneamente um único responsável para a crise jugoslava, a Sérvia, muito embora nestes mesmos dias (e em contradição com a desicisão de

embargo contra Belgrado), tanto o secretário-geral da ONU como o alto comissário das Nações Unidas para os refugiados, tenham feito publicamente constatações bem diversas.

«As forças (muçulmanas e croatas) de oposição ao Partido Democrata Sérvio parecem querer tirar o máximo partido estratégico da entrega do aeroporto à Forpronu» pelas forças sérvias, diz Butros-Ghaldi, que acrescenta à «As forças sérvias, por seu turno, continuam a usar armamento pesado nos bairros povoados da cidade». Para concluir que

nenhuma das partes está a cumprir as três condições essenciais do cessar-fogo.

Sadako Ogata, alto comissário das Nações Unidas para os refugiados, renovou em Genebra um apelo a todas as partes envolvidas no conflito para que «cessem as limpezas étnicas», de que são responsáveis, não apenas os sérvios, mas igualmente os croatas e muçulmanos.

Até agora, a guerra na ex-Jugoslávia provocou 2,2 milhões de desalojados e refugiados, 500 mil dos quais estão dispersos por outros países europeus.

NATO e UEO pretendem tomar posição em território jugoslavo, a pretexto de apoiar as acções implementadas pela ONU.

Hungria

O mercado negro de mão-de-obra estrangeira floresce na Hungria e em Budapeste trabalham mais de 60 mil romenos, ucranianos, russos e polacos, além de cidadãos de países asiáticos não registados oficialmente.

Fontes sindicais magiares informaram que os estrangeiros fazem os trabalhos mais sujos e difíceis, que os húngaros não aceitam devido aos baixos salários oferecidos.

O director de uma empresa construtora húngaro-alemã, Pal Kurucz, afirmou que os trabalhadores oriundos de outros países «são muito cumpridores».

«Trabalham 10 ou 12 horas sem interrupção e são competentes. Os húngaros querem salários mais altos e não trabalham tanto», sublinhou.

Iraque

O Ministério iraquiano da Saúde revelou que 10 776 crianças nasceram com deformações congénitas em consequência da guerra do Golfo e do embargo internacional imposto ao país desde Agosto de 1990.

Citado pela agência oficial INA, um responsável do Ministério, o médico Sabri Morcos, precisou tratar-se de «deformações cardíacas, cerebrais, vertebrais, do aparelho digestivo e de diversos outros órgãos».

Segundo Morcos, as malformações verificadas em crianças nascidas após a guerra do Golfo, que terminou em Fevereiro de 1991, são «devidas à penúria de medicamentos, nomeadamente de antibióticos, e da alimentação de base que se reflecte sobre a saúde das mulheres grávidas e dos seus filhos».

O aumento deste tipo de casos deve-se também, na opinião do médico, aos «efeitos ecológicos das armas de destruição utilizadas contra o Iraque durante a guerra do Golfo e que causaram desequilíbrios psíquicos e hormonais nas mulheres e nos bebés».

O Ministério iraquiano da Saúde anunciou, em 21 de Junho, a morte de 40 908 pessoas, mais de um terço das quais «crianças com menos de cinco anos de idade», durante os primeiros quatro meses de 1992, «por causa do embargo».

Livro branco

O ministro britânico da Defesa, Malcom Rifkind, ao anunciar o orçamento da Defesa, 24 mil milhões de libras (6000 milhões de contos), disse que se destinava «a responder a qualquer ameaça no mundo é não apenas na Europa».

O livro branco do governo do primeiro-ministro, John Major, sobre «Estratégia de Defesa no período pós-guerra fria», que acaba de ser apresentado, destina-se à protecção e segurança do Reino Unido e territórios dependentes, mesmo quando não haja uma ameaça externa, segurança contra qualquer ameaça externa ao país e seus aliados e promoção dos interessados mais vastos do Reino Unido através da manutenção da paz e estabilidade internacionais.

O governo britânico, na declaração no Parlamento, confirmou, por outro lado, que tinha encomendado o quarto submarino do sistema nuclear «Trident».

Cólera

Mais de mil pessoas morreram e perto de 23 mil foram atingidas pela epidemia da cólera na África até ao início do mês de Julho, segundo um relatório divulgado em Genebra pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

De acordo com o relatório da OMS, até 2 de Julho foram registados 223 033 casos de cólera em todo o mundo e 2426 mortes, mais 21 280 casos que os registados até 4 de Junho e mais 339 mortes.

Moçambique, com 7882 casos e 96 mortes, continua a ser o país africano com o maior número de casos, num continente que totalizou 22 908 casos e 1232 mortes.

Desemprego

O desemprego atingiu, na Austrália, em Junho uma taxa recorde de 11,1 por cento para uma população activa de cerca de oito milhões de pessoas.

O ministro do Tesouro, John Dawkins, qualificou este valor de «muito preocupante para o governo», tendo anunciado que irá tomar medidas para tentar reduzir esta taxa, que é a mais elevada desde a segunda guerra mundial.

A taxa de crescimento deverá aumentar 3 por cento para reduzir o desemprego, acrescentou.

A taxa de desemprego passou de 10,6 por cento em Maio para 11,1 por cento em Junho e atinge os 35,8 por cento entre os jovens, precisam as estatísticas oficiais.

Alemanha

Desemprego aumenta
na ex-RDA

Um movimento de defesa dos interesses específicos dos habitantes da Alemanha Oriental foi criado em Berlim pelo presidente do PDS, Gregor Gysi, e pelo último ministro do Interior da ex-RDA, Peter-Michael Diestel, membro da União Cristã-Democrata (CDU).

O novo movimento «Comité para a Justiça» conta à partida com o apoio expresso de dezenas de intelectuais e artistas e destina-se a fazer pressão sobre o governo e o Parlamento

federal, para que os habitantes da Alemanha de Leste deixem de ser tratados como «cidadãos de segunda classe».

A criação deste Comité reflecte os profundos problemas socioeconómicos que se vivem no território ex-RDA.

«Sem medidas sociais adequadas na Alemanha Oriental, o número de desempregados poderá atingir 3,1 milhões», ou seja, cerca de 40% da população activa afirmou recentemente o pre-

sidente do gabinete federal do Trabalho, Heinrich Franke. «A percentagem oficial de desemprego de 14,1% não passa de uma meia verdade, porque não tem em conta todos aqueles que estão numa situação de subemprego», anunciou por seu lado a responsável da Confederação Sindical Alemã (DGB) em Berlim, Christiane Bretz.

Para além dos 1,1 milhões de desempregados oficiais, a ex-RDA conta com quase dois milhões de pessoas sem emprego fixo: 500 000 em cursos de formação, 405 000 nos chamados trabalhos de utilidade pública (ABM), 440 000 em trabalho a tempo parcial, 480 000 com mais de 55 anos obrigados à inacção enquanto esperam a idade da reforma, sem contar com as 300 000 pré-reformas compulsivas.

A eficácia dos estágios de reconversão é muito contestada pelos sindicatos, pois só uma pequena parte dos participantes nestes estágios obtém depois um posto de trabalho. Por outro lado, os desempregados integrados nos ABM passam o seu tempo a limpar terrenos e a

demolir fábricas encerradas e não recebem qualquer tipo de formação. «Todas estas medidas são tomadas sobretudo para que as pessoas conservem a esperança e não venham protestar para a rua», considera um porta-voz da DGB, Dieter Piensky.

Segundo a Confederação sindical, desde a união monetária alemã, há dois anos, foram suprimidos três milhões de postos de trabalho na ex-RDA.

Acresce que a maioria dos especialistas considera que ainda não foi atingida a máxima taxa de desemprego, prevista para 1993. A DGB prevê mais um milhão de desempregados. E isto num quadro de cortes na despesas públicas, apostando o governo na redução dos subsídios de desemprego.

A situação assume particular gravidade. Recentemente, o presidente da Associação dos Desempregados da Alemanha de Leste alertou: «A situação é potencialmente pior que quando da República de Weimar. Os desempregados estão não só desesperados como mesmo prontos a entrar em confronto».

PCP no Forum
de São Paulo

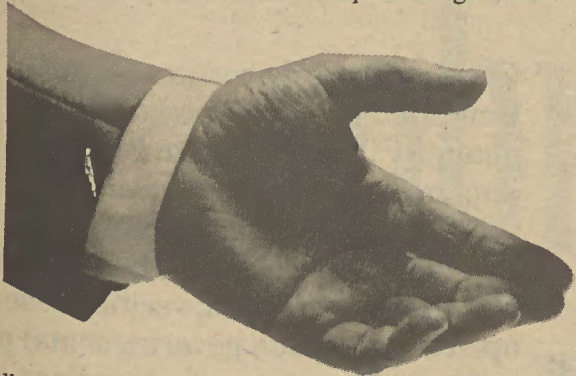
Albano Nunes, membro do Secretariado do CC do PCP e responsável da Secção Internacional, partiu para a Nicarágua onde, nos dias 16 a 19, participa como convidado no 3º Encontro do Forum de S. Paulo que reúne, em Manágua, movimentos democráticos e de libertação nacional, frentes patrióticas, partidos comunistas e outros partidos da América Latina.

Nesta deslocação à América Latina, Albano Nunes esteve entretanto em Cuba, onde manteve contactos com o Partido Comunista de Cuba, com o objectivo de uma troca de informações e opiniões sobre a situação em Cuba e em Portugal e a actividade do PCC e do PCP.

O fantasma das dívidas incobráveis

A crise da grande Banca internacional já não se abate. E mostra raízes profundas a perigosa situação dos grandes meios financeiros internacionais onde presentemente se joga o futuro do capitalismo.

Começou o processo de apodrecimento. Às dívidas do chamado Terceiro Mundo que, hoje e só por si, não constituiriam um tão monumental problema como a certa altura parecera, vieram juntar-se as dívidas do primeiro mundo e as do segundo, mais as dos milhares e milhares de empresas falidas em todos os países e continentes. Adicionaram-se, no sistema, as dívidas dos Bancos pequenos, aos grandes, e as dos milhões de «cidadãos ocidentais afluentes», conduzidos à ruína pelo crédito bancário «sans frontières» que em lugar de abri-



lhes as portas da prosperidade eterna fechou-lhes e trancou-lhes as das suas próprias residências hipotecadas deixando-os no meio da rua, desempregados, abrindo os olhos, timidamente, para o que, na verdade, representa a nova ordem das coisas do nosso mundo.

A internacionalização da actividade bancária nos diferentes países conduziu os Bancos, caminhando em terrenos mal explorados, à acumulação de erros fatais. Só em 1991, os prejuízos resultantes desses erros cifram-se em centenas de biliões de dólares — e em trilhões, se lhes juntarmos os dos anos imediatamente anteriores, quando a explosão das dívidas incobráveis e a dos escândalos e fraudes que são do conhecimento geral começaram a dar sinal. O encerramento do BCCI (Bank of Credit and Commerce International) e a tentativa da «Olympia & York» para a «reestruturação» dos seus débitos (13 biliões de dólares) fizeram abalar o sistema bancário mundial. A interminável recessão económica que, teimosamente, continua abraçada ao capitalismo, a crise aguda dos sectores energético e imobiliário que tem conduzido os Bancos a sucessivas e precipitadas fugas em todos os sentidos, constituem o campo de batalha onde, antigamente, não lhes era difícil resistir e triunfar. Agora, acha-se tudo empapado com o sangue de milhões de depositantes e com os resíduos das falências dos muitos milhares de grandes empresas que, ainda ontem, se chamavam grandes. Nestas circunstâncias, o sistema bancário do capitalismo conhece constantes e variadas ameaças e certos conselhos de administração vivem momentos angustiosos.

Os Bancos japoneses que durante os anos 80 apareceram como os maiores fornecedores de fundos nos mercados internacionais, não dispõem de base de capital suficiente para apoio das transacções que realizam com



comerciais «Bering Brothers» de lhes procederem à venda da carteira de empréstimos realizados na Grã-Bretanha durante os já históricos anos 80. E a falta de liquidez da Banca nipónica começa a dar lugar a terríveis dificuldades para os clientes e projectos com os quais se achava e acha comprometido. Já sabemos que essa mesma falta de liquidez dará lugar a uma catástrofe, se o Estado — só ele! — não tomar medidas adequadas e rápidas. Os Bancos constituem as suas bases de capital nelas fazendo incorporar os consideráveis investimentos que possuem em acções dos grandes Grupos industriais mas, como sabemos, as quedas dramáticas do «Nikkei» (agora na casa dos 16 000 pontos tendo já tocado a dos 15 000) têm, decisivamente, depreciado esses valores.

BANCA JAPONESA: 53.000 BILIÕES DE YEN

BANCA AMERICANA: 428 BILIÕES DE DÓLARES

O colapso do mercado da propriedade imobiliária e o abrandamento da actividade em quase todos os sectores da economia, originaram problemas que o Banco do Japão, diplomaticamente, considerou como graves, mas não fatais. Mas, um relatório confidencial que circula entre os Bancos da praça financeira de Tóquio revela que as dívidas incobráveis no sistema bancário ascendem a Yen: 53 000 biliões, ou sejam £ 224 biliões, ou sejam 54 biliões de contos. Esse relatório indica que as dívidas duvidosas e incobráveis constituem uma questão muito mais grave do que as autoridades estão preparadas para admitir. E não temos quaisquer dúvidas em acreditar que os números referidos se acham já consideravelmente aumentados.

Quanto aos Bancos americanos, cujas perdas, em 1990 e em 1991, foram simplesmente devastadoras, têm procurado reorganizar as suas operações recorrendo a draconianas reduções nos custos operacionais e não hesitando na realização de fusões que, até há pouco, se julgariam impensáveis. Assim, o mundo assistiu à amalgamação do Chemical Bank com o Manufacturers Hanover, em Nova Iorque, à do Security Pacific com o Bank of America, na Califórnia, e à do NCNB da Carolina do Norte com o CIS/Sovram, da Geórgia. Não pode pôr-se em causa o princípio de que com a transformação de dois Bancos numa única instituição, a duplicação da resultante se torna logo visível permitindo-se às administrações agirem na realização de economias. Começam, como é natural na sua óptica, por despedimentos massivos entre o pessoal de ambas as instituições. Trata-se de uma experiência em nada desconhecida na Europa onde os Bancos holandeses Amro Bank e ABN, os espanhóis Banco de Bilbao e Banco de Vizcaya, assim como o Banco Central e o Banco Hispano-Americano, adoptaram a mesma direcção.

Mas, as fusões não representam uma completa resposta para a crise da banca dos Estados Unidos. Uma prioridade — mais difícil de conseguir — reside no fortalecimento dos índices «capital social-valores activos». O Citicorp, o maior Banco americano, continua a ser aquele que enfrenta os problemas mais graves e o nível a que se acha exposto relativamente às dívidas dos clientes do sector da propriedade comercial continua dando lugar a persistentes críticas e rumores.

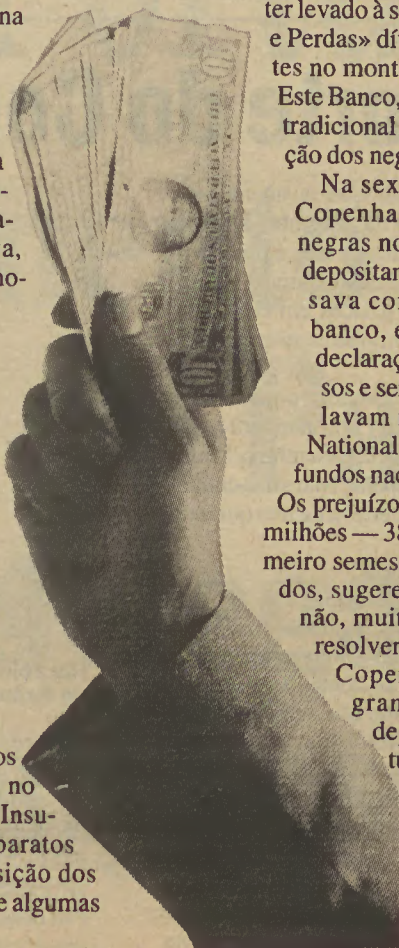
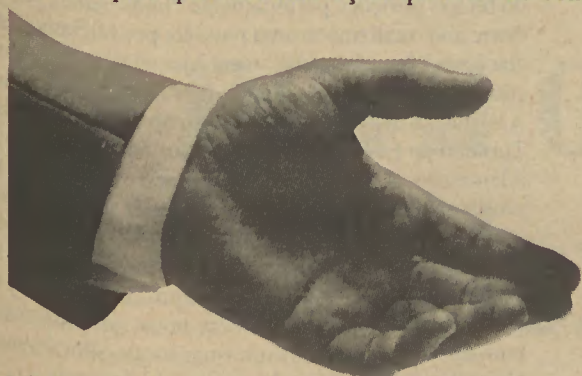
Sem dúvida, a actual política de baixas taxas de juros praticadas pela administração de George Bush, deu lugar à realização de lucros no primeiro trimestre do ano corrente. Mas, no entender do presidente da «Federal Deposit Insurance Corporation», essa política de juros baratos para estímulo da economia e reforço da posição dos Bancos, «tem permitido alongar a existência de algumas instituições, mas não as salva».

No fim de 1991, os Bancos americanos lutavam com dívidas de clientes, tocando a fenomenal soma de 428 biliões de dólares, independentemente dos débitos dos países em desenvolvimento, das perdas sofridas com empréstimos ao sector energético e da «debacle» dos empréstimos sobre propriedades comerciais. As consequências da terrível crise económica nos resultados das contas dos grandes Bancos começam a tornar-se claras. Até onde conduzirão essas consequências? Quando uma empresa gigante do calibre da «Time-Warner» informa os seus banqueiros de que lhe é essencial refinar dívidas de 6,2 biliões de dólares que não pode pagar, os Bancos, à beira da exaustão, já não dispõem de alternativas e acabam por consentir, não convencidos mas, efectivamente, vencidos, na proposta de reestruturação — são só 6 biliões mais. Situação idêntica aconteceu com a WPP, o império mundial da publicidade que também opera em Portugal através de uma das suas subsidiárias. Toda a Banca treme só ao pensar de onde poderá surgir o próximo pedido de reestruturação de dívidas.

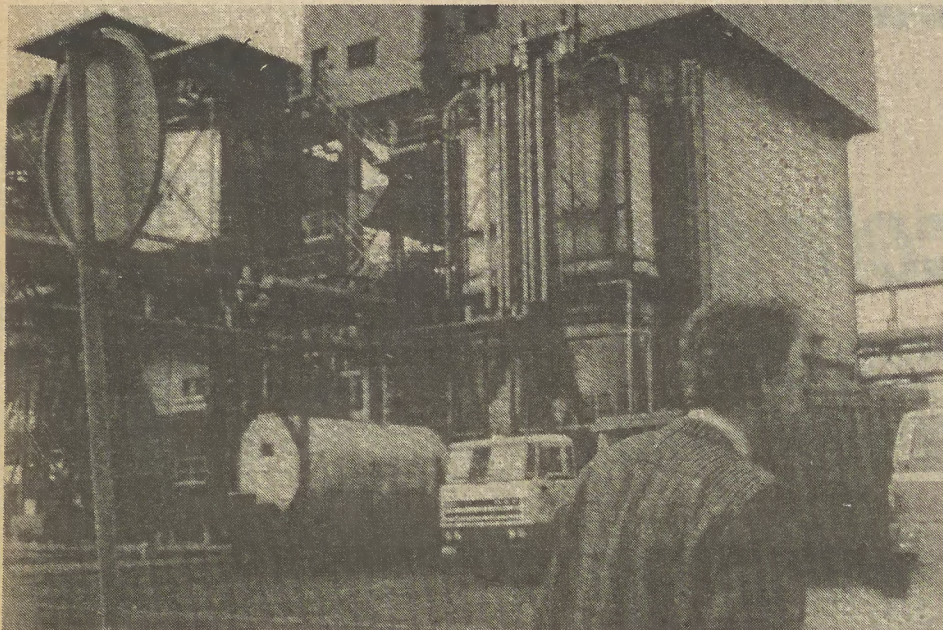
Entretanto, multiplicam-se os extraordinários acontecimentos. Temos de regressar aos Bancos suecos visto que estamos assistindo à maior crise bancária da história daquele importante país. O Gota Bank, o quarto maior Banco sueco, que já em Abril sofrera uma corrida aos depósitos, viu as suas acções serem suspensas na Bolsa de Estocolmo ao revelarem-se mais prejuízos: 638 milhões de coroas suecas — 15 milhões de contos — nos primeiros quatro meses do ano. Perante a gravidade da situação, a Trygg-Hanse, a maior companhia de seguros sueca, proprietária de metade do capital social do Banco, viu-se na necessidade de chamar a si a metade restante depois de haver consentido num empréstimo de emergência estimado em um bilião e meio de coroas suecas. Se o não tivesse feito, o Gota Bank teria fechado a porta. Mas, como procurar lutar contra a sangria a que os recursos do banco têm sido submetidos e, simultaneamente, garantir a paciência dos depositantes e do público?

A Trygg começava a sentir preocupações. O seu envolvimento com o Gota Bank ameaçava destruir o seu próprio capital. De momento, a solução para a intratável situação foi encontrada pelos banqueiros americanos, J. P. Morgan, que negociaram a realização de um seguro cobrindo as dívidas duvidosas registadas nos livros do Gota Bank. Mas os prémios desse seguro, vencíveis anualmente até 1996, custarão £105 milhões — 25 milhões de contos — por ano. Prémios indesejáveis, quanto a nós. Logo a seguir, o Svenska Handelsbanken, o terceiro maior Banco Comercial sueco, anunciou ter levado à sua inesgotável conta de «Ganhos e Perdas» dívidas incobráveis dos seus clientes no montante de 1,559 biliões de coroas. Este Banco, repare-se, é bem conhecido pela tradicional prudência que exerce na condução dos negócios.

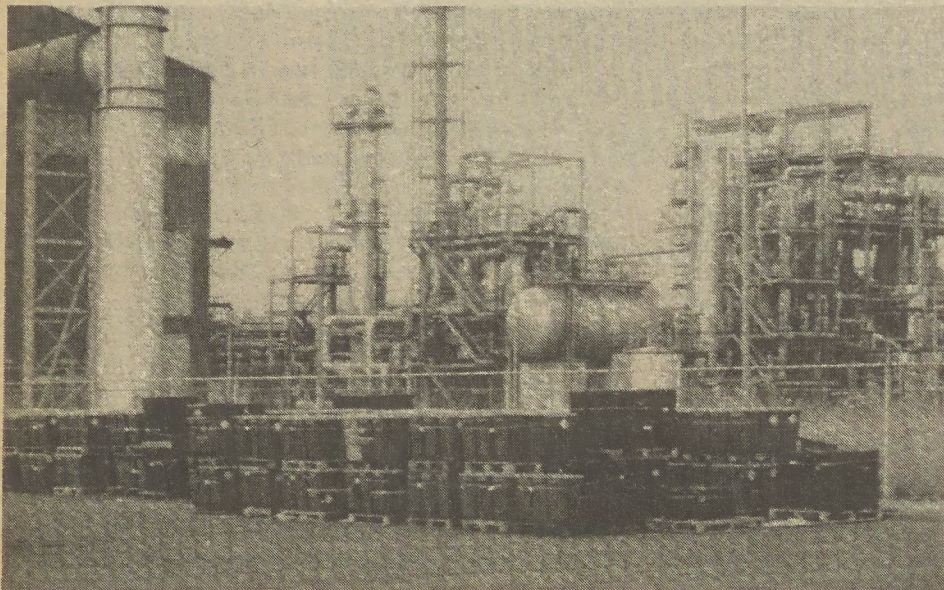
Na sexta-feira, 19 de Junho, era em Copenhague que tinham lugar as mais negras notícias. O público, ansioso. Os depositantes em angústias. O que se passava com o Unibank? A direcção do banco, evidentemente, publicou uma declaração classificando como maliciosos e sem verdade os rumores que circulavam na cidade. O Banco central, o National Bank, prometeu a colocação de fundos nacionais à disposição do Unibank. Os prejuízos de 1991 são conhecidos: £160 milhões — 38,5 milhões de contos. Os do primeiro semestre de 1992, ainda não divulgados, sugerem um desastre. Pelo sim, pelo não, muitos dos principais depositantes resolveram levantar o seu dinheiro. E a Copenhaga que se preparava para grandes entusiasmos no futebol, depois da jornada famosa constituída pelo referendo que liquidou o Tratado de Maastricht, deixou, frivolumente, para mais tarde, para um dia em que todas as contas terão de ser exigidas, a falência dos Bancos.



o dinheiro dos clientes. Daí resulta a crise especial em que se deixaram cair e, consequentemente, vêmo-los procurando rápidos aumentos de capital, o que se está a tornar difícil, enquanto começam, tentativamente, a negociar o repatriamento de valores em giro nos mercados dos países ocidentais. Naturalmente, recusam novos financiamentos. O «Sumitomo», por exemplo, encerrou os negócios em Londres e encarregou os banqueiros



Incinerador (Holanda)



Lixos tóxicos e perigosos... na Europa



Aterros de resíduos industriais... na Europa

Um aterro para resíduos industriais, um incinerador para os mesmos. Fala-se em lixos tóxicos e perigosos. O aterro seria para instalar em Grândola, aproveitando as minas desactivadas de Canal Caveira. O incinerador previa-se para Sines. O caso andou por aí em jornais. Sendo a iniciativa do Governo, não faltou quem — até do PSD — até do PSD — pretendesse acusar as respectivas Câmaras de estarem «feitas» com os poluentes projectos. Alguns pretenderam mesmo tirar dividendos políticos da ameaçadora poluição e guindaram-se em «defesa das populações», contra... a CDU. Fomos a Grândola e a Sines. Falar com os respectivos presidentes. Com vereadores. E não esquecemos a oposição. Constatámos que, tirando as naturais divergências de opinião, a unanimidade se fez contra o projecto governamental do aterro e do incinerador. E que as Câmaras lideram o esclarecimento das populações, desenvolvendo iniciativas muito participadas. Como também nos disseram, a lei determina que tais instalações não poderão ser feitas contra a opinião das autarquias. Mas mais vale prevenir que remediar. E a determinação das populações é a melhor garantia de que não haverá aterro nem incinerador no litoral alentejano. ■ LM

Todos o no litoral

GRÂNDOLA

Em Grândola, o processo é antigo. Embora nunca se tivesse tomado qualquer decisão quanto à hipótese de implantar no concelho um aterro sanitário, conforme nos contou o Presidente da Câmara, Matos Gago. No anterior mandato, verificara-se apenas um pedido governamental para se fazer o levantamento das minas desactivadas no concelho, cujos dados foram fornecidos. O caso, porém, não teve qualquer andamento.

Já neste mandato, com Matos Gago na presidência, um semanário levantou a hipótese de vir a ser considerado o aterro sanitário em Grândola. O que motivou imediatamente um telefonema do Presidente da edilidade ao Director-Geral do Ambiente, que lhe comunicou então a intenção de convidar vários autarcas — de Grândola, Sines e Estarreja — para uma viagem a alguns países da Europa, onde teriam oportunidade de visitar aterros incineradores de resíduos industriais. A viagem efectuou-se, de 18 a 23 de Março de 1990, e foi mesmo considerada a oportunidade de um contacto dos representantes das assembleias municipais com municípios franceses para se inteirarem das experiências ali levadas a cabo no domínio do tratamento de lixos.

«De tudo dei conhecimento à Assembleia Municipal, em 27 de Abril de 1990, dando resposta nomeadamente às questões levantadas por um membro da Assembleia, que é o Provedor da Misericórdia de Grândola e que possui terras próximas das antigas minas onde porventura o Governo tinha a intenção de vir a efectuar o dito aterro».

«Dias depois», continuou o Presidente, «a oposição levanta o problema no executivo camarário e envia uma nota à comunicação social. Certo dia, sou acordado por uma rádio, com o vereador Rúbio, do PSD, em linha. Na oportunidade, esclareci que em Grândola nada se fará que ponha em causa a saúde pública e o bem-estar das populações».

O aproveitamento «político»

A tentação das oposições era muita, no sentido de vir a envolver a Câmara CDU no processo e de a acusar de negociar com o Governo a construção de um aterro sanitário de lixos tóxicos e perigosos... O caso é que, tanto a Câmara Municipal como a Assembleia Municipal tomaram em devido tempo posições perfeitamente claras. Aliás, já em Abril desse ano, realizou-se uma reunião, por iniciativa da Associação de Municípios do Litoral Alentejano, com a participação de várias entidades envolvidas nas áreas do turismo — Associação de Municípios do distrito de Beja, Comissão de Turismo de Évora e Associação dos Municípios do Litoral Alentejano. A reunião chegou a várias conclusões sobre a problemática do turismo, entre as quais se destaca a de que «face às potencialidades do desenvolvimento turístico do Alentejo se torna incompatível, e por isso recusam, a instalação de unidades de tratamento e depósito de resíduos tóxicos no litoral alentejano». Convém notar que esta reunião se realizou no dia seguinte à informação que o Presidente Matos Gago deu à Assembleia Municipal de Grândola.

Várias organizações, entretanto, trazem a lume o caso, dando como certo que o processo do aterro sanitário estava em andamento. Torna-se então necessário não apenas que as entidades autárquicas reafirmem publicamente as suas posições, mas também que a população seja completamente esclarecida e não medrem as especulações.

Entre as organizações que se constituem, avulta a denominada «Seara ao Vento», que representa alguns interesses

Seria a morte do Concelho

«Tive conhecimento particular do que ia acontecer», disse-nos Horácio Carvalho, membro da Assembleia Municipal, que nos recebeu na Misericórdia, de que é provedor. Membro do PSD, interpelou o Presidente da Câmara sobre a instalação de um aterro de resíduos tóxicos em Grândola. Insiste que a Câmara já tinha «algum conhecimento» das intenções do Governo.

«O sr. Presidente foi convidado, com outros, pouco tempo depois, a visitar algumas instalações na Europa, para o que convidou alguns membros da oposição da Assembleia Municipal. Não fui. Entendi que não valia a pena. Não tinha conhecimentos técnicos. O que tinha era a certeza de não querer o aterro para o nosso concelho».

E puxando de uma revista, continuou:

«Os perigos são conhecidos mundialmente.»

Quanto à questão do tratamento dos resíduos afirmou:

«Partilhamos da ideia de que Portugal também terá de tratar os seus resíduos. Mas não poderemos concordar que viessem a instalar um aterro num concelho que os não produz, num concelho com desenvolvimento turístico, com a melhor e a maior produção de cortiça do mundo. Do ponto de vista agrícola, seria a morte total deste concelho. Logo na altura», relembra, «a Associação Nacional dos Industriais Corticeiros chamaram a atenção de que poderia estar em causa a qualidade da rolha».

«Mas hoje toda a gente está contra essa instalação aqui. A nossa grande esperança foi a de que a população, depois de



Horácio Carvalho, da Assembleia Municipal de Grândola (PSD)

bem informada, não permitiria o aterro».

Mas pensa que o aterro não vai ser feito:

«O próprio Governo já deve ter ponderado, mas não temos nenhuma informação concreta. Portanto, a situação ainda não está ultrapassada. Mas há presidentes de Câmara, como em Estarreja, que não se importariam de receber uma instalação dessas. Seria uma forma de resolver a própria situação desse concelho, que tem necessidade de aterros próprios».

**Resolução
do Comité Central
sobre a preparação
do XIV Congresso
do Partido
Comunista Português
Regulamento
para o debate no Partido
e eleição de delegados
ao XIV Congresso**

Resolução do Comité Central sobre a preparação do XIV Congresso

O Comité Central examinou atentamente as questões, tanto de natureza política como de carácter técnico, relativas à preparação do XIV Congresso do Partido.

1

Data e local

O Comité Central confirmou que o Congresso se realizará nos dias 4, 5 e 6 de Dezembro do ano corrente. No seguimento do estudo feito, das diligências realizadas e do apuramento de possibilidades estudadas pelo Secretariado Técnico criado no quadro da preparação do Congresso, o Comité Central decidiu que o Congresso se realizará em Almada no Complexo Municipal dos Desportos "Cidade de Almada", cuja cedência para o efeito foi já acordada pela Câmara Municipal.

2

Problemas a examinar e debater

O Comité Central considera que, na concretização da resolução da sua reunião de 16 e 17 de Dez. de 1991, relativa às grandes áreas de problemas a debater para a preparação do XIV Congresso, foi desde então realizado um vasto e profundo trabalho.

Em numerosos encontros, assembleias, seminários, colóquios, conferências, reuniões promovidos tanto pelos organismos executivos do CC como pelas organizações regionais e sectoriais, assim como pela JCP, com participação viva e criativa global de milhares de militantes e simpatizantes, foram debatidos no primeiro semestre do ano muitos dos mais candentes problemas de natureza económica, social, política, cultural e ideológica, nomeadamente sobre:

- a evolução e as grandes alterações da situação mundial: o socialismo, a desagregação da URSS e outros países socialistas,

capitalismo, imperialismo, sistemas de integração e supranacionalidade, a nova ordem mundial, a luta dos trabalhadores e dos povos;

- a evolução da situação nacional: alterações das estruturas socioeconómicas (reestruturação e restauração do capitalismo monopolista) da democracia política (degradação e perversão do regime) e do grau de independência nacional (novas limitações); resistência popular à política de direita;

- a economia portuguesa: alterações do aparelho produtivo, crescimento e desenvolvimento, assimetrias regionais, ciência e tecnologia, indústria, agricultura, serviços, ambiente, a economia portuguesa no quadro da CEE;

- a situação social: alterações da composição social da população, formas de exploração e liquidação de direitos dos trabalhadores, interesses e direitos de outras classes e camadas sociais, grandes problemas sociais (habitação, saúde, ensino, poluição); direitos e problemas das mulheres, da juventude, dos reformados e deficientes.

- o regime democrático: governamentalização do poder político, partidarização do Estado, liquidação dos mecanismos de fiscalização da acção governativa, limitações aos direitos e liberdades dos cidadãos, leis eleitorais, da greve e do segredo de Estado, comunicação social;

- a independência nacional: CEE, União Europeia e Maastricht, NATO e UEO, política nacional; política de defesa e segurança;

- o Partido no presente e no futuro: o papel do Partido e a política de alianças sociais e político-partidárias, formas de intervenção e de luta, a acção institucional, Assembleia da República, Autarquias, órgãos das Regiões Autónomas, Parlamento Europeu, a movimentação social e importância das organizações e movimentos de massas, preparação para as eleições, o PCP na luta por uma alternativa democrática, Programa e Estatutos. Sobre estas e outras matérias, as iniciativas realizadas constituíram valiosas contribuições para a reflexão colectiva com vista à preparação do XIV Congresso e à elaboração das Teses que virão a ser ulteriormente submetidas ao debate de todo o Partido.

Em muitos casos foram enviadas à Comissão Política e Secretariado, intervenções escritas e resumos dos debates, alguns dos quais foram publicados no "Avante!".

O Comité Central apela às organizações e militantes para que

nesta fase do trabalho preparatório continuem a enviar por escrito as suas contribuições.

3

Programa

O Comité Central resolveu propor ao XIV Congresso alterações ao "Programa de uma Democracia avançada no limiar do século XXI" que as mudanças da situação internacional e nacional verificadas desde então tornam necessárias.

As alterações ao Programa - que serão oportunamente examinadas e decididas pelo Comité Central e que serão levadas depois a debate em todas as organizações do Partido, antes da sua apreciação e aprovação final pelo XIV Congresso e implicam em alguns casos a correcção de apreciações anteriores - deverão incidir nomeadamente nas seguintes matérias:

- maior síntese das considerações de carácter histórico sobre a luta contra o fascismo e a revolução de Abril (Cap. I);

- apreciação global da situação mundial e das perspectivas da sua evolução, particularmente resultantes do desmoronar da União Soviética e dos regimes do leste da Europa, da crise do capitalismo, da evolução da integração europeia, dos gravíssimos problemas do Terceiro Mundo e da política imperialista para retomar a hegemonia mundial (Cap. III);

- apreciação global da situação nacional, resultante do avanço da ofensiva antidemocrática do Governo e forças de direita nas vertentes económica, social, política e cultural, o que introduz novas caracterizações do sistema socioeconómico e do regime político no quadro de graves limitações à independência e soberania nacionais (Cap. II);

- sistematização dos objectivos programáticos segundo as grandes vertentes da democracia e no quadro da independência nacional, com a preocupação de actualizar e limitar desenvolvimentos de políticas sectoriais, que assumam carácter conjuntural (Cap. II);

- definição dos objectivos do PCP relativos ao projecto de sociedade socialista aprofundando a elaboração anterior, as lições dos

acontecimentos e a própria experiência de luta do Partido (Cap. III);

- definição mais rigorosa da identidade do PCP, tendo em conta as alterações que venham a ser introduzidas nos Estatutos do Partido (Cap. IV).

O Comité Central decidiu que a Comissão Política, com os apoios que julgue necessários, prossiga o trabalho que está realizando e submeta atempadamente ao exame do Comité Central o projecto de alterações ao Programa para aprovação final pelo Comité Central de uma proposta a submeter em todo o Partido à apreciação, ao debate e a propostas das organizações e militantes.

4

Estatutos

O Comité Central resolveu propor ao XIV Congresso alterações aos Estatutos do Partido, com vista à formulação de princípios e experiências que têm vindo a ser aprofundados na reflexão teórica, na acção prática e na vida interna do Partido. As alterações aos Estatutos que serão oportunamente examinadas e decididas pelo Comité Central e submetidas ao debate em todo o Partido, implicam em alguns aspectos novos critérios de sistematização e novas e mais rigorosas definições, deverão incidir nomeadamente nas seguintes matérias e no sentido geral a seguir explicitado:

- definição do PCP como "partido político da classe operária e de todos os trabalhadores" (artº 1.1);

- definição do papel de vanguarda como característica que só pela prática pode ser avaliada (artº 1.2);

- definição do marxismo-leninismo como base teórica do Partido, com uma formulação que indique o seu carácter dialéctico e criativo e a necessidade da sua renovação e permanente enriquecimento (artº 2º);

- correcção dos conceitos relativos ao movimento comunista internacional na actualidade (artº 3);

- definição dos objectivos da sociedade socialista que o PCP propõe (artº 5);

- conformidade das referências ao Programa com as alterações que neste venham a ser introduzidas (artº 6º);

- definição do sistema de alianças aprofundando o estudo com vista a concluir se é de continuar a atribuir um papel básico único à aliança da classe operária com o campesinato ou se é de considerar também como aliança social básica a aliança da classe operária com os intelectuais e camadas intermédias (artº 7 e 8);

- distinção entre condições para ser membro do Partido e deveres essenciais ou básicos dos membros do Partido (artº 9);

- definição dos deveres e direitos dos membros, organizações e organismos do Partido, elaborando um lista mais sintética e evitando numerosas repetições (artº 14, 15, 44 e 51);

- definição dos princípios orgânicos segundo o desenvolvimento criativo do centralismo democrático pelo PCP, considerando como características básicas a democracia interna, uma única orientação geral e uma única direcção central e desenvolvendo mais largamente os princípios gerais que caracterizam a organização e funcionamento do Partido e vão muito além dos princípios tradicionalmente considerados, por vezes de forma absoluta e imobilista, do centralismo democrático (artº 16);

- definição mais aprofundada do valor técnico e organizacional do trabalho colectivo e do valor da reflexão, intervenção e contribuição do indivíduo (artº 22 e 25);

- definição mais rigorosa, tendo em conta a experiência, dos deveres dos membros do Partido nas organizações e movimentos de massas (artº 53 e 54) assim como dos eleitos do Partido para cargos públicos (artº 55);

- definição mais rigorosa das relações PCP/JCP (artº 56);

- cuidadosa ponderação de toda a matéria relativa à disciplina (artº 57 e seg.).

O Comité Central resolve que alterações aos artigos dos Estatutos relativos aos órgãos superiores do Partido e às suas atribuições, funcionamento e composição ficam ainda dependentes do exame que está a ser feito e é necessário continuar a aprofundar relativo à experiência do Partido designadamente com as novas estruturas e a renovação decidida e realizadas com o XII e XIII Congressos do Partido.

O Comité Central decidiu que o Secretariado, com os apoios que julgue necessários e em estreita ligação com a Comissão Política, prossiga o trabalho que está realizando e submeta atempadamente

ao exame do Comité Central o projecto de alterações aos Estatutos para aprovação final pelo Comité Central de uma proposta a submeter em todo o Partido à apreciação, ao debate e a propostas das organizações e militantes.

5

Regulamento

O Comité Central aprovou o Regulamento para o debate no Partido e a eleição de delegados ao XIV Congresso. O Regulamento contém as normas a observar pelos organismos, organizações e militantes nas Assembleias Plenárias tanto para o efeito da apreciação dos documentos, Teses, projectos de alterações ao Programa e Estatutos propostos pelo Comité Central como para a eleição dos delegados ao Congresso.

Das normas do Regulamento aprovado pelo Comité Central são de destacar as seguintes:

- Cabe aos organismos de direcção das organizações a convocação das Assembleias Plenárias, com a participação dos respectivos membros do Partido, podendo igualmente ser convocadas por organismos superiores quando aqueles o não fizerem. Para a eleição de delegados, as Assembleias devem ser convocadas com a antecedência mínima de 8 dias (I.1.2.6).

- Todos os militantes têm o direito de expressar as suas opiniões, fazer propostas de alteração aos documentos propostos, eleger e ser eleitos (I.7). Caberá ao Comité Central fazer o apuramento do debate e a apreciação das propostas de alteração e aprovar os projectos que serão apresentados ao Congresso, acompanhados por relatórios onde se fará a apreciação do sentido geral das propostas de alteração apresentadas no decorrer do debate (II.12.13).

- O Congresso será constituído por delegados eleitos directamente pelas Assembleias Plenárias na proporção de 1 delegado por 100 membros do Partido inscritos (III.18), podendo tanto os organismos que convocaram as Assembleias Plenárias como os participantes nas Assembleias apresentar propostas de candidatos a delega-

dos, a sujeitar a votação (III.19.21).

- As votações processuais e dos documentos deverão realizar-se de braço no ar. As votações para a eleição de delegados poderão realizar-se de braço no ar ou por voto secreto segundo decisão da Assembleia Plenária adoptada por maioria (V.25.26).

- Serão delegados por inerência os membros do Comité Central efectivos e suplentes, os membros do Partido no Executivo da Direcção Nacional da JCP e um número de membros do Partido não excedendo no total mais de 1% do total dos delegados, tendo em conta a natureza das tarefas que desempenham (IV.24).

- As Assembleias Plenárias podem ser convocadas a partir da publicação dos documentos sujeitos a debate. A eleição de delegados deverá estar terminada em 28 de Novembro (VI.28.30).

6

“Avante!” e “O Militante”

O Comité Central confirma o importante papel que o “Avante!” e “O Militante” desempenham na informação, dinamização, enriquecimento e aprofundamento dos debates preparatórios do XIV Congresso do Partido.

Tem particular significado a publicação que tem vindo a ser feita desde há vários meses nos órgãos de imprensa do Partido de materiais que se integram nesta orientação, nomeadamente:

- relatos de Encontros, Seminários, Colóquios e outros debates promovidos pelas organizações partidárias;

- artigos e entrevistas abordando problemas cujo elenco foi aprovado na Resolução do Comité Central de 17 de Dezembro de 1991;

- secção das “Cartas dos Leitores” no “Avante!”;

- publicação de outros textos com o objectivo de dar expressão à manifestação directa de opiniões por parte dos membros do Partido.

O papel do “Avante!” e de “O Militante” na preparação do Congresso deve ser reforçado com o

início da terceira fase, reservada à discussão das alterações ao Programa e aos Estatutos e das Teses propostas pelo Comité Central. Caberá à direcção e redacção de cada um dos órgãos encontrar as soluções jornalísticas adequadas a este acompanhamento reforçado.

7

Convidados

O Comité Central decidiu que sejam convidados para assistir ao Congresso partidos, organizações sociais e personalidades portuguesas, bem como partidos e movimentos revolucionários de outros países.

O Comité Central encarrega o Secretariado do Comité Central de proceder com a Secção Internacional à elaboração da proposta de convites a fazer dando-lhes seguimento quando julgue oportuno.

8

Congresso de afirmação, confirmação e renovação

O Comité Central considera que o colectivo partidário está em condições de assegurar que o XIV Congresso, pela firmeza das convicções comunistas mais profundas e pela capacidade de responder com criatividade às novas situações, será um Congresso de afirmação, confirmação e renovação, alicerçado na sua experiência e património político e decididamente voltado para o futuro.

Lisboa, 9 de Julho de 1992

O Comité Central
do Partido Comunista
Português

Regulamento para o debate no Partido e eleição de delegados ao XIV Congresso

O presente regulamento respeita à 3ª fase preparatória do XIV Congresso e estabelece as normas a observar pelas organizações do Partido e os militantes no debate dos documentos propostos pelo Comité Central, projectos de alterações ao Programa e aos Estatutos e Teses para apreciação e decisão final pelo Congresso, bem como para a eleição dos delegados ao Congresso.

I

Assembleias plenárias

1. A realização de assembleias plenárias de organização para debate dos documentos e eleição dos delegados será feita por convocação dos organismos de direcção respectivos, os quais assumem a direcção dos trabalhos.

2. Os organismos superiores devem tomar as medidas necessárias para convocar e garantir a realização das assembleias plenárias de organização quando tiverem conhecimento de que os respectivos organismos de direcção não o fizeram.

3. Participam nos trabalhos e decisões das assembleias plenárias os membros do Partido das respectivas organizações.

4. Nos casos dos membros do Partido que pertencem a mais de uma organização, considera-se para o efeito no disposto no número 3 a organização onde normalmente pagam a sua quotização.

5. Podem participar nos trabalhos das assembleias plenárias, sem direito a voto, excepto no que refere o número 22 deste regulamento, os responsáveis por essas organizações, que delas não fazem parte. Podem igualmente participar nas assembleias plenárias, sem direito a voto, os membros de organismos superiores, quando para isso tenham sido convidados.

6. As assembleias plenárias para a eleição de delegados deverão ser convocadas com a antecedência mínima de 8 dias. As convocatórias devem explicitar obrigatoriamente o objectivo da reunião.

7. Os participantes das assembleias plenárias têm o direito de expressar as suas opiniões, de fazer propostas de alteração aos documentos propostos pelo Comité Central para debate, de eleger e ser eleitos e de apresentar propostas para a eleição de delegados, segundo as normas deste Regulamento.

8. Os membros da Mesa que dirigem as respectivas assembleias plenárias elaborarão uma acta a enviar ao Secretariado do Comité Central, onde registarão uma síntese que apure o sentido geral do debate assim como o resultado das votações, acompanhadas das fichas com os

dados identificadores dos delegados eleitos, até ao dia 30 de Novembro.

II

Debate

9. Nas reuniões dos diferentes organismos e organizações do Partido e nas assembleias plenárias serão debatidos os documentos para o XIV Congresso, propostos pelo Comité Central para exame final e aprovação pelo Congresso.

10. Os militantes têm o direito de apresentar e discutir, no respectivo organismo ou nas reuniões e assembleias plenárias, propostas de alteração aos documentos apresentados pelo Comité Central, as quais deverão ser enviadas, pelo respectivo organismo ou por sua iniciativa, à Comissão Política do Comité Central.

11. As assembleias plenárias, caso assim o entendam, poderão proceder à votação na generalidade de cada um dos projectos de documentos apresentados pelo Comité Central.

12. O Comité Central fará o apuramento do debate, a apreciação das propostas de alteração e aprovará os projectos que serão apresentados ao Congresso.

13. Os projectos aprovados pelo Comité Central serão apresentados ao Congresso acompanhados por relatórios, onde se fará a apreciação do sentido geral das propostas de alteração apresentadas no decorrer do debate incluindo das que não tiverem sido aceites pelo Comité Central.

III

Eleição de delegados

14. O Congresso será constituído por delegados eleitos directamente pelas assembleias plenárias e por delegados por inerência.

15. Os delegados eleitos directamente pelas organizações serão eleitos na proporção de 1 delegado por 100 membros do Partido inscritos.

16. O número de delegados a eleger pelas organizações regionais de acordo com o ponto anterior deverá ser distribuído tendo em conta as diversas organizações que as compõem.

17. As organizações nas quais esteja inscrito um número inferior a 100 membros do Partido, mas superior a 50, poderão eleger na respectiva assembleia plenária um (1) delegado desde que não seja ultrapassada a proporção de 1 dele-

gado por 100 membros do Partido inscritos no conjunto da organização regional respectiva e nenhuma outra organização seja prejudicada quanto ao número de delegados que lhe caiba eleger.

18. Nos casos das organizações nas quais esteja inscrito um número de membros do Partido inferior a 100, os organismos imediatamente superiores, no sentido de procurar garantir a todos os membros do Partido o direito de eleger e ser eleito como delegados ao Congresso, podem convocar assembleias plenárias agrupando diferentes organizações respeitando a proporção de um (1) delegado por 100 membros do Partido inscritos.

19. Os organismos que convoquem as assembleias plenárias poderão propor candidatos a delegados a eleger como efectivos, acrescidos de um número igual de candidatos a delegados suplentes que, por ordem de eleição, ocuparão no XIV Congresso o lugar de delegados efectivos que eventualmente venham a estar impossibilitados de participar no Congresso.

20. Os delegados, excepto nos casos em que se torne necessário juntar diversas organizações, ou para aplicação do disposto no ponto número 22 deste regulamento, devem ser eleitos em assembleias plenárias das organizações a que pertencem. Nenhum membro do Partido poderá votar ou ser candidato a delegado (efectivo ou suplente) em mais de uma assembleia plenária.

21. Os participantes numa assembleia plenária poderão apresentar propostas de candidatos a delegados, a sujeitar a votação.

22. Nas assembleias plenárias poderão eleger e ser eleitos como delegados membros do Partido que desempenhem em relação à organização respectiva funções directas de responsabilidade, embora a ela não pertençam.

23. Os participantes nas assembleias plenárias convocadas para a eleição de delegados que considerem que não foi assegurada a democraticidade na eleição, em conformidade com as normas estabelecidas no presente Regulamento, podem apelar para o organismo superior da respectiva organização, o qual deverá, em tempo útil, rectificar irregularidades, caso se tenham verificado.

IV

Delegados por inerência

24. São delegados por inerência os membros do Comité Central, efectivos e suplentes e os membros do Partido no Executivo da Direcção Nacional da JCP. Poderão sê-lo ainda outros membros do Partido em número não superior a 1% do total de delegados ao Congresso, aos quais o Comité Central entenda dever atribuir essa qualidade, tendo em conta a natureza das tarefas partidárias que desempenham.

V

Formas de votação

25. As eventuais votações processuais e dos documentos na generalidade deverão realizar-se de braço no ar.

26. As votações para a eleição de delegados poderão realizar-se de braço no ar ou por voto secreto, segundo decisão da assembleia plenária adoptada por maioria.

VI

Calendário

27. Os documentos aprovados pelo Comité Central para debate no Partido serão publicados no «Avante!».

28. A realização de assembleias plenárias poderá processar-se a partir da publicação dos documentos.

29. As propostas de alteração e emendas aos projectos de documentos apresentados pelo Comité Central para debate em todo o Partido deverão ser entregues com a possível antecipação, sendo o prazo limite para a sua entrega o dia 15 de Novembro para os projectos de alterações ao Programa e aos Estatutos, e o dia 20 de Novembro para as Teses.

30. As assembleias plenárias para a eleição de delegados deverão estar terminadas em 28 de Novembro.

VII

Primeira sessão

31. O XIV Congresso culminará o debate que terá lugar em todo o Partido.

32. É obrigatória a apresentação do cartão de delegado e do cartão do Partido actualizado para a entrada no recinto reservado aos delegados.

33. O Congresso funciona estando presente a maioria de delegados.

34. A Mesa da Presidência será constituída no início dos trabalhos por membros dos organismos executivos do Comité Central.

35. Em seguida serão eleitos pelo Congresso, de entre os seus delegados, os membros da Presidência e posto à discussão o Regulamento do Congresso cujos trabalhos se desenvolverão segundo as normas do Regulamento aprovado.

9 de Julho de 1992

O Comité Central do Partido Comunista Português

Contra o lixo al alentejano

LA NÃO AO ATERRO!



Matos Gago, Presidente da CM de Grândola

ivados, e que estão na base do lançamento de estudos encorajados a personalidades e entidades científicas de re-

A questão alastra a Sines, onde se fala da instalação de um incinerador. Em Sines é criada uma chamada «Comissão de

ta», que também saiu a terreiro contra a Câmara. Em Grândola, é convocado um plenário com a população. Marcado para um recinto coberto, este revela-se exíguo para centenas de pessoas que querem participar e ser informadas. Aí é recomendada a criação de uma Comissão, formada por todas as estruturas e associações locais, para acompanhar o processo. O funcionamento desta, dado o número dos seus membros — cerca de trinta —, levou a que se tomasse a decisão de ser o executivo camarário a coordená-la.

Um segundo plenário, com cerca de duas mil pessoas, reúne-se na Praça da República. Nele tomaram a palavra várias estruturas que integram a Comissão. Matos Gago oferece a intervenção de encerramento. Aí é aprovada uma moção rejeitando a instalação das unidades de incineração e aterro sanitário.

A clareza das posições autárquicas foi-nos mostrada, com o apoio documental das posições assumidas pela Câmara e pela Assembleia Municipal. Com data de 13 de Junho de 1990, a AM resolveu congratular-se com a «posição unanimemente assumida pela Câmara Municipal de Grândola sobre a matéria, na sua reunião de 15 de Maio». Esta resolução incluiu também a decisão de solicitar ao ministro do Ambiente «a garantia formal de que não será instalado no concelho de Grândola qualquer aterro para resíduos tóxicos e perigosos». Igual diligência se tomou junto do Ministro da Indústria e Energia.

A deliberação da Câmara, a que a resolução da AM alude, tomada por unanimidade em 15 de Maio de 1990, constata que «foi criado entre a população um clima de intranquilidade, cuja razão fundamental tem origem na falta de informação governamental sobre a sua preten-

são» e a «distorção grosseira das posições da Câmara» em entrevistas e reportagens surgidas na comunicação social, esclarecendo ao mesmo tempo que, embora o Governo tenha vindo há vários anos a conduzir o processo, nunca houve, por parte deste ou das entidades responsáveis pelo concurso público, «qualquer tomada de posição no sentido de esclarecer as populações e os órgãos autárquicos sobre tão melindrosa questão». A deliberação considera ainda que «o Governo nunca apresentou qualquer pedido de parecer à Câmara Municipal sobre a pretensão de instalar um aterro de resíduos tóxicos no concelho; que a Câmara tomou conhecimento desta matéria exclusivamente através da comunicação social; que as informações obtidas até ao momento são ainda consideradas insuficientes e nalguns casos contraditórias; que não existem elementos suficientes e rigorosos que permitam salvaguardar um desenvolvimento económico-social harmonioso do concelho; que não foi possível em tempo oportuno dissipar as dúvidas que desde o início se levantaram à utilização do concelho para semelhantes fins».

A responsabilidade do Governo

Em comunicado do mesmo mês, o próprio presidente tinha já esclarecido a posição da Câmara quanto ao facto de esta não ter dado o seu aval para a construção do aterro, desmentindo as acusações de «certas forças políticas». «Com efeito», lê-se no comunicado assinado por Matos Gago, «a iniciativa é da única responsabilidade do Governo, e o Presidente da Câmara só tomou conhecimento do assunto através dos órgãos de comunicação social, tendo de imediato pedido esclarecimento sobre o que se estava a congeminar». Relatando a visita que fizera com outros autarcas a vários países europeus e o facto de tanto a Câmara como a Assembleia estarem ao corrente da viagem e dos seus objectivos, sublinha que «o assunto não foi escamoteado e, se só agora ganha esta projecção, deve-se a outros interesses». Critica ainda a posi-

ção do vereador do PSD, que sabia que «a iniciativa deste aterro é única e exclusivamente do Governo e que a Câmara não foi tida nem achada para o assunto». O comunicado que o PS na altura distribuiu também mereceu a crítica do Presidente por chegar mesmo a falar em «lixeira para resíduos radioactivos», «questão que nunca se colocou».

«Parece-nos ainda», dizia o comunicado do Presidente, «que grande parte da motivação da campanha que agora está a ser desencadeada, assenta única e exclusivamente em interesses políticos, pois outros problemas quase tão importantes afligem o concelho, e nunca estas forças políticas levantaram a sua voz para os condenar».

Na conversa que tivemos com Matos Gago, colocámos-lhe a questão: Mas o tratamento de resíduos industriais não tem de fazer-se? O Presidente de Grândola não se furtou à pergunta:

«Claro que tem de fazer-se o tratamento de resíduos a nível nacional, e que essas instalações têm de ter um lugar. Por que dizemos que não deve ser em Grândola? Por um lado, porque não temos indústrias poluentes implantadas no concelho; por outro lado, porque não sabemos sequer qual seria o impacto ambiental sobre a agricultura, nomeadamente no que respeita ao montado de sobro, nem conhecemos o impacto sobre a saúde pública. E ainda porque todos os estudos e planos, quer concelhios quer de âmbito regional, prevêm Grândola como concelho de grande desenvolvimento turístico».

Matos Gago fala-nos ainda dos riscos — com a abertura das fronteiras — de um aterro deste tipo vir a ser não apenas uma lixeira nacional, mas também uma lixeira da Europa.

«A questão», diz ainda Matos Gago, «não é apenas de recusar, mas saber tratar os resíduos produzidos». Comentando o alarme que se tem feito novamente em torno do problema, afirmou-nos: «Trata-se de um problema nacional, de uma iniciativa do Governo em que a Câmara não foi ouvida. Mas devia também haver um debate público sobre a matéria». ■

Unanimidade de posições

Recebendo-nos no seu gabinete na Câmara, o vereador Artur Rúbio apresentou-se-nos como Presidente da Comissão Política do PSD de Grândola. E deu-nos a sua versão da história:

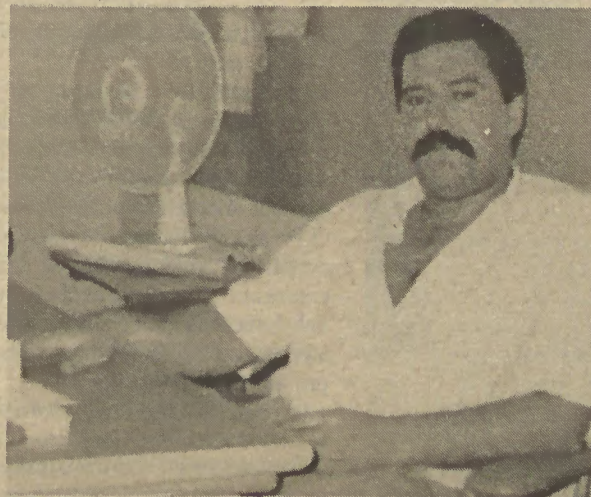
«O vereador do PSD despoletou este processo, mas teve conhecimento dele através da classe empresarial e não de fontes governamentais ou de partidos», fez questão de declarar. «Julgo que foram efectuadas visitas ao estrangeiro, a França e a Inglaterra, para visitarem estação de tratamento de resíduos».

«O Governo tinha elaborado um caderno de encargos e abriu concurso internacional para a construção de um aterro e de um incinerador. Uma das contrapartidas seria a de que a Câmara faria parte do Conselho de Administração de um consórcio que, durante a vida útil do aterro, facturaria 600 milhões de contos», disse Artur Rúbio, cujas afirmações, feitas no condicional, pretenderam, na primeira abordagem, contrariar as declarações do Presidente Matos Gago, da CDU. O acordo aparece quando caracteriza as razões pelas quais recusa o aterro para Grândola:

«É um concelho essencialmente agrícola, com grandes potencialidades para o turismo e a indústria hoteleira. Um dos menos poluídos do País, sem indústrias poluentes. Não faz pois sentido recebermos lixo dos outros. Quem produz os lixos é que tem de os tratar».

Em tom conciliatório, afirma:

«O problema poderá ter sido despoletado com grande agressividade e menos racionalidade, não com base em argu-



Artur Rúbio, vereador do PSD

mentos científicos, que hoje existem — o Canal Caveira, onde se situam as minas desactivadas, não é o local indicado para aterro de resíduos tóxicos, há já pareceres de geologia e de sismologia que o indicam.

«Também quero vincar que talvez haja uma contestação radical por parte de pessoas que têm interesses pessoais directos, de natureza patrimonial de carácter agrícola», diz, referindo veladamente proprietários de terras no concelho. «Essas pessoas não são movidas pela defesa da res publica».

Algumas pessoas que lideram essa contestação não o fazem em nome do interesse geral e em defesa do bem-estar das populações, mas por interesses de índole particular.

«Neste momento, entretanto, existe unanimidade de posições contra o aterro, defendidas pelas pessoas e pelas instituições. Há ainda pessoas que aparecem a manifestar-se contra, mas é gente que luta apenas pelos seus interesses e que antes não se manifestava», critica. E lembra o que acontece em Sines, com uma Comissão que critica a Câmara, com elementos «dissidentes do PCP» e que aparecem para serem conhecidos, criarem figura e mais tarde virem a concorrer às eleições em previsíveis listas de «independentes».



EM FOCO

Todos contra o lixo no litoral alentejano

Quanto à posição do Governo PSD no assunto, Artur Rúbio é discreto:

«Em 1990 tive uma reunião com o secretário de Estado, Macário Correia, a quem transmiti a minha posição e a da estrutura local do PSD contra o projecto do aterro. Compreendo, no entanto, a posição do Governo», disse, «porque não temos em Portugal instalações para o tratamento de resíduos. Somos positivamente abandonados por este país», declara. «Defendemos, no entanto, que os concelhos que produzem resíduos os devem tratar. E não devemos receber da Comunidade Europeia os seus lixos. Embora a actual legislação o não permita, o fim das barreiras alfandegárias vem colocar a questão. Não sei se não passaremos a receber os lixos dos restantes países da CEE». ■

SINES

Os perigos do incinerador

Em Sines, o problema não é um aterro, mas a instalação de um incinerador de resíduos industriais. Também aqui a questão tem repercussões fortes e toda a gente fala do caso.

Com mais conhecimento de causa do que antes de a autarquia encabeçar o esclarecimento. O presidente Francisco Pacheco e os vereadores César Beja, Eugénia Amador e António Correia receberam-nos na Câmara Municipal, para uma breve conversa.

Aqui também o silêncio do Governo quanto às suas intenções de vir a instalar o incinerador imperou. O presidente afirmou-nos que em 1989, embora ninguém oficialmente tivesse advertido a Câmara, se soube que uma

empresa inglesa estava interessada na construção de um incinerador. Durante um ano o silêncio foi a resposta da Secretaria de Estado. Até que, tal como o presidente de Grândola, também Francisco Pacheco foi convidado a fazer a visita a instalações do género, na Europa.

O vereador César Beja corrobora estas afirmações. E sublinha o facto de a própria empresa interessada no projecto ser a que procede ao estudo do impacte ambiental. «Isto está na lei», diz-nos por sua vez António Correia, «mas deveria haver além de um estudo global do que existe, um estudo sobre o impacte. As experiências que existem falam de problemas de combustão incompleta, que não permitem esclarecer com precisão os efeitos no ambiente».

«Houve logo, da nossa parte, dado o modelo dos planos de desenvolvimento para o concelho, uma oposição ao projecto. De facto havia incompatibilidade entre o modelo de desenvolvimento do concelho e a instalação de um incinerador. O turismo ficaria comprometido. Por outro lado, vimos o perigo de o porto ser um encorajamento para virem aqui parar todos os lixos, dada a falta de segurança e de fiscalização»...

«Andam aí barcos, de porto em porto, a serem corridos de outros lados», lembra César Beja.

«Há ainda o perigo da centralização dos resíduos num só concelho. A nossa filosofia é a de que os lixos devem ser tratados lá onde são produzidos», diz António Correia.

O presidente Pacheco retoma a «história»: pouco tempo depois da viagem à Europa tomam posição de princípio contra a construção de unidades de tratamento a nível nacional. E recorda ainda a especial vocação turística do litoral alentejano, e o facto de em Sines se conheceram bem os problemas da poluição:

«Ao longo dos anos temos sofrido os derrames no terminal, as fugas de metileno na Petroquímica com as consequentes chuvas ácidas em Santiago do Cacém. A instalação do incinerador aqui envolveria todos estes concelhos do litoral alentejano».

Eugénia Amador adianta:

«Nestas discussões, que já têm dois anos, aparece uma grande carga negativa, sobretudo para as pessoas que aqui vêm passar férias. Antigamente, antes do complexo de Sines, isto era chamado «a menina do Alentejo». Conseguimos, com muito esforço pessoal, com muito esforço financeiro também, recompor a imagem de Sines, a imagem da praia. Depois de todo este esforço, o incinerador ia deitar tudo a perder. Esta é a questão principal. Mostrámos que em



Francisco Pacheco, presidente da CM de Sines

Sines é possível viver, não queremos que se venha a associar Sines à poluição e ao veneno».

O presidente intervém: «Haveria ainda o perigo de o incinerador vir a induzir novas unidades poluentes e agravar os perigos. Ora o concelho de Sines, para além das suas potencialidades agrícolas e turísticas, sendo industrializado, é o único que trata os seus próprios resíduos industriais, no aterro controlado de Maria da Moita. O incinerador não serviria para tratar dos lixos de Sines, mas dos de fora».

Frente Comum

Procuramos saber em que ponto se encontra o projecto do Governo. Francisco Pacheco recorda que quando este abriu concurso prevendo um incinerador em Sines, o aterro em Grândola, armazenamento em Estarreja e outras instalações em Gondomar, a Secretaria de Estado afirmou que se tratava de mera indicação, e que a empresa ganhadora procuraria outras localizações, sendo suficiente a recusa das câmaras envolvidas.

«Na reunião de autarquias de Sines, Santiago e Grândola, o director-geral do Ambiente afirmou o mesmo. A forma como o processo decorria apontava para menos agitação à sua volta. Em 10 de Abril deste ano, o secretário de Estado manda suspender todo o processo, invocando irregularidades. Ora a Comissão de Luta começa nessa altura».

Quisemos saber de que comissão se trata. O presidente explica:

«Trinta ou quarenta pessoas instituem-se em Comissão de Luta contra a instalação do incinerador. A meu ver, esta Comissão aparece essencialmente para promover a figuras públicas algumas pessoas que a integram, embora nela estivessem pessoas que pretendiam mesmo lutar contra o projecto do incinerador. Houve mesmo quem se afastasse quando soube do que se tratava. E tratava-se de desacreditar a Câmara».

«Houve que lançar o esclarecimento público de tudo isto. Para tal constituiu-se uma Frente Comum. A Câmara convidou para ela as Juntas, os Sindicatos, as colectividades e a própria Comissão de Luta. O objectivo era esclarecer a população e prepará-la para a eventualidade de o Governo mudar de ideias e retomar o projecto».

António Correia sublinha:

«Levar por diante o projecto só seria possível com o acordo da Câmara. É o que está na lei. O próprio secretário de Estado o afirmou. Estávamos descandados. Por isso não passámos logo à ofensiva pública».

Eugénia Amador:

«Não se trata de confiar ou não no Governo. A Frente Comum desfez os equívocos. Realizou plenários com a população. A situação é hoje muito mais clara para as pessoas. As acusações contra a Câmara já não são levadas a sério pela população. E se havia ainda quem dissesse que não percebia, já não há.» ■



César Beja, vereador



António Correia, vereador

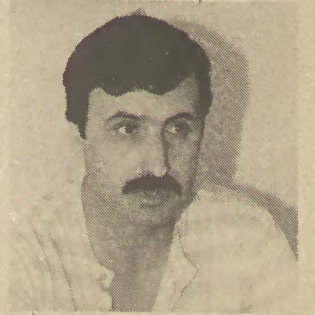


Eugénia Amador, vereadora

EM FOCO

Toxicod dependência e Narcotráfico

Situação alarmante a enfrentar com decisão



FRANCISCO LOPES
Membro da Comissão Política

Os problemas da toxicod dependência e do narcotráfico atingiram um nível alarmante em Portugal e no mundo, com riscos de progressão acelerada nos próximos anos configurando uma situação que é preciso enfrentar de forma decidida e a todos os níveis.

1 - Com um movimento de 300 a 500 mil milhões de dólares anuais, o tráfico de droga tornou-se um dos mais importantes negócios do mundo, acima da indústria de petróleo e da indústria química, representando o equivalente a quase 10% do valor do comércio mundial. O tráfico conquista terreno, a criminalidade ligada à droga desenvolve-se e o branqueamento organiza-se com profundas conivências. O estrangulamento do desenvolvimento de países do terceiro mundo cria fortes pressões para a economia clandestina e a produção de drogas. O número de toxicod dependentes, calculado em 87 pela OMS em 50 milhões, bem como o número de mortes aumentam significativamente. Por tudo isto, não é exagero considerar que a toxicod dependência e o narcotráfico constituem no mundo contemporâneo um autêntico flagelo social.

2 - No nosso país a dimensão deste problema não pára de crescer.

Não há estatísticas oficiais sobre o número de toxicod dependentes, sabe-se porém que entre 1987 e 1991 se inscreveram nos centros públicos de tratamento 35 000 toxicod dependentes, dos quais quase 10 000 dos últimos dois anos, e conhecem-se dados divulgados pela imprensa que apontavam, recentemente, para a existência de 120 000 dependentes da droga (mesmo que os números da imprensa que se inscreveram nos centros). Em cada um dos últimos dois anos duplicou o número de mortes por causas ligadas à droga, o mesmo se prevendo para o ano em curso.

Os números de tráfico subiram assustadoramente. Segundo cálculos feitos a partir de diversos dados, terá aumentado mais de dez vezes nos últimos 10 anos. As apreensões de heroína passaram de 81 gramas em 1980, para 61,805 kg em 1991 e as de cocaína no mesmo período de 2,206 kg para 1094,196 kg. Tais números, considerando os cálculos das autoridades policiais que avaliam em 10% a percentagem da droga apreendida em relação à que circula e as suas apreciações no sentido de que este aumento de apreensões significa, acima de tudo, um grande aumento da droga em circulação, dão nota dum situação preocupante, comprovada pela elevadíssima quantidade de droga apreendida em operações recentes. Os processos entrados na PJ (traficantes e traficantes consumidores) passaram de 137 em 1980 para 2090 em 1991.

Apreensões, processos, condenações, número de presos, registo de toxicod dependentes, número de mortos por causas ligadas com a droga, são índices que não deixam dúvidas - a toxicod dependência e o narcotráfico são hoje um problema nacional em acelerado crescimento.

Mas a dimensão deste problema ultrapassa muito os dados estatísticos. Motivo de preocupação e ansiedade para a sociedade, abatendo-se particularmente sobre a juventude, a toxicod dependência conduz muitos milhares de jovens a situações dramáticas. Roubam a família e os amigos, enveredam pelos assaltos, conhecem o caminho das prisões, prostituem-se, correm enormes riscos de contraírem a SIDA e outras doenças. Tiram o caminho da degradação humana com um percurso de enorme sofrimento pessoal e dos seus familiares.

3 - A grave situação actual associam-se perspectivas futuras ainda mais sombrias.

A implementação do mercado único com a livre circulação de pessoas, bens e capitais, a transferência das rotas do tráfico para a Europa passando em grande parte pela Península Ibérica para a não diminuição das situações de risco que tornam os jovens permeáveis à toxicod dependência e das características do negócio da droga em que os traficantes fazem dos toxicod dependentes (pelas suas dependências de consumo e dificuldades financeiras) promotores de venda num processo de permanente reprodução do negócio, são elementos que apontam para o perigo do colossal agravamento deste problema nos próximos tempos.

A situação é preocupante. Se hoje não há praticamente ninguém que não tenha um familiar ou amigo toxicod dependente, como vai ser no futuro, com a escalada que se verifica?

4 - É certo que nos últimos anos a preocupação cresceu na sociedade portuguesa e é preciso reconhecer e valorizar o papel meritório de centros de apoio, organismos e associações públicas e privadas, de centenas de técnicos, especialistas e outros interessados.

Entretanto, temos a assinalar que a tomada de consciência da dimensão do problema não tem acompanhado o seu agravamento e que não tem havido uma estratégia coordenada, corajosa e eficaz de carácter global agindo sobre as causas sociais da toxicod dependência, na prevenção primária, tratamento e reinserção social e no combate ao narcotráfico com o envolvimento da sociedade, a criação de estruturas adequadas e a dotação de meios humanos, técnicos e financeiros indispensáveis.

A política do Governo, agravando os problemas sociais, aumenta as vulnerabilidades que conduzem à proliferação da toxicod dependência. A prevenção primária é insuficiente e não é devidamente avaliada. O desporto na escola não tem apoios. As autarquias que têm um papel muito significativo (desporto,

uma melhor intervenção na prevenção ao nível da escola, dos centros de aprendizagem e formação profissional e das empresas, a formação complementar dos clínicos gerais, a acção continuada dos órgãos de comunicação social e as sessões e cursos de prevenção com a devida avaliação e troca de experiências.

- A definição e rápida implementação dum rede nacional pública de centros de atendimentos, comunidades terapêuticas e centros de reinserção social, a fiscalização efectiva das instituições privadas que se dedicam ao tratamento e reinserção social, a garantia de dignidade no tratamento do cidadão toxicod dependente, a definição de critérios objectivos de apoio às instituições, o envolvimento dos

centros de saúde e o desenvolvimento rápido e generalizado no sistema prisional de comunidades para presos toxicod dependentes.

- A consideração no âmbito da legislação processual-penal que as medidas em relação aos consumidores toxicod dependentes devem ser vistas com um sentido preventivo e não punitivo.

- O desenvolvimento dum acção determinada, corajosa e persistente no combate ao tráfico de droga com a reorganização e reestruturação das forças de segurança para esse combate, aplicação das directivas relativas à prevenção da utilização do sistema financeiro para o branqueamento de capitais e tomada de medidas especiais de segurança nas escolas e junto a elas.

- A coordenação global das acções de prevenção da toxicod dependência e combate ao narcotráfico, estimulando a participação da sociedade particularmente da juventude e a criação dum conselho nacional para o combate à droga.

- A luta por uma nova ordem internacional em que sejam asseguradas novas oportunidades de desenvolvimento para os países mais pobres no respeito pela sua soberania e identidade e com apoios efectivos à reconversão de culturas, como aspecto essencial para irradiar factores económicos e sociais que estão na base do cultivo de estupefacientes em larga escala.

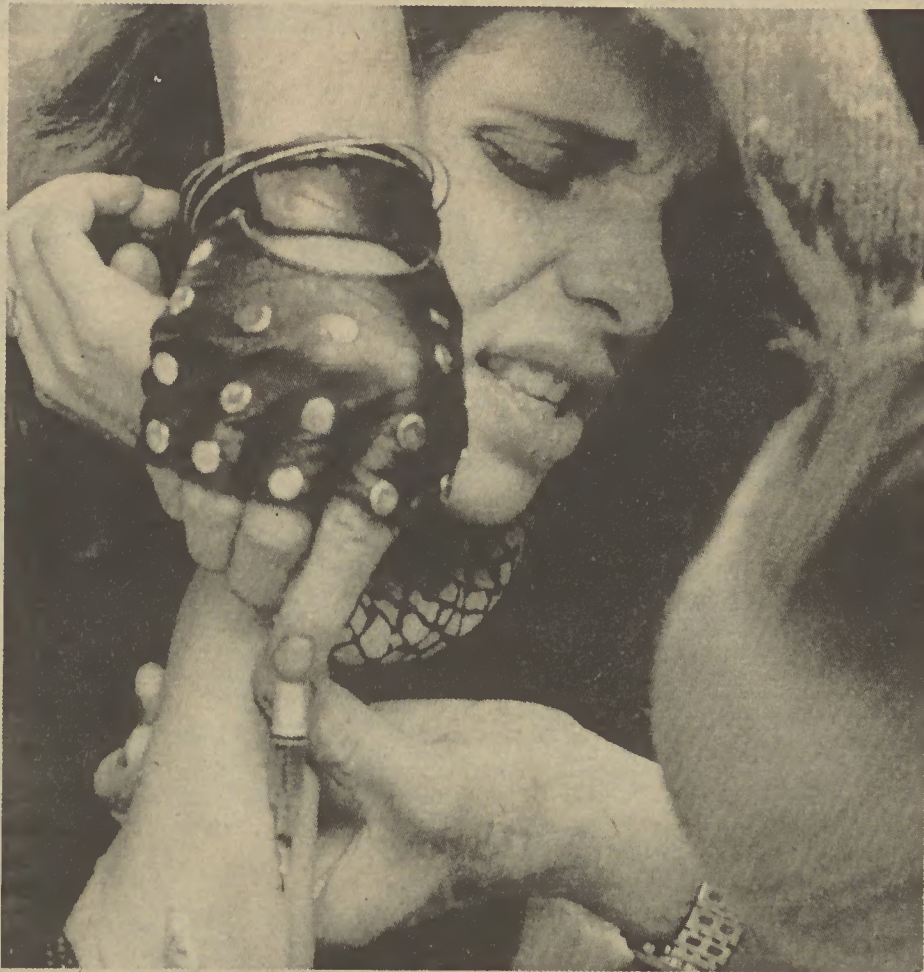
6 - O brutal agravamento de todos os problemas ligados à toxicod dependência e ao narcotráfico, as perspectivas do seu acentuado crescimento impõem a mobilização de todos os esforços no quadro dum estratégia nacional para lhe fazer frente.

Pensamos que este problema não deve ser partidarizado, nem governamentalizado, mas não confundimos esta postura com a desresponsabilização ou o silêncio perante tão grave situação e a indiferença desumana que caracteriza a política do Governo nesta matéria.

Pela sua parte, o PCP tomou recentemente importantes iniciativas de que se destaca a representação na AR dum projecto de decreto-lei - elaborado com activa participação da JCP - que adopta medidas de prevenção do consumo de drogas e de tratamento e reinserção social de toxicod dependentes, acompanhado de propostas de deliberação nesta área visando a realização dum debate parlamentar, dum conferência da Assembleia da República e dum audição parlamentar às forças de segurança e outras entidades.

Tais iniciativas que estão em debate esta semana na AR - em conjunto um pedido de autorização legislativa sobre a droga na área da Justiça apresentado pelo Governo - constituem um importante contributo do PCP para a definição e concretização dum verdadeira resposta nacional à grave situação existente.

7 - Como partido que se preocupa com os problemas do país, que vê a acção política tendo como centro os problemas das pessoas, que sente as injustiças, a exploração e os traumas da sociedade em que vivemos e não se conforma com eles procurando transformar o mundo e a vida, na luta por uma sociedade mais justa, o PCP dá e dará o seu contributo para fazer frente a este flagelo. Na acção geral do Partido, na acção dos seus membros, nas associações populares, nos sindicatos, nas autarquias, na AR e noutras instituições, na acção dos jovens comunistas, assim acontece e acontecerá de modo a que cada vez mais jovens se afastem do consumo de drogas e assim desenvolvam livremente a sua personalidade, criatividade e capacidade para que em toda a plenitude da palavra possam viver.



actividades culturais e recreativas, etc.), vêm as verbas a que têm direito cortadas.

No âmbito do tratamento e reinserção social a situação é escandalosa. O número de camas disponíveis em comunidades terapêuticas públicas é ridículo - cerca de 50 para um número de toxicod dependentes que atinge largas dezenas de milhar e com exigência de tratamentos que podem durar um ano ou mais - empurrando os toxicod dependentes para as mãos de negociantes sem escrúpulos ou não lhes dando qualquer alternativa. A legislação processual-penal não é adequada e é muitas vezes mal aplicada. No combate ao tráfico tem faltado a coordenação das forças de segurança e sua adequada preparação e distribuição no terreno.

Por outro lado, o orçamento desta área para o ano corrente - apenas dois milhões de contos, que representam 5% das verbas gastas no Centro Cultural de Belém - é uma demonstração clara que os problemas da toxicod dependência não constituem prioridade para o Governo.

5 - Sempre abertos à consideração de novas abordagens e experiências, na situação actual pensamos que, para haver sucesso, é necessário intervir em todas as áreas com uma vontade política inequivocamente forte. A partir da reflexão feita e do apuramento de opiniões do recente debate do PCP sobre a matéria foram apontados sete pontos que consideramos importantes para a definição dum estratégia global de prevenção da toxicod dependência e de combate ao narcotráfico:

- A necessidade de uma política que não acentue e contribua para eliminar as causas sociais das vulnerabilidades que conduzem à toxicod dependência.

- O reforço da prevenção primária, considerando conteúdos mais eficazes para as campanhas de informação,

Encontro breve com portugueses do mundo esquecido da emigração

■ Miguel Urbano Rodrigues

Na Primavera finda retomei contacto com a emigração portuguesa na Europa. Quase duas décadas vividas no estrangeiro como exilado desenvolveram em mim a tendência para olhar Portugal de fora para dentro, própria de quem emigra, e também aquele sentimento de solidariedade, tão difícil de definir, que a diáspora gera nas comunidades portuguesas dispersas pelo mundo.

O reencontro com imigrantes portugueses em França foi gratificante. Eles diferem muito dos que deixavam Portugal na minha juventude. Mas a ponte da intimidade, do diálogo fácil, foi atravessada instantaneamente. Eu me sentia, ao escutá-los, um deles, ao tornar meus os seus problemas.

Primeiro na Alsásia, em Colmar e Estrasburgo, depois em Paris, registei o óbvio. Os trabalhadores portugueses residentes em França estão descontentes com a política desenvolvida pelo actual Governo relativamente aos emigrantes. Escutei críticas amplas, amargas, abrangentes.

O perfil do emigrante mudou com o 25 de Abril. Hoje o trabalhador português tem outro nível de conhecimentos, uma capacidade maior para entender os mecanismos da sociedade em que se integra e uma consciência mais apurada dos seus direitos sociais. Por isso mesmo, é também mais exigente no tocante aos apoios que reivindica dos governantes do seu próprio país.

A propaganda oficial é pouco inteligente. Inventa uma solidariedade que a prática nega. O português sabe que os emigrantes de outras nacionalidades contam com muito mais ajuda dos respectivos governos.

Despojada da sua ganga demagógica, a política de apoio à emigração caracteriza-se pelo imobilismo. Os quatro milhões de portugueses disseminados pelo mundo constituem uma enorme comunidade de abandonados, uma gigantesca diáspora lusófona entregue a si própria e consciente dessa dura realidade.

Nos últimos anos o Governo do PSD destruiu o pouco que existia: extinguiu o Conselho das Comunidades Portuguesas. Na opinião do secretário de Estado Correia de Jesus, constituía uma «câmara de críticas ao Governo»...

As chamadas Estruturas Representativas das Comunidades Portuguesas, que deveriam substituí-lo, permanecem como projecto fantasmático. Os Conselhos de País não foram criados; o Congresso Mundial das Comunidades Portuguesas não foi convocado... Fantasma é igualmente o tão falado Instituto Camões. Anunciado como instrumento estratégico fundamental para a difusão da língua e da cultura portuguesa no estrangeiro, continua a ser um projecto nevoento. Não consegui sequer encontrar no «Diário da República» rasto do diploma que o criou...

Em mais de uma reunião com imigrantes, em Paris, es-

cuti os protestos de trabalhadores cujos filhos não têm a oportunidade de estudar o português. «Eles falam em casa com a gente, mas não sabem escrever na nossa língua» — ouvi em roda de amigos num subúrbio da capital francesa. São poucos os estabelecimentos secundários que aceitam o português como idioma de opção.

Qualquer adolescente pode escolher o espanhol ou o italiano, mas não o português. Faltam professores e o Governo deixa correr. Não cumpre sequer os compromissos assumidos com os poucos professores existentes. É uma vergonha e uma humilhação. E depois aparecem por aqui os senhores ministros de Cavaco a falar, com descaramento, de portuguesismo».

A Festa de Bezons

A súbita vaga de interesse do PSD pelos imigrantes, sobretudo pelo núcleo da França — o mais numeroso — tem

transparentes objectivos eleiçoeiros. A milionária campanha de propaganda em andamento — filmes, brochuras, livros, vídeos, visitas de ministros, entrevistas — foi concebida em função de uma meta: impor (mediante acordo prévio com o PS) o voto dos emigrantes nas Presidenciais e fazer dele a alavanca da eleição do futuro candidato do partido do Governo, possivelmente Aníbal Cavaco Silva.

Na Festa da Amizade em Bezons (1), promovida pela organização parisiense do PCP, essa manobra foi o tema de muitos comentários. Os comunistas captam-lhe o objectivo. À volta de mesas improvisadas, sob árvores frondosas, em convívio bem português (havia sardinhas assadas e frango de churrasco; o vinho era do Ribatejo e do Dão, mas também apareceram garrações de verde e caixas de cerveja Sagres), a conversa ia e vinha entre Portugal e a França, numa atmosfera internacionalista em que de tudo se falava, das questões específicas da comunidade aos problemas franceses e aos acontecimentos da pequena comuna. Maastricht foi muito comentado assim como a insinceridade do discurso cavacista sobre a integração europeia e a pouca atenção prestada pelo Governo ao ensino da língua bem como a sua gula para captar as divisas dos emigrantes.

Estavam presentes na Festa da Amizade muitos caboverdianos. Alguns jogam nas equipas de futebol formadas por portugueses. A fraternidade comunista concretiza no relacionamento quotidiano o espírito dos PALOPs.

O Luís Oliveira, um dos portugueses mais antigos de Bezons, funcionário da Mairie, apresentou-me a dois gendarmes franceses, amigos seus. Ambos fizeram muitas perguntas sobre Portugal, o 25 de Abril, a guerra colonial. Um deles andou em serviço por Tahiti e outras paragens da Polinésia. Serviu também em África. Discutiui-se o tema do direito de voto dos emigrantes nas Presidenciais e daí resvalou-se para o referendo francês sobre Maastricht.

«Não sou contra a CEE, pelo contrário — disse o mais velho. Mas desconfio dos exageros comunitários que apagam a soberania. Servi na Alemanha. Sou francês, sinto-me francês. Não sei como os portugueses estão a reagir a estas situações, mas para nós, franceses, o peso da História tem muita força. Eu cresci no respeito pela soberania francesa. Não quero ver o meu país transformado numa província da Europa governada por economistas alemães...»

A conversa adquiriu tal abertura que do conceito de independência foi parar aos sentimentos do polícia comum quando a sua consciência entra em choque com as opções do poder que lhe condicionam o comportamento social e o profissionalismo militar. Falou-se então da Guarda Republicana portuguesa, das polícias de choque, da repressão contra a Reforma Agrária.

Imigrantes portugueses, velhos e jovens, sobretudo alentejanos, davam as suas opiniões. Expressando-se em excelente francês, evocavam episódios por eles vividos antes e após o 25 de Abril. Por si só, aquela foi esclarecedora para mim da relativa facilidade



EM FOCO



do mundo do trabalho, disponibilidade para ajudar dos imigrantes portugueses mais experientes e politizados se manifesta.

Alentejo em Paris

Foi gratificante para mim — repito — encontrar núcleos de uma imigração tão adulta, tão humanizada.

Nos comunistas, obviamente, a consciência política, ao acompanhar a consciência de classe, torna o imigrante invulnerável ao discurso cavquista e ao paternalismo demagógico da propaganda difundida pelo Governo do PSD. Mas não alimento ilusões. A gente magnífica com quem convivi em Bezons, em Paris, em Nanterre, em Colmar, — comunistas e não comunistas — é mostruário de uma mi-

norria que não retrata a grande massa dos trabalhadores portugueses residentes em França.

A falar com o Cheinho, o Ramos, o Miguel, o Domingos Trindade, o Caetano e tantos outros senti-me entre companheiros com a vontade temperada por uma cadeia de lutas que vem de muito longe. Encontrei tantos trabalhadores de Vale de Vargo, de Baleizão, de Mértola e Pias que, não fora o hábito de os meus novos amigos introduzirem palavras francesas no diálogo, quase me poderia imaginar algures em terras da minha Margem Esquerda do Guadiana. Eles expressam-se num bom português.

A língua materna faz parte daquilo que são. Mas o peso do ambiente social, a presença no quotidiano do mundo do trabalho francês explica que, sem disso quase se aperceberem, incluam a cada momento no discurso, e com a maior espontaneidade, vocábulos como o *batiment*, *chômage*, a *chaine*, o *affaire*, a *entreprise*...

Todos aprenderam a olhar Portugal de fora para dentro, sem romantismo. Todos estão cientes de que a política de emigração é um edifício ficcional. Não estranharam quando os informei de que o Governo não respondeu na actual sessão legislativa a nenhum requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP sobre o ensino do Português na Europa; não reagiram com surpresa quando lhes disse que nenhum ministro ou secretário de Estado foi ainda à Assembleia da República para responder a perguntas relativas ao mesmo tema formuladas por deputados comunistas. Outra atitude não esperavam do Governo Cavaco.

«Pouco mudou no que se refere ao acompanhamento dos emigrantes pelo Poder», ouvi de Jaime Alves, um minhoto transplantado para Nanterre.

«O egoísmo e a hipocrisia são os mesmos dos velhos tempos. É exclusivamente pelo esforço próprio e não por ajudas do Governo que muitos trabalhadores que aqui chegam, mas não todos, longe disso, conseguem conquistar o acesso a condições de vida decentes, ou seja, atingem o objectivo que os levou a emigrar.»

Jaime Alves é proprietário de um restaurante e não mastiga as palavras. Ele sabe que os trabalhadores portugueses em França são um destacamento, o mais numeroso, da grande e dramática diáspora de quatro milhões de compatriotas que, para sobreviverem com dignidade, tiveram de ir procurar noutras terras o que a vida lhes negou na sua.

«Não foi fácil chegar a uma relativa independência económica — desabafa. — Eu tenho a sorte de poder visitar todos os anos Portugal e penso voltar definitivamente. Mas quantos podem dizer o mesmo? O Governo faz contas e alega-se com as divisas dos emigrantes que o ajudam a tapar o buraco da balança de transacções correntes. Não vê o reverso da medalha. Emigrar é sempre uma ruptura afectiva de consequências irreparáveis.»

A verdade indesmentível é que os portugueses continuam a emigrar. Muitos milhares. O Governo do PSD chama-lhes agora cidadãos da Comunidade. Mas o novo rótulo não altera a evidência. A emigração portuguesa não é uma fatalidade. Apenas a radiografia de uma política.

(1) Pequena cidade satélite de Paris na qual a mais numerosa comunidade estrangeira é a portuguesa.

dade com que o emigrante português, quando vai para permanecer, se insere na sociedade francesa e constrói relações de amizade. Naturalmente, o convívio fácil não implica integração plena e harmoniosa. Em França, o português encontra barreiras culturais e sociais que não se lhe deparam no Brasil; mas a segunda geração, embora guardando muito da especificidade do país de origem, e sem romper com as raízes, começa a sentir-se francesa. Na Alemanha, na Holanda, na Inglaterra, isso só excepcionalmente acontece. A estrutura social, muito mais fechada, menos permeável, resiste à assimilação dos descendentes de imigrantes.

Uma imigração diferente

Na Festa de Bezons, durante um baile em que se apresentaram ranchos regionais, vestidos a rigor, lembrei-me de



do local para o entendimento do universal — aqueles portugueses (eram umas quatro dezenas) analisaram na perspectiva dos efeitos em França, acontecimentos que alteraram o movimento da História, como o ruir do socialismo na Europa, a desagregação da URSS, a pretensão norte-americana a fazer dos EUA o Polício do mundo, o choque Norte-Sul. O que se discutiu não foram, entretanto, as grandes estratégias planetárias, mas as suas implicações na sociedade francesa, na inserção dos imigrantes. Falou-se da permanência das classes sociais, da necessidade de lhes definir bem os novos contornos, da quase inevitabilidade da exacerbação da luta de classes.

Discutiram-se lutas sindicais e extraíram-se lições de greves recentes na Região de Paris. Com frequência, a evocação de aspectos humanos, a estória de uma luta sectorial (bem conduzida ou perdida) serviram para definir melhor os valores e princípios em causa do que a exposição fria dos factos. Mereceu rejeição unânime a tese liberal muito na moda se-

gundo a qual o comunismo morreu. A falência de modelos socialistas não pode ser confundida com um sistema de ideias, com a aspiração de transformar a sociedade, pondo termo à exploração do homem pelo homem.

Fascinaram-me as estórias relativas ao relacionamento entre os imigrantes portugueses e os de outras nacionalidades. O português, hoje, ao lado do magrebino, do turco, do africano negro, é em França um imigrante quase privilegiado. Mas a diferenciação não o afasta daqueles que são mais discriminados. Antes reforça nele o espírito solidário. Foi por isso mesmo também útil tomar conhecimento de outro tipo de situações que resultam do afluxo de uma nova imigração, a que chega dos países do centro e do leste da Europa. São ainda poucos, mas os problemas no mundo do trabalho colocam-se com premência porque os europeus do leste, muitos com alta qualificação profissional, se mostram disponíveis para trabalhar por qualquer salário. Também aí, no esclarecimento, sem agressividade, dos recém-chegados que violam as regras

festas semelhantes de outras comunidades portuguesas e de outras, de gerações anteriores, no Brasil, no Canadá, na Argentina. Dei-me conta do risco de quaisquer paralelos, mesmo cautelosos. Em cada país, o ajustamento do emigrante, a adaptação sempre difícil processa-se de modo irrepetível, de maneira sempre diferente, em função de complexos factores sociais, económicos e culturais que são únicos.

Um dos debates que em Junho acompanhei com mais interesse e proveito foi aquele em que trabalhadores portugueses com diferentes níveis de cultura e experiências diferenciadas discutiram problemas ligados à sua participação na vida francesa. Fiquei emocionado ao escutar algumas intervenções. Aqueles homens e mulheres, olhados de cima por pequenos burocratas como o secretário de Estado Correia de Jesus, têm uma consciência lúcida das grandes questões sociais que preocupam a humanidade neste viragem do final do século XX. Seguindo a boa regra de partir do particular e



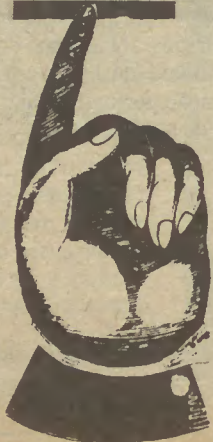
Um vasto conjunto de análises, reflexões e orientações a que o debate em curso em torno de Maastricht confere renovada actualidade, importância e utilidade

PORTUGAL INDEPENDENTE NO MUNDO EM MUDANÇA

Encontro do PCP sobre a Independência Nacional

20-21 Out. 1990
ALMADA

edições Avante!



À venda

Carta do Brasil

Da vigarice em geral ou as legítimas preocupações com a democracia

■ Alexandre Pereira

Com a ECO/92 a sumir-se rapidamente das parangonas dos jornais e dos noticiários da rádio e TV, como um ruído chocho a que afinal o título simbólico do magno encontro do Rio de Janeiro não fez juz com a força esperada, voltam a crescer no país os sons da peleja fratricida.

Fala-se mesmo em impugnação do presidente Collor de Melo, no final ou mesmo no decorrer do inquérito parlamentar, provocado pelas denúncias do irmão Pedro Collor, em que o visado é o "tesoureiro" da sua campanha presidencial, Paulo Cesar Farias, o famoso compincha a quem a imprensa brasileira apelidou de "PC", dados suficientes para o considerarem indigno de permanecer na suprema posição de Chefe do Estado, com a sua substituição constitucional pelo Vice-Presidente Itamar Franco.

É na verdade um espanto assistir-se num país de trampolinagem ao desenrolar desta novela que não é de "faz de conta". Contrariamente ao que sucede com as novelas diárias em que os autores vão mudando as situações e até as personagens (matando-as, se necessário) para corresponder ao gosto e às expectativas do público, transformando-as, nem sempre, é verdade, em grandes sucessos de audiência, a história pública da família Collor e do seu mais ilustre membro, fugiu das mãos do aprendiz de feiticeiro Pedro para ser agarrada, e vamos ver com que segurança, pelos três líderes dos principais partidos da oposição. Orestes Quércia, do PMDB, Lula, do PT, e Jerassaito, do PSDB, que, em conjunto, forçaram a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito contra as opiniões dos "deixa disso" governamentais. O presidente está isolado. Numerosas e sucessivas situações de corrupção, compadrio e até de roubo descarado, têm inquinado a sua controversa governação.

A maior parte dos seus comparsas, amigos queridos de longa data ou de fresca aparição - a chamada "República de Alagoas", estado donde tiveram origem - queimou-se no contacto e no maneio de um poder que cada vez se mostra mais inseguro. Os resultados destes dois anos trouxeram ao país não o fortalecimento da unidade e da confiança dos brasileiros num futuro de progresso. Vive-se, como nunca, uma insegurança total - política, económica, social. A miséria já de si endémica cresceu ainda mais. O desemprego alastra, aumentando o desespero dos trabalhadores e a delinquência dos marginais. Os pequenos e médios comerciantes e industriais fecham as portas numa sucessão de falências não verificada há muitos anos. Está-se próximo do caos.

Não é de admirar, portanto, que mesmo as forças políticas próximas do presidente Collor se tenham deixado envolver na "grande manobra", participando da Comissão de Inquérito, para a retirada de cena da complicada personagem.

Um sucesso absoluto de audiência está garantido para este desfecho.

Enquanto isso, entre nós, portugueses emigrados, fustigados pelos reflexos da justa luta dos dentistas brasileiros, que parece ter tido, finalmente, solução.

O voto dos emigrantes

Não é que o PSD e seu líder carismático descobriram de repente que na emigração o "défice democrático" (bem achada expressão que encobre malfeitorias várias) que nos aflige é não poderemos votar para eleger o Presidente da República? Um escândalo, segundo dizem. Mas vamos com cuidado. A questão posta assim simplesmente, pode ter foros de indiscutível. Porém, não é por acaso que a nossa Constituição de 1976, ao ser votada pela maioria dos parlamentares, e posteriormente alterada, da última vez sob a batuta daquele partido com a conivência do PS, não mexeu nessa proibição. Razões existiam e existem ainda.

Primeira, a inadequação dos nossos consulados sequer para tratar e atender as questões de "lana caprina" que os milhares e milhares de patrícios lhes colocam, desde uma simples procuração até à recente obrigatoriedade de obtenção do Bilhete de Identidade, cujo prazo foram forçados a prorrogar - e nós referimo-nos em particular ao Brasil, onde

as dificuldades encontradas são imensas agravadas com a participação dos brasileiros interessados em emigrar para Portugal e de nele estabelecer negócios, provocam engarrafamentos monumentais nos serviços consulares, neste país. Pelo que sabemos o mesmo se passa noutros quadrantes.

Este é na verdade o grande escândalo. Um governo que está há anos no poder não resolveu os reais problemas da emigração, não soube ou não quis criar as estruturas necessárias para atendê-los ou sequer encaminhá-los, e vem, desonestamente, com intuítos políticos primários, desviar as atenções do seu falhanço como administrador, apelando para os sentimentos patrióticos dos emigrantes.

Mas esta parece-nos ser apenas uma face da questão.

A outra, e talvez esta tenha mais a ver com o tal "défice democrático", refere-se às condições objectivas em que se fará o recenseamento para que os portugueses na diáspora possam votar. Durante dois meses, em Maio e Junho de cada ano, são criadas comissões de recenseamento junto de cada consulado, presididas pelo Consul-geral local. De acordo com a lei podem ser nomeados delegados dos partidos para acompanhar a actividade de tal comissão. Mas na prática o que acontece? Dum caso concreto sabemos nós. No consulado de S. Paulo todos os prazos previstos na lei que regula o assunto, para a instalação da comissão, não foram cumpridos. E o mais grave é que o responsável no consulado pelo serviço de recenseamento, logo abaixo do Consul, que é quem dá as informações, atende os interessados em recensear-se, e lida com os cadernos eleitorais, é, nem mais nem menos, que um tal sr. Ruas, cujo aparecimento de novo no consulado ninguém explica. Trata-se de um ex-vitalício vice-consul do tempo do salazarismo que durante muitos anos afrontou os democratas de S. Paulo. Após o 25 de Abril foi despedido sob a acusação de estar ligado à PIDE-DGS. Moveu um processo contra o Governo e parece que acabou ganhando, absolvido como foram muitos dos seus colegas de má memória. De novo no poleiro, a que título e quem o admitiu? O seu aparecimento neste serviço será mera coincidência ou terá a ver com o aparecimento da campanha do PSD? Deixo as interrogações para serem respondidas por quem de direito ou por quem souber dos conluios sinistros que tentam de novo manietar a nossa jovem democracia.

Apenas mais um caso. É sabido do desinteresse que os portugueses na emigração têm tido em recensear-se e, destes que o fizeram, em votar. As percentagens de abstenção estão aí a comprová-lo. Nas últimas eleições de Outubro de 1991 para deputados à Assembleia da República, pelo círculo eleitoral Fora da Europa, o CDS apresentou um dos candidatos e seu suplente pelo Brasil. Foram duas senhoras. A candidata é ainda funcionária, e há anos, do consulado do Rio de Janeiro. A sua suplente é funcionária do Conselho das Comunidades de S. Paulo, órgão que permanece apesar da nova legislação. Mas isso é outra história. Estas duas candidatas levaram a sério o seu papel e aproveitando-se do indiscutível prestígio de que desfrutaram junto da colónia, resolveram diminuir o "défice democrático" existente na emigração do Brasil e conseguiram recensear durante os meses de Maio e Junho, antes das eleições, uns três milhares ou mais de novos eleitores. Consta que até o sr. Correia de Jesus, Secretário da Emigração, embora depois o tenha desmentido, ficou assustado com esta investida do CDS, considerando essa situação menos correcta.

Vocês já viram o que seria se todos os funcionários consulares, sob a orientação estrita e o superior comando do Palácio das Necessidades, decidissem lançar-se numa cruzada intensa para a eliminação do "défice democrático" existente na emigração portuguesa de todo o mundo?

Supõe-se - são números estimativos da Secretaria de Emigração - que existam três milhões ou mais que podem ser considerados como cidadãos portugueses emigrados, entre os nascido em Portugal e os seus descendentes de todas as raças, com capacidade para serem recenseados. Equivale a um terço ou mais da população residente em Portugal. Não é de admirar assim que o presumível candidato à Presidência e as forças políticas que o apoiam queiram conquistar este manancial desperdiçado. A rigor, muita desta gente nada tem a ver com a cidadania portuguesa e os problemas que afectam o nosso país.

Cartas dos leitores



Discriminação obscena

Na minha opinião, o XIV Congresso devia dar uma grande atenção à Comunicação Social. A manipulação desta pelo Governo, o grande capital e até o PS é uma das mais graves causas da perversão da democracia a que assistimos. Depois da privatização dos últimos jornais do sector público e com a grande entrada do capital estrangeiro no sector, a situação é péssima em toda a comunicação social. Creio até que não é boa para os próprios jornalistas, que sofrem e sofrerão cada vez maiores pressões para se reduzirem a um mero papel de escribas e de executores de ideias dos patrões. Mas a situação é péssima também na comunicação social do sector público, isto é, na RTP e RDP. A brutal discriminação a que o PCP e os comunistas são remetidos é afrontosa não só para estes, mas para o próprio regime democrático. Nenhum democrata lúcido pode ficar tranquilo com o silenciamento ou a maldosa deturpação das posições e actividades do PCP. Como ensinou Bertolt Brecht, estas coisas começam a ser feitas contra os comunistas, mas depois batem à porta de todos os demais democratas. O comportamento da Televisão de José Eduardo Moniz-Anfal Cavaco Silva é muito mais que escandaloso, é obsceno. O que conta para os mandantes da TV não são «os critérios jornalísticos» que eles alegam, mas aquilo que serve melhor a propaganda governamental. Exemplos para quê? O Telexjornal é a prova disto todos os dias. A situação na RDP não é melhor, pelo menos em certos programas. É o caso do Programa da Manhã de um tal Sena Santos. Para este cavalheiro o PCP não existe, salvo quando lhe vem à mão algum ataque mais insidioso proveniente de Moscovo ou de malévolos fonte dissidente. O sectarismo deste programa brada aos céus. Ouvem-se com demora e repetidamente dirigentes e deputados do PSD, PS e até CDS. Os deputados Pimenta e Sócrates parece que são da casa. Por mais importantes que sejam as iniciativas do PCP ou br... antes as actuações dos seus deputados, para o secretário Sena Santos não existem. É preciso dizer aos mandantes da RTP e da RDP que eles trabalham para um serviço público que é pago pelo Estado, isto é,

pelos contribuintes, por todos os portugueses. É preciso que eles saibam que o PCP, mesmo em termos eleitorais, é o terceiro Partido e é também o terceiro Partido, muito, muito à frente do CDS, em representação na Assembleia da República. Mesmo no seu pior score eleitoral, o PCP e os seus aliados da CDU foram apoiados por mais de 500 mil eleitores portugueses. As discriminações contra o PCP são agressões a estes, pelo menos meio milhão de portugueses, mas que são muitos, muitos mais com os que respeitam, apreciam e confiam no PCP. A RDP deve olhar para os seus índices de audiência para avaliar das orientações que imperam em certos programas. A RTP em breve vai poder fazê-lo também.

António Veríssimo da Silveira
Lisboa

Não capitular

As implicações do Tratado de Maastricht no futuro de Portugal exigiam que em torno desta questão se procedesse a um debate amplo e sério. Todavia, e porque tal debate não interessa aos defensores do «sim» a Maastricht (que dominam a comunicação social e o poder) estamos a assistir a uma desavergonhada operação de mistificação e manipulação. E isto diz tudo sobre a Europa que os defensores do «sim» querem. É significativo que os autodenominados «europeístas», ao mesmo tempo que se dizem portadores de um projecto democrático e moderno para a Europa (e para Portugal), tentem impor esse projecto através das formas mais antidemocráticas e velhas: a chantagem, a intimidação, a ameaça, a pressão, a mentira. Veja-se como tratam os que dizem «não» a Maastricht, como pressionaram e ameaçaram os dinamarques antes e depois do referendo, como desrespeitam as suas próprias decisões quando os seus objectivos estão em causa, como pressionaram os irlandeses na campanha do referendo (ou votam «sim» e têm milhões de libras ou votam «não» e não vêem um chavo), etc., etc. Quer isto dizer que quanto a democracia e respeito pelos valores democráticos, estes «europeístas» têm práticas que estamos fartos de aturar há muitos anos. Outro aspecto que vale a pena referir é o que diz respeito à argumentação usada por

certos sectores de esquerda, digamos assim. Dizem estes que Maastricht é inevitável: portanto... O argumento é, como se vê, forte. Ora, mesmo admitindo a inevitabilidade, a questão obviamente não é essa, antes é a de saber, em primeiro lugar, se Maastricht é ou não bom para Portugal (e para a Europa, e para o Mundo...). Aceitar a inevitabilidade e pronto, significa baixar os braços, capitular; significa uma perigosa assimilação da tese tão cara à esquerda disfarçada de esquerda que diz assim: o que é inevitável é aceitável, o que é aceitável... aceita-se, e o que se aceita é bom tese que os tem levado a «evoluir» para a defesa de uma «alternativa» ao capitalismo assente, precisamente, na «inevitável» essência do capitalismo. Entre os mais fogosos executantes desta tese contam-se os irmãos Moura (Barros e Pina) e o «sindicalista» Judas. Um destes dizia há dias que queria uma Europa sem fronteiras, uma Europa dos cidadãos; dizia ainda que Maastricht pode dar origem a uma Europa dos burocratas e das multinacionais; e, por tudo isto, dizia «sim» a Maastricht... Outro Moura decretou que isto da «soberania nacional» é coisa ultrapassada, coisa a esquecer. Um primo deles, professor de Coimbra, procedendo a um obsceno número de *street tease*, veio dizer que defende o referendo porque ele permite anular a contestação ao Tratado, porque responsabiliza todos e cada um e ainda porque o referendo seria um antídoto face a eventual pedido de contas retroactivo se esta UE der para o torto. Cavaco, Guterres e etc., irmãos europeus destes rapazes, dizem coisas semelhantes (mas não piores, note-se). Os 45 maiores capitalistas europeus que, segundo o senhor Delors, são o mais sólido apoio a Maastricht, já disseram isso tudo antes dos Mouras, dos Cavacos e dos Guterres. Lembrem-se do Miguel de Vasconcelos: Isto digo eu, que sou português e europeu ù e que sou europeu por ser português; e que digo «não» ao Tratado de Maastricht e à Europa das transnacionais onde nos querem sufocar; que digo «sim» a Portugal, «sim» a Portugal integrado numa Europa de paz, de cooperação, de fraternidade e solidariedade, de progresso, de justiça social. É difícil alcançar este objectivo? É. Muito, muito difícil. Mas vale a pena lutar por ele. Por isso vale a

pena lutar contra Maastricht mesmo que Maastricht seja inevitável. Como dizia um personagem da Vida e Morte Severina: «Muita diferença faz entre lutar com as mãos e abandoná-las para trás».

António Manuel Goes — Algés

Conceitos de base

No âmbito da fase preparatória do XIV Congresso do PCP e no seguimento de um texto («As nossas responsabilidades») publicado no Avante! de 25/6/92 (secção «Cartas dos leitores»), procuraria concretizar as propostas genéricas então apresentadas. Começaria por alguns conceitos estatutários e programáticos fundamentais. **Partido do proletariado** Expressão demasiado datada e que hoje perdeu, pelo menos nos países centrais e semiperiféricos, grande parte do seu significado como categoria do presente. Poderia ser substituída por «Partido dos trabalhadores». **Partido marxista-leninista** Considero que a herança leninista é fundamental para qualquer partido que pretenda continuar a ser comunista (ou mesmo marxista). Penso, no entanto, também, que o leninismo contém em si, simultaneamente, aspectos que devemos manter e outros que devemos abandonar (abandonámos já, em muitos casos, como não poderia deixar de ser). Acrescendo a tudo isto, depois de Marx/Engels e de Lênine, outros grandes militantes deram contributos decisivos

(teóricos e práticos) para o desenvolvimento do ideal e da intervenção dos comunistas (realçaria as figuras de Rosa Luxemburgo e, sobretudo, a de António Gramsci). Talvez a forma mais correcta de designar esta postura gnoseológica e política, que penso ser a do PCP, passe pela adopção da designação «Partido marxista».

Centralismo democrático

Considero que é a modalidade mais positiva de organização do nosso partido, não apenas por razões de eficácia, mas sobretudo por ser a melhor forma de integrar modalidades de democracia representativa, participativa e directa; a pluralidade de opiniões com a unidade e a solidariedade do colectivo; a valorização das capacidades, disponibilidades e interesses de todos e a não discriminação daqueles (a maioria dos militantes do PCP) cujo «nível socioeconómico e cultural» é diferente do padrão dominante na sociedade burguesa que é a nossa. Mas essa lógica organizativa e os nossos objectivos como partido implicam o reforço constante da vertente democrática deste equilíbrio por exemplo, em termos do aperfeiçoamento dos mecanismos de circulação vertical (descendente e ascendente) de informação, através do alargamento das modalidades de circulação horizontal dessa mesma informação (no Avante! e em outras publicações do partido e da JCP, em iniciativas nacionais de debate, com a modificação da forma como os organismos de base e intermédios encaram a sua responsabilidade no apuramento e na divulgação da opinião dos militantes e do partido), na exigência de um maior esforço de manutenção e alargamento do consenso interno (recusando, tanto quanto possível, lógicas maniqueístas e sectárias de exclusão), etc. **Partido revolucionário, Partido de vanguarda, Partido patriota e internacionalista, Transição para o socialismo, Democracia socialista e Sociedade socialista** são expressões que exigem uma urgente redefinição e reexplicitação.

Trata-se, no fundo, de repor publicamente (com as certezas e as dúvidas possíveis e/ou desejáveis neste momento, a partir deste momento) qual é a razão de ser, quais são os objectivos estruturais dos comunistas portugueses.

João Paulo Ávelãs Nunes

— Coimbra



Julho - Agosto 1992 •
Nº 199 •
Preço 170\$00

GRUPOS ECONÓMICOS EM PORTUGAL

Imagens do País na Atalaia

Aspectos da paisagem local de diversas regiões vão estar este ano presentes como motivos de base da decoração que diversas organizações regionais do PCP vão levar à Atalaia. São paisagens, edifícios, monumentos, ambientes ou simples lembranças de um património regional que é de todos, uma das facetas das diversas formas de expressão cultural que animam a Festa do «Avante!».

Aspectos do Castelo de Santa Maria da Feira serão recriados pela Organização Regional de Aveiro, enquanto Braga seleccionou este ano o arco da Porta Nova da sede do distrito como um dos

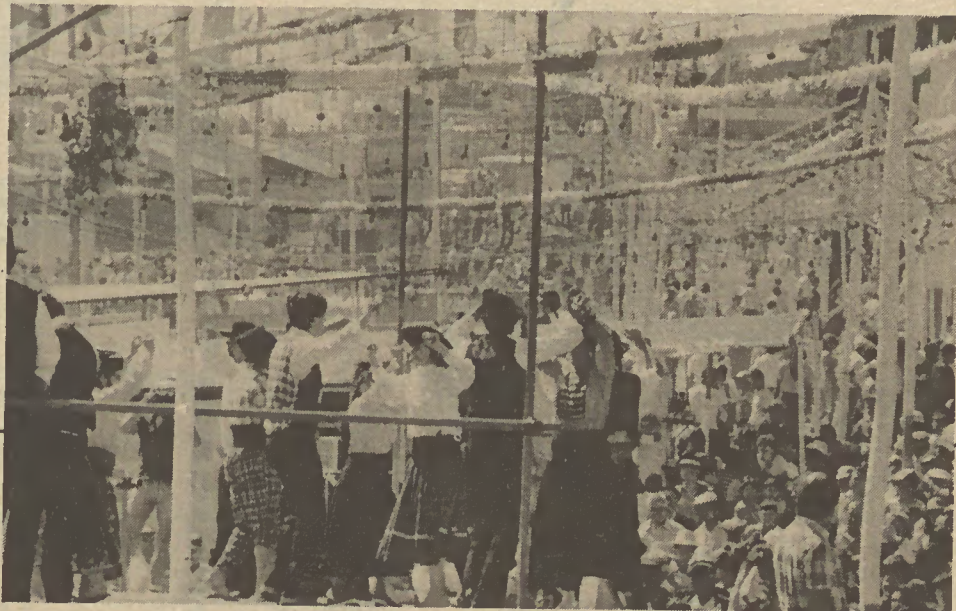
motivos da decoração do seu espaço.

Évora recriará uma praça alentejana enquanto os Granitos de Alpalhão serão um dos elementos de decoração de Portalegre que terá como

tema a característica paisagem do norte alentejano.

Santarém recriará uma quinta ribatejana enquanto Setúbal decidiu transpor para a «festa!» o ambiente de um pátio de Almada.

Finalmente podemos já adiantar que a silhueta da cidade de Viseu e um destaque para a Porta dos Cavaleiros serão motivos de decoração levados à Atalaia pela organização regional daquela capital de distrito.



Excursões partem de todo o País

Estão já a organizar-se excursões para a Festa do «Avante!», um pouco por todo o País, uma organização que facilita o acesso de todos aqueles que desejem ir «à cidade dos três dias» em Setembro.

Fazendo a lista, começamos pelo Algarve para dizer que neste momento há já excursões organizadas nas localidades de Aljezur, Vila do Bispo, Lagos, Portimão, Silves, São Bartolomeu de Messines, Almansil, Faro, Olhão e Vila Real de Santo António.

Em Aveiro estão já programadas excursões com partidas de São Paio de Oleiros, Espinho, Ilhavo, Mealhada e Águeda.

Em Castelo Branco há uma excursão que partirá de Tortosendo enquanto de Coimbra partirão de Coimbra, Condeixa, Soure, Montemor e Figueira da Foz.

De Évora as excursões até ao momento programadas partirão de Alandroal, Arraiolos, Borba, Mora, Montemor, Évora, Vendas Novas, Portel e Bencatel.

Do distrito da Guarda as excursões arrancarão da própria cidade da Guarda, de Seia e Gouveia, e de Leiria de Vieira de Leiria, Marinha Grande, Peniche, Caldas da Rainha e Bombarral.

Referência ainda para os distritos de Portalegre (saldas de Portalegre, Ponte de Sôr, Avis, entre outras), Santarém (Tomar, Torres Novas, Alcanena, Pombalinho, Vale de Figueira, Alcanhões, Santarém, Amiais, Pernes e Almeirim), Setúbal (Grândola, Alcácer do Sal, Sines, Alcochete e Setúbal, entre outras) e, finalmente, Viseu, cidade de onde partirá uma excursão para a «festa!».

Todos aqueles que desejem embarcar numa destas excursões devem contactar os centros de trabalho do PCP nas respectivas localidades.

Feira da Ladra

Aceitam-se contribuições

Livros antigos, cassetes, gravuras, postais, canetas, isqueiros, óculos, caixas, colares, travessões, bandoletes, brincos, pulseiras, relógios, rádios, moedas. Pequenos e grandes objectos. A Organização Regional de Lisboa, como já é hábito de há uns anos a esta parte, realiza no âmbito do Café-Concerto que ocupará parte do espaço ocupado por aquela organização na Festa do «Avante!», uma Feira da Ladra que este ano se pretende venha a ser a maior jamais organizada da Atalaia.

Para esta Feira da Ladra, para além dos objectos já citados, aceitam-se também botões, maquinetas, louças, faianças, porcelanas, barros, vidros, chaves, espelhos, estatuetas, revistas antigas, instrumentos musicais, máquinas de escrever, latões, cobres, chapéus, molduras, objectos de decoração, gravatas, lenços, chapéus, coletes, cintos, linhas, rendas, malas, embalagens antigas, candeeiros, brinquedos, peles, azulejos antigos, jogos, caixas de música e cestos.

Todos os que desejem participar ou enviar objectos para esta Feira da Ladra da DORL deverão enviar as peças ou entrar em contacto com o Centro de Trabalho Vitória na Avenida da Liberdade, 170, em Lisboa.

Temos de vender mais EPs antes da «Festa!»

A realização de porta-a-porta por brigadas especificamente constituídas para a promoção da venda antecipada da EP, o aproveitamento de festas locais para a venda militante do bilhete de ingresso na Festa do «Avante!», a venda da EP nas diversas iniciativas do Partido e outras, a concretização de postos fixos em locais de grande movimentação de pessoas - estas são ideias para a promoção da venda antecipada da Entrada Permanente na «festa!»

Para adquirir uma EP basta procurá-la nos centros de trabalho do PCP em todo o País ou nas mãos de dezenas de milhar de activistas. Dois exemplos são dados pela Organização Regional de Leiria, que informa dos excelentes resultados individuais de dois camaradas que decidiram contribuir para este esforço tão necessário: Mário Martins, reformado de Peni-

che, vendeu já 40 Entradas Permanentes na «festa!», enquanto Alberto Gaspar, um comerciante das Caldas da Rainha, conseguiu já vender 30 EPs.

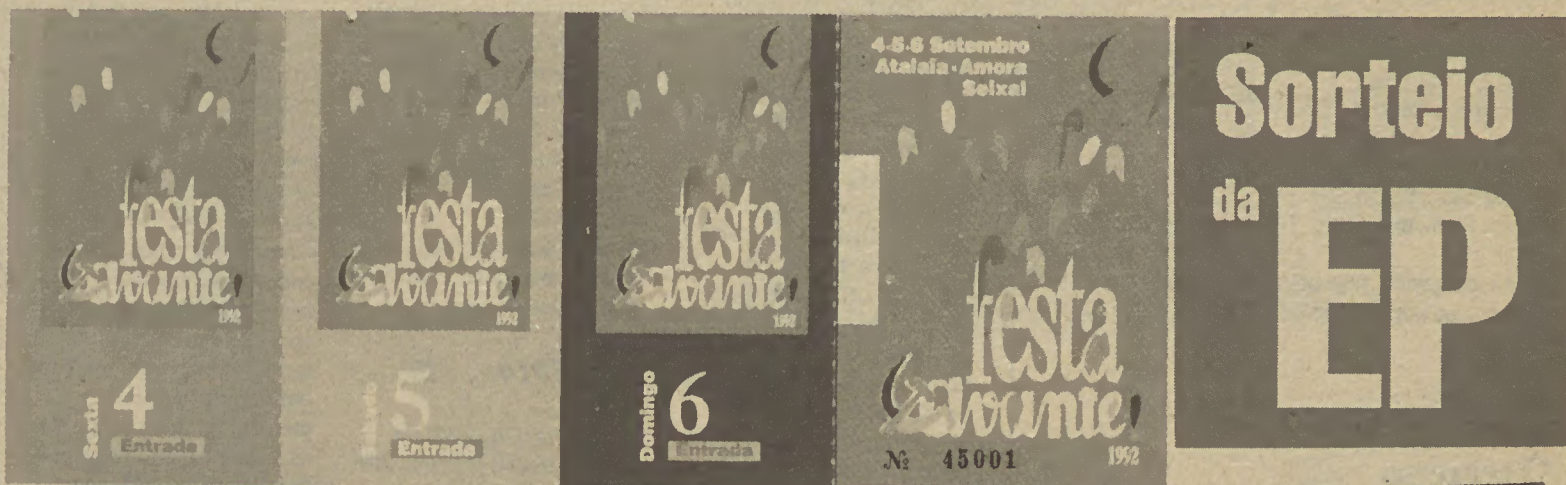
Uma Entrada Permanente na Festa do «Avante!» custa mais ou menos o mesmo, ou até bastante menos, que o preço de entrada de um vulgar bilhete para um único espectáculo musical. Uma única EP permite assistir a todos os espectáculos musicais da Festa do «Avante!» que só nos palcos principais são para cima de uma vintena e que vão da música tradicional portuguesa a diversas formas de expressão da música internacional, passando pelo rock ou pelo jazz, mas atenta também a linguagens e estilos específicos que em Portugal muitas vezes não encontram outro espaço de apresentação.

Mas uma EP possibilita também ao seu possuidor a visita a exposições que mostram o nosso país, ou o acesso a restaurantes com a melhor gastronomia nacional e internacional. Com a EP pode assistir-se a provas desportivas ou a jogos tradicionais que decorrem na Atalaia, ir ao teatro, participar em debates, dar um pé de dança sob os mais variados ritmos.

Quem agora comprar uma EP fica igualmente habilitado aos prémios do concurso que publicitamos nestas páginas.

O fruto da venda da EP é, antes do mais, o seguro de vida da Festa do «Avante!». A EP é a única fonte de receita própria que o Partido Comunista Português dispõe para assegurar a realização de tão importante iniciativa política e cultural.

Compre já a sua EP!



30 de Agosto
Quinta da Atalaia

Compre já a tua EP, ingresso e título de solidariedade para com a Festa do «Avante!»

1.º Prémio:
Duas viagens à Tunísia em colaboração com Agiturismo



2.º Prémio:
Câmara de filmar vídeo modelo SV500/Super VHS

3.º Prémio:
50 contos em livros em colaboração com a CAMINHO

PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

Privadas reprovadas

Ai as histórias tramadas nas Universidades privadas
ai as grandes cobiadas
as saídas, as entradas
as palavras aguçadas
as flechas e as pedradas
ai os alunos a arder

ai as histórias danadas
que ainda estão pra se saber...

As culpas de ninguém

Tinha o sangue o mal da SIDA?
Tinha, tinha com certeza.
Arlindo acusa a Beleza
que se dá por ofendida
de queixa em queixa foi indo
não dizem aquilo irmãos.
Discurso findo, o Arlindo
já mete os pés pelas mãos.
Ninguém tem culpas. À toa
os graúdos dão as mãos
assim fazem bons irmãos.

Os doentes morrem? Tudo numa boa...

Fantasmas

Eu nunca fui daquelas almas calmas
que, à sombra do seu medo mais profundo,
acreditam nas almas
do Outro Mundo
(bastam-me as que há à clara luz do dia
mesmo dessas nem sempre se confia...)

Mas às vezes a gente
nota como afinal
o Outro Mundo é uma coisa evidente
uma coisa banal
sem nada de profundo
nada do outro mundo...

Soube pelo jornal:
certa empresa de monta
tinha, na Bolsa, não uma só conta,
mas várias contas, mas
«contas fantasmas»...

Se na especulação fantasmas estão a dar
quem sou eu para não acreditar...

O regresso

Estava o Técnico quase, quase
pra fechar. Não havia condições.
Fecharia amanhã. E nesta fase
entra o governo com alguns tostões...

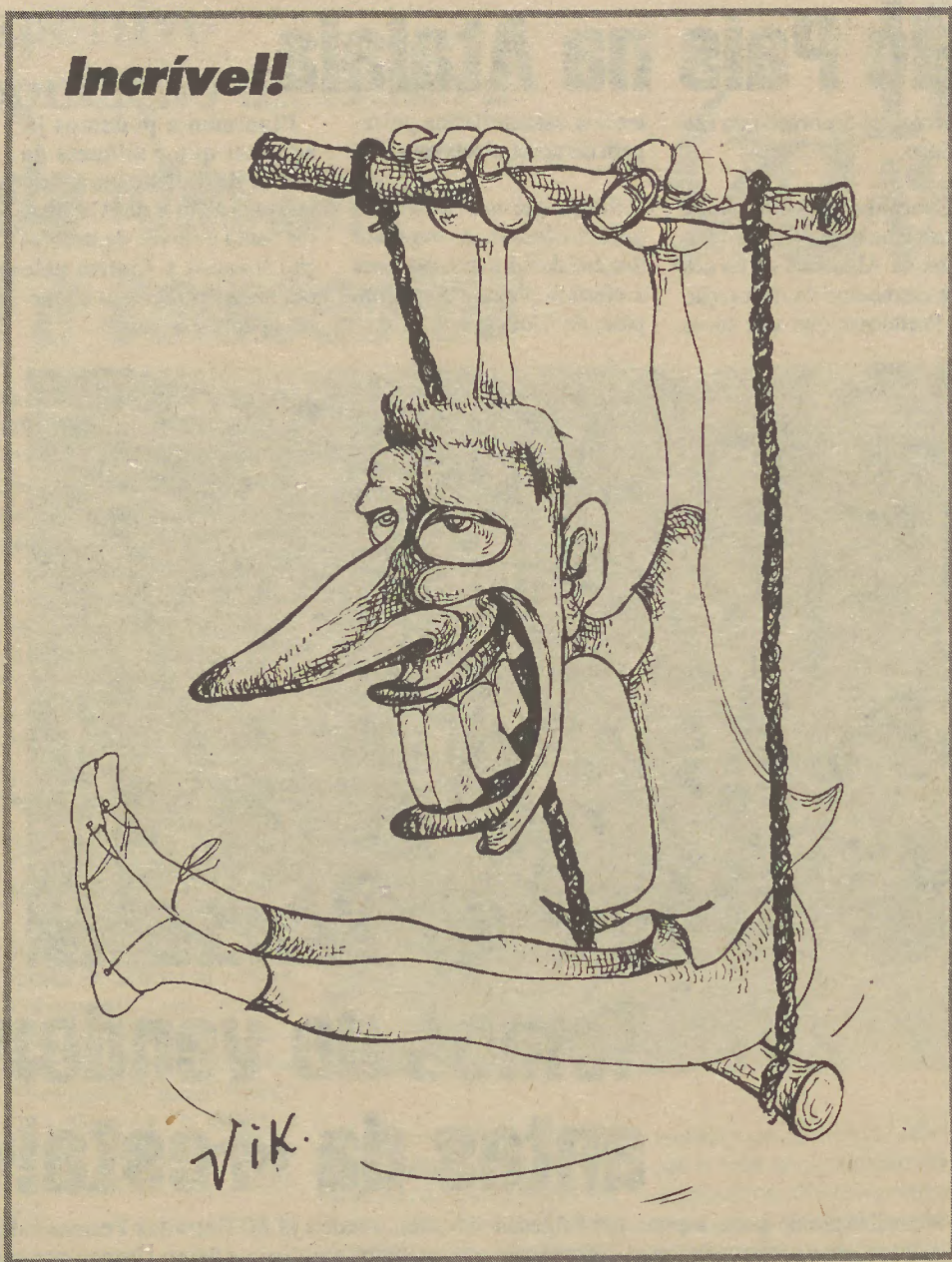
Pois o Técnico que se privatize
pois assim resolve a crise
pois quem tem dinheiro estude
pois quem não tem que se mude
pois pois Jota Pimente
o povo caguente...

E responde Cavaco a quem reclama:
Estava no meu programa...

Assim voltamos ao «paraíso»
do velho Salazar:
ao pobre só é preciso
ler, escrever e contar...

■ IGNOTUS SUM

Incrível!



Centros

Quando se fala de "elefantes brancos" tem-se, hoje, uma nova referência - o "mastodonte branco", vulgarmente conhecido por Centro Cultural de Belém. O bicho cresceu e já não vale a pena lamentar a decisão que ali o pôs ao colo dos Jerónimos, não só violentando a opinião pública e pareceres qualificados, como arrombando os cofres do Estado em mais de 40 milhões de contos. Cavaco Silva fez o gosto que o devia perseguir desde sabe-se lá que leitura prazenteira (talvez "As Minas de Salomão" ou "Tintin na China"), inaugurou a coisa à pressa para mostrar aos grandes da CEE que, para farafá, já não lhe falta a mastaba, e o mastodonte lá ficou, incompleto e à espera de mais uns milhões de contos que lhe arrematem o lambрил. Enquanto isso, e para se lhe disfarçar a maciça inutilidade, vão-lhe metendo uns colóquios lá dentro, guardando tudo com a mais incrível concentração de polícias jamais usada em Portugal, fazendo da obra uma espécie de catálogo de fardas. Desconfiamos que aquilo, provisoriamente apelidado de Centro Cultural de Belém, ainda acaba num definitivo Centro Policial de Belém.

Votos, não!

Iniciou-se ontem, no Funchal, o Congresso das Comunidades Madeirenses espalhadas por todo o mundo e este ano, como nos

anteriores, os 20 congressistas que representam a comunidade residente na África do Sul foram seleccionados sem a participação dos principais interessados, uma vez que tal escolha pertenceu, por inteiro, a Alberto João Jardim e ao seu "homem de mão" na África do Sul, João Canha. As contestações começaram a surgir em pleno Congresso, o que obteve de João Canha, com o apoio de Alberto João Jardim, a seguinte resposta: "a eleição dos representantes madeirenses não pode ser por votos, porque assim não seriam enviados os verdadeiros representantes da comunidade". Portanto João Jardim já nem procura manipular eleições - substitui-se a elas...

... E votos, sim...

Entretanto o ministro da Administração Interna, Dias Loureiro, afirmava em Coimbra que "parece haver pessoas e instituições com medo do voto dos emigrantes", acrescentando que "negar o direito de voto àquelas comunidades" refugiando-se "em certos aspectos técnicos, está a pôr em causa um princípio elementar". Homem! Diga isso ao seu correligionário Alberto João Jardim!

Bons vizinhos

O embaixador indonésio em Camberra disse há dias que o país que representa «necessita que a Austrália lhe lembre a importância de respeitar os direitos

humanos dos seus cidadãos e a protecção do meio ambiente». Dizem os jornais que esta afirmação colheu de surpresa os outros participantes na conferência de Perth sobre as relações bilaterais da Austrália com os países da Ásia e do Pacífico. Supomos que, pouco depois, as bocas abertas devam ter-se inclinado mais para o sorriso, quando Sabam Siagian declarou que «nós, na Ásia, deveríamos sentir-nos mais afortunados por podermos recorrer a um país do Ocidente aqui tão próximo, e que nos tem ajudado e pressionado a continuar a marcha para o progresso». Para que as palavras do embaixador sejam melhor compreendidas por quem não acompanhou a conferência, convém referir que a iniciativa foi marcada por manifestações de protesto contra a ocupação de Timor-Leste. Horas antes do representante de Jacarta falar, um grupo de timorenses foi impedido pela polícia australiana de entrar no local da conferência para lhe entregar uma carta e uma petição em que protestavam contra a forma como decorrem os julgamentos dos compatriotas presos após o massacre de Santa Cruz. São atitudes como esta das autoridades australianas que levam a que o embaixador de Suharto ache que «a Austrália pode ajudar-nos a caminhar para o futuro em cooperação com os povos». Para esclarecer suspeitosas dúvidas, nem é preciso perguntar aos povos, pois não, senhor embaixador?

frases da Semana

«O Estado português decidiu, secretamente, em Abril deste ano, pagar a António Champalimaud 10 milhões de contos a título de indemnização por um alegado erro judiciário, no âmbito de um diferendo com o Banco Pinto & Sotomayor.»

☞ («Expresso» - 11.07.92)

«Mas de que nos servem a nós essas manadas de banqueiros, de construtores civis, de amantes do "imobiliário" e de campeões de turismo? Tirem-me esses e os "tradicionais" (vinhos, madeiras, cerâmicas, têxteis, conservas, cortiça) e o que fica? Fica um grande buraco aos pés do dr. Cavaco, é o que fica.»

☞ Vasco Pulido Valente, «O Independente» - 10.07.92

«Acresce que o doutor Cavaco Silva fala como se o dinheiro fosse dele. Sucede que, por azar do destino, o dinheiro não é dele. O tal dinheiro de que ele fala e paga o Estado, regra geral, vem dos impostos macabros que todos pagamos, das taxas absurdas a que estamos sujeitos, dos emolumentos burocráticos que nos impõem, do proxenetismo do Estado a que o cidadão tem de obedecer.»

☞ (Paulo Portas, «O Independente» - 10.07.92)

«Portugal é o único dos doze estados membros da Comunidade Europeia que ainda não se candidatou ao programa especial de 30 milhões de ecus para reconversão do sector aduaneiro.»

☞ («Expresso» - 11.07.92)

«A grande vantagem do Tratado de Roma é que todos os povos tinham o mesmo peso. Agora, poderá não ser assim no futuro. E, se vamos por esse caminho, estamos automaticamente a dizer que os pequenos países não vão contar, que a Alemanha decidirá desde que obtenha o acordo da França ou da Inglaterra. Isto não é aceitável para Portugal.»

☞ (João Salgueiro, «Expresso» - 11.07.92)

«O novo discurso oficial é o seguinte: «Agora que nos livramos da presidência, vamos a eles! Já estamos do outro lado da barricada, de maneira que agora é que eles vão ver quem nós somos! Não cederemos um milímetro, não abdicaremos de um tostão, não permitiremos uma ofensa!». (...) Mais valia terem-se lembrado do interesse nacional na hora em que eram ouvidos e eram presidentes.»

☞ (Paulo Portas, «O Independente» - 10.07.92)

Agenda

Quinta, 16

● LISBOA

Plenário do Sector Público da ORL sobre "O PCP e o Tratado de Maastricht". No Centro de Trabalho Vitória, às 19.00

● S. DOMINGOS DE RANA

Plenário de Reformados — às 15.30, no Centro de Trabalho de Tires.

● PAREDE

Plenário de Reformados — às 15.00, no Centro de Trabalho local.

Sexta, 17

● MATOSINHOS

Conteúdo, alcance e consequências do Tratado de Maastricht: debate promovido pela Comissão Concelhia de Matosinhos, no Centro de Trabalho de S. Mamede de Infesta, às 21.30.

● LISBOA

Convívio no Terraço do Vitória, à noite. Música popular portuguesa, irlandesa e galega por Sebastião Antunes.

Plenário da Célula da Construção Civil — às 19.30, no CT da Av. Duque de Loulé.

Plenário da célula das OGME — às 17.45, no CT da Ajuda.

● AGUALVA-CACÉM

Plenário de militantes para discussão do Tratado de Maastricht, com a participação do camarada João Amaral. No Centro de Trabalho, às 21.30.

Sábado, 18

● SESIMBRA

Reunião distrital de professores comunistas: no refeitório dos trabalhadores da Câmara Municipal, das 10 às 13 horas, seguindo-se almoço-convívio. Participa o camarada Edgar Correia.

● BARREIRO

Plenário de militantes da freguesia de Verde-

SOLIDARIEDADE COM CUBA

VIDEO
MÚSICA
POESIA

ENCONTRO - CONVÍVIO
24 JULHO .92 - 21 H.
CASA DO ALENTEJO
(Rua das Portas de St. Amador)

INICIATIVA DA ASSOCIAÇÃO DE AMIZADE PORTUGAL-CUBA
(Evocativa do Assalto ao Quartel de Moncada)

COM A PARTICIPAÇÃO DO SENHOR
GERMAN BLANCO
EMBAIXADOR DE CUBA EM PORTUGAL

Do Feijó a Mira d'Aire

Excursão promovida pela Comissão de Freguesia do Feijó

No dia 26 de Julho

Partida às 07.00 h. do Lg. do Triângulo

Inscrições:

Tel. 220 01 56 e 229 08 20 (após 20.00 h.)

rena, com a participação do camarada Jorge Gouveia Monteiro. No CT concelhio, a partir das 15.30.

● TIRES

Plenário de camaradas da LeGrand (ex-SIPE). Às 16.00, no Centro de Trabalho.

● PAREDE

Almoço-convívio no Centro de Trabalho.

Domingo, 19

● GUINCHO

Festa popular promovida pelas Comissões de Freguesia de Alcabideche, Cascais e Estoril. A partir das 11.00.

Terça, 21

● ALCABIDECHE

Reunião de militantes das empre-

sas de Alcabideche, para discussão da situação política e nas empresas. No Centro de Trabalho, às 18.30.

Quarta, 22

● ESTORIL

Plenário de militantes da freguesia — no Centro de Trabalho, às 21.00.

● LISBOA

Plenário das células do Grupo FNAC, com a participação do camarada João Amaral: a situação na Cooperativa e nas empresas do Grupo, preparação do XIV Congresso, Tratado de Maastricht. No CT de Alcântara, às 18.30.

Plenário do Sector Público da

ORL sobre as conclusões da última reunião do CC e preparação da Festa do "Avante!": às 18.30 no CT Vitória.

Reunião alargada do organismo de direcção do Sector da Saúde para discussão da política de saúde, com vista à preparação do XIV Congresso.

À sexta-feira
no Terraço

Noites do Vitória

Música ao vivo

esta semana:

Música portuguesa, irlandesa e galega por Sebastião Antunes



FESTA POPULAR

GUINCHO DOMINGO

19 JULHO

A PARTIR 11h.

participação de:

JOAQUIM JUDAS

COMITÉ CENTRAL DO P C P

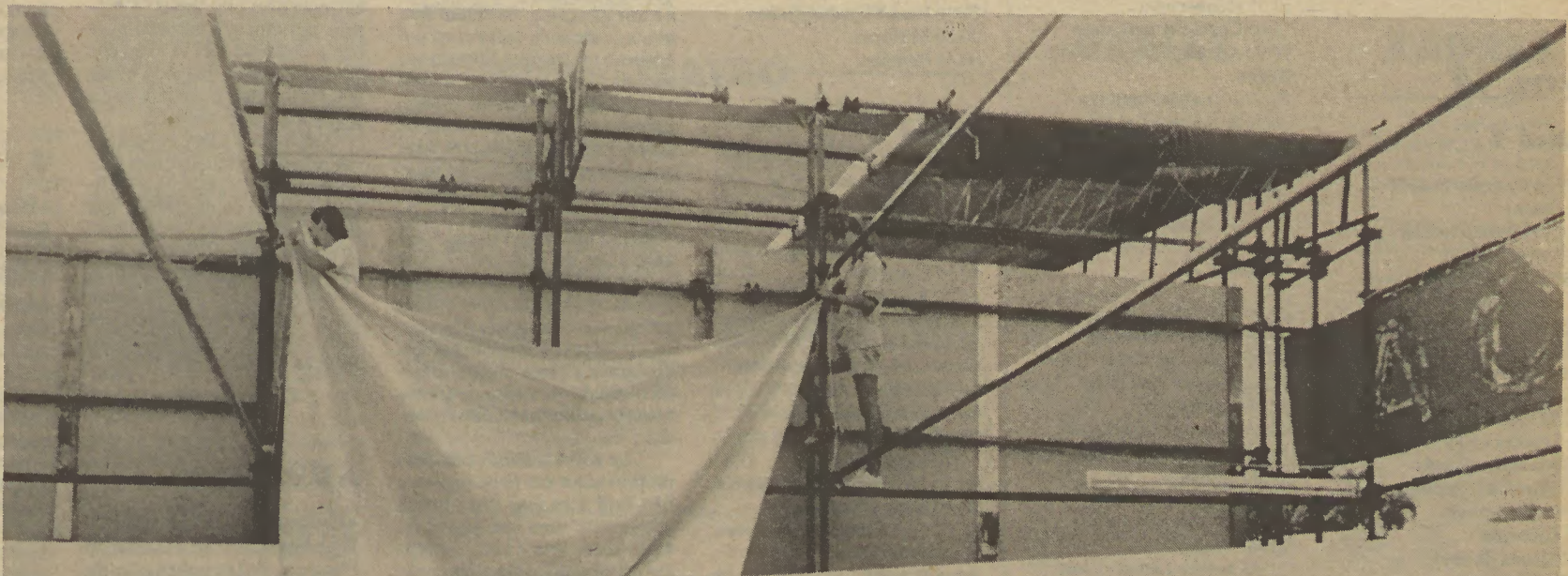
JOGOS POPULARES

CONVÍVIO BONS PETISCOS

MOMENTO DE FADO COM:

JOSÉ MARIA

A «Festa!» precisa de quem a faça



Avante!

Falta pouco mais de mês e meio para a «festa!». É necessário reforçar a participação de jovens e menos jovens nas Jornadas de Trabalho. Todos podem ajudar, são precisas muitas pessoas que, mesmo sem especialização, estejam aptas a dar o seu contributo para a construção de mais uma Festa do «Avante!». Também são necessários carpinteiros, pedreiros, montadores e outros profissionais de construção civil. Vamos lá ajudar!

Televisão

Quinta, 16

Canal 1

07.30 À Descoberta do 7º Continente
08.10 O Menino Doutor
09.35 Rua Sésamo
10.05 Deixem-nos Viver
11.30 Quem Ama não Mata
11.35 A Memória do Mundo
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Azimutes
14.00 Brinca Brincando
14.35 Do Fundo das Trevas (ver «Filmes na TV»)
16.10 Peter'se Pop Show
17.00 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.15 Desenhos Animados
20.30 Meu Bem, Meu Mal
21.35 Chefe, Mas Pouco
22.05 Dinastia
23.45 24 Horas
00.20 Remate
00.35 Bandidos da Falange

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Zona Perigosa
12.25 Curso de Alemão
12.40 Circo
13.05 Gerações
13.30 Agora, Escolha! (I)
15.05 Mary Tylor Moore Show
15.30 Recreio do 2
17.35 Em Busca de...
18.00 Francofolia
18.35 A Jóia da Coroa
19.40 Aventura do Conhecimento
20.10 Música no 2
21.00 Jornal das Nove
21.30 O Sr. Almaníaco
21.40 Lendas da Guitarra
22.25 Meia Volta, Volver
22.50 O Beijo do Assassino (ver «Filmes na TV»)

Sexta, 17

Canal 1

07.30 À Descoberta do 7º Continente
08.10 O Menino Doutor
09.35 Rua Sésamo
11.30 A Memória do Mundo
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Novos Exploradores
14.00 Brinca Brincando
14.35 Pânico no Estádio (ver «Filmes na TV»)
16.30 British Awards
17.00 Brinca Brincando
17.40 Rua Sésamo
18.15 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.15 Desenhos Animados
20.30 Meu Bem, Meu Mal
21.35 A Minha Terra (ver «Filmes na TV»)
23.15 Mamma Mia
23.40 24 Horas
00.15 Remate
00.40 O Vampiro Negro (ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Zorro
12.30 Curso de Francês
12.40 Circo
12.50 Gerações
13.30 Agora, Escolha!
15.05 Mary Tylor Moore Show
15.30 Recreio do 2
17.05 Burlescos
17.15 Grandes Desastres
17.50 Francofolia
18.25 A Jóia da Coroa
19.30 Pigmies
20.00 Como Nasce um Herói
21.00 Jornal das Nove
21.40 Marlenken
22.30 Riacho Doce
00.20 Rotações
01.10 Tudo Vai Bem
02.00 Golf (Open de Inglaterra)

Sábado, 18

Canal 1

08.00 À Mão de Semear
08.25 Canal Jovem
13.00 Notícias
13.15 Luta Livre Americana
14.00 A Esfera Ki
14.25 Marés Vivas
15.10 Whitney Houston
16.30 Sarilhos à Desfilada (ver «Filmes na TV»)
17.55 Através da União Soviética
18.45 O Irlandês
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
21.20 Desenhos Animados
21.35 Casa Cheia
22.20 Araponga
23.15 Confronto em Miami (ver «Filmes na TV»)
01.05 Contradições

Canal 2

09.00 Universidade Aberta
11.35 Fórum Musical (I)
13.00 Agarra o 2
14.15 Anna Karenina (ver «Filmes na TV»)
16.00 Estádio (I)
18.30 Jornal Fim-de-Semana
19.05 Eldorado
19.35 Tatoo Militar
21.00 Estádio (II)
23.30 Riacho Doce
01.10 As Teias da Lei

Domingo, 19

Canal 1

08.00 Canal Jovem
11.35 Missa
12.30 70 x 7
13.00 Notícias
13.15 O Clube dos Seis
13.45 Viagem ao Mundo da National Geographic
14.35 Top +
15.30 Um Bastardo na Alta Roda (ver «Filmes na TV»)
17.35 Hooperman
18.05 Carol Burnett Show
19.00 As 100 Vidas do Pirata Negro
20.00 Jornal de Domingo
20.50 Araponga
22.25 Domingo Desportivo
23.05 Penny & Teller
23.35 No Calor da Noite

Canal 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 O Desafio do Mar
10.55 Regiões Magazine
12.00 Agarra o 2
12.55 Anarquistas Graças a Deus
14.00 Troféu
19.05 Jerry Lee Lewis
19.30 Na Pista da Droga
21.00 Nós Dois
21.35 Artes e Letras - «José Carreras: My Barcelona»
22.30 O Sedutor Seduzido (ver «Filmes na TV»)
00.05 Tauromaquia

Segunda, 20

Canal 1

07.30 À Descoberta do 7º Continente
08.10 O Menino Doutor
09.35 Rua Sésamo
10.05 Deixem-nos Viver
10.30 Quem Ama Não Mata
11.30 A Memória do Mundo
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Um Oceano de Sonhos
14.00 Brinca Brincando
14.35 Tóto d'Arábia (ver «Filmes na TV»)
16.00 A Grande Corrida
17.00 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.10 Riviera
18.40 A Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.25 Meu Bem, Meu Mal

21.30 Jogos sem Fronteiras
23.25 A Guerra Privada de Cleo Spearfield
00.25 24 Horas
01.00 Remate
01.15 Separação (ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 O Homem da Carabina
12.25 Curso de Inglês
12.40 Austrália Selvagem
13.10 Gerações
13.30 Agora, Escolha! (I)
15.05 Mary Tylor Moore Show
15.30 Recreio do 2
16.40 O Cavalo de Fogo
17.00 A Trilogia Afegã
17.50 Francofolia
18.20 Rosa dos Rumos
19.20 Dramazine
19.50 O Brilho da Dança
21.00 Jornal das Nove
21.40 Falar Claro
22.40 Teatro - «O Último dos Marialvas»

Terça, 21

Canal 1

07.30 À Descoberta do 7º Continente
08.10 O Menino Doutor
09.35 Rua Sésamo
10.05 Deixem-nos Viver
10.30 Quem Ama Não Mata
11.30 A Memória do Mundo
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 O Futuro
14.00 Brinca Brincando
14.35 Primeira Matinée
16.10 A Grande Corrida
17.00 Brinca Brincando
17.40 Rua Sésamo
18.10 Riviera
19.30 Telejornal
20.30 Meu Bem, Meu Mal
21.40 Jogo Limpo
22.35 Primeira Página
23.40 Uma Vida dos Diabos
00.10 24 Horas
00.45 Remate

Canal 2

09.00 Videotexto
12.05 Zona de Perigo
12.20 Curso de Alemão
12.40 Austrália Selvagem
12.55 Gerações
13.30 Agora Escolha!
15.05 Mary Tylor Moore Show
15.30 Recreio do 2
17.00 O Livro dos Recordes
17.30 Tribunal de Júri
17.50 Francofolia
18.20 Rosa dos Rumos
19.20 Cinemazine
19.50 A Caminho de Barcelona
21.00 Jornal das Nove
21.40 Os Tarados de Sherwood
22.10 Concerto
00.10 Pop Off

Quarta, 22

Canal 1

07.30 Férias no Mar
08.10 O Menino Doutor
09.35 Rua Sésamo
10.05 Deixem-nos Viver
10.30 Quem Ama Não Mata
11.30 A Memória do Mundo
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Paragem no Tempo
14.00 Brinca, Brincando
14.35 O Pirata Escarlata (ver «Filmes na TV»)
16.15 A Grande Corrida
17.15 Brinca Brincando
17.45 Rua Sésamo
18.15 Riviera
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.20 Desenhos Animados
20.25 Meu Bem, Meu Mal
21.20 Vamos Jogar no Totobola
21.35 Saber de Mais é Perigoso (ver «Filmes na TV»)

24.00 24 Horas
00.25 Remate

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 2020 - Polícias em Acção

12.25 Curso de Francês
12.35 Austrália Selvagem
12.50 Gerações
13.15 Agora, Escolha!
15.05 Mary Tylor Moore Show
15.30 Recreio do 2
16.45 O Caminho das Estrelas
17.35 Design

18.00 Francofolia
18.30 Rosa dos Rumos
19.35 Uma Questão de Palavras
20.00 O Homem e a Música
21.00 Jornal das Nove
21.40 Corrida de Touros
23.10 Sinais do Tempo
24.00 Cassidy

Filmes na TV

Do Fundo das Trevas

«Out of the Darkness» (EUA/1985). Realização de Judy Taylor. Interpretação de Martin Sheen, Hector Elizondo, Mat Clark, Jennifer Salt. Cor, 94 minutos.

Uma história policial baseada no trabalho de investigação de um agente nova-iorquino pela localização e captura de um perigoso psicopata. Inspirada num caso verídico de grande impacto público, é uma produção para televisão, cuidada, bem contada e bem representada como é hábito em tudo o que se faz sob a égide de Martin Sheen, principal intérprete e animador do projecto.

Quinta, 14.35, Canal 1

O Beijo do Assassino

«The Killer's Kiss» (EUA/1955). Produção e realização de Stanley Kubrick. Interpretação de Frank Silvera, Jamie Smith, Irene Kane, Jerry Jarret. P/B, 64 minutos.

É uma preciosidade oferecida pela RTP aos cinéfilos e uma curiosidade para todos, esta segunda longa-metragem de Kubrick, inédita em Portugal. Diferentemente do que foi depois prática do autor, é um pequeno filme de uma hora (a história "negra" de um pugilista que se apaixonou pela namorada de um gangster, de quem tem que a proteger), feito com um pequeno orçamento, filmado nas ruas de Nova Iorque em escassas semanas, mas, como sempre, minuciosamente montado pelo próprio Kubrick (que é também autor do argumento e da fotografia) ao longo de dez meses. Realizado 13 anos antes de "2001 - Odisseia no Espaço" e 5 anos antes de "Spartacus", nele se indicia já, segundo as referências, designadamente o rigor narrativo e a harmonia dos vários elementos fílmicos que alicerçaram a força do segundo - ou o talento para criar os efeitos visuais deslumbrantes do segundo.

"The Killer's Kiss", tido pelo próprio autor em pouco apreço, não será nem uma obra-prima esquecida nem um ponto de equilíbrio, mas é com certeza um passo curioso no percurso deste "superdotado do cinema" que nem sempre soube gerir bem os seus talentos (pecha de superdotados, aliás...).

Quinta, 23.00, Canal 2

Pânico no Estádio

«Two Minute Warning» (EUA/1976). Realização de Larry Pearce. Interpretação de Charlton Heston, John Cassavetes, Martin Balsam, Beau Bridges, David Janssen, Gena Rowlands, Walter Pidgeon. Cor, 115 minutos.

Filmado em 1976, «Pânico no Estádio» é um dos mais conseguidos exemplos do filme-catóstrofe que por essa época teve o seu apogeu. A história centra-se numa situação que fez igualmente a sua erupção na sociedade americana nos finais da década de 60, não a abandonando até aos dias de hoje: os serial killers, o assassino psicopata que comete sucessivos crimes.

O eixo da narrativa do filme é bem encontrado: um atirador



Jessica Lange

esconde-se num prédio fronteiro a um estádio cheio para assistir a um decisivo jogo e prepara-se para iniciar a sua chacina. A polícia que tenta desalojá-lo enfrenta dois problemas: o próprio atirador e o esforço para que a multidão não se aperceba do que se passa, tentando evitar um pânico mais mortífero que a própria acção do atirador.

O realizador Larry Pearce fez um excelente trabalho não apenas com as movediças e complexas cenas de multidão, mas também na criação do ambiente de tensão da acção policial, servido por um leque de actores em que sobressaem nomes como John Cassavetes, Charlton Heston, Walter Pidgeon, Beau Bridges, Gena Rowlands, etc.

Sexta, 14.35, Canal 1

A Minha Terra

«Country» (EUA/1984). Realização de Richard Pearce. Interpretação de Jessica Lange, Sam Shepard, Wilford Brimley, Matt Clark. Cor, 105 minutos.

«A Minha Terra» é um filme a não perder por variadíssimos motivos. Temos, em primeiro lugar, o tema: um jovem casal de agricultores vê-se - como dezenas dos seus vizinhos - em risco de ser desalojado da sua terra por uma directiva governamental que os expulsa devido às dívidas. À memória ocorrem imediatamente «As Vinhas da Ira» e, na verdade, estamos na mesma área temática: o dramático processo de concentração da terra nos EUA com um infundo cortejo de injustiças, tragédias, violências e também resistência.

Lado a lado com as lutas do movimento operário e sindical, os problemas dos camponeses expulsos das suas terras ocupa grande parte do cancionero popular americano e em que se inclui o histórico «Pretty Boy Floyd» de Woody Guthrie: «nunca vi um outlaw expulsar uma família da sua casa».

Depois do tema temos uma realização segura de um homem vindo do documentário e ligado

à temática rural, o que lhe concede uma concisão de linguagem que é uma das grandes seduções da película.

Finalmente, interpretações de luxo: Sam Shepard e Jessica Lange que é, com o realizador Richard Pearce, co-produtora do filme.

Sexta, 21.35, Canal 1

O Vampiro Negro

«Blacula» (EUA/1972). Realização de William Crain. Interpretação de William Marshall, Voneta McGee, Denise Nichols. Cor, 89 minutos.

O filme poderia ser apenas mais uma das inúmeras glosas do mito dos vampiros e do conde Drácula, que conta com resultados tão bem conseguidos como «Por Favor Não Me Morda o Pescoço» ou «O Filho de Drácula». Desse ponto de vista, é uma comédia negra bem agarrada, bem contada e excelentemente interpretada.

Mas «O Vampiro Negro» é mais qualquer coisa. O enredo situa uma reencarnação do conde Drácula na década de 70, em plena Califórnia, onde encontra igualmente reencarnada a mulher que foi a sua medíval paixão. Só que esta reencarnação deu um Drácula... negro! E aqui a comédia passa a ter uma componente satírica e crítica bem mais profunda, ao glosar as mitologias racistas que percorrem o puritanismo americano sobre os negros, as suas capacidades sexuais, a sua lascívia transbordante, etc.

Sexta, 00.45, Canal 1

Anna Karenina

«Anna Karenina» (EUA/1935). Realização de Clarence Brown. Interpretação de Greta Garbo, Fredric March, Freddie Bartholomew, Maureen O'Sullivan. P/B, 92 minutos.

De vários pontos de vista, um grande clássico.

Cinema

	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Até ao Fim do Mundo	★★	—	★★
B Batman Regressa	★★★★	—	★★★
C Desejos Finais	★★	—	★★★
D Mentos que Brilham	★★★	—	★★★★
E Os Últimos Dias do Paraíso	★★	—	★★
F Os Reis do Mambo	★★	—	—

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Wim Wenders — King Triplex/1 (13.00, 15.45, 18.45, 21.45) — Lisboa.
- B — Real. Tim Burton — Alfa/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Amoreiras/1 (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 24.00), Fonte Nova/2 (14.15, 16.30, 18.45, 21.15), Mundial/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), São Jorge/1 (15.30, 18.30, 21.45), Star (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- C — Real. Phil Joanou — Amoreiras/4 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — Lisboa.
- D — Real. Jodie Foster — Fonte Nova/1 (14.45, 17.00, 19.15, 21.45), Mundial/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45), São Jorge/2 (14.30, 16.45, 19.15, 21.45) — Lisboa.
- E — Real. John McTiernan — Amoreiras/9 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15) — Lisboa.
- F — Real. Ame Glimcher — Quarteto/3 (14.30, 17.00, 19.30, 22.00, 24.00) — Lisboa.

«Anna Karenina» é uma das películas que mais contribuiu para o mito Garbo: apoiada no enorme talento e segurança de Fredric March e em profissionais como Maureen O'Sullivan, Basil Rathbone, Phoebe Foster e outros, Greta Garbo pôde surgir na fotografia de William Daniels com a aura deslumbrante que lhe concedeu uma fama que resistiu a todas as erosões.

Por outro lado, a película constitui uma das mais conseguidas adaptações de um grande clássico da literatura: Clarence Brown contou com um excelente guião de Clemence Dane e Salka Viertel, mas a sua direcção é essencial na recriação do ambiente do romance original de Tolstói, das suas tensões humanas, do seu retrato do povo e da terra russa.

Finalmente, com quase 60 anos, «Ana Karenina» continua a ser um excelente exemplo da importância dos produtores na criação cinematográfica e um dos melhores trabalhos de David Selznick.

Sábado, 14.20, Canal 2

Sarilhos à Desfilada

«Miracles» (EUA/1986). Realização de Jim Kouf. Interpretação de Tom Conti, Terri Garr, Paul Rodriguez, Christopher Lloyd. Cor, 83 minutos.

Com um daqueles títulos portugueses que colocam a inquietante dúvida sobre de que mente eles saem, «Sarilhos à Desfilada» é, para alegria dos telespectadores, bastante melhor do que o rótulo que lhe colaram. Um casal nova-iorquino divorciado, atravessa os Estados Unidos numa série de precalços e acidentes que envolvem raptos, desastres de automóvel e de avião e mais uma infundável série de precalços, até que acabam a casar de novo no México. Bem realizado, bem interpretado, são 83 minutos de razoável boa disposição.

Sábado, 16.30, Canal 1

Confronto em Miami

«In the Line of Duty: the FBI Murders» (EUA/1988). Realização de Dick Lowry. Interpretação de Ronny Cox, David Soul, Michael Gross. Cor, 91 minutos.

Rezam as crónicas que este telefilme constituiu um estrondoso êxito quando da sua estreia nos Estados Unidos. Para tanto terá contribuído o basear-se na história verdadeira (que, aliás, segue a par e passo) da captura de dois assassinos de bancos realizada pelo FBI em Miami e que deu origem, pela desesperada resistência dos criminosos, a uma das mais violentas batalhas da história da polícia norte-americana. Ocorrido em 1986, dois anos apenas antes das filmagens, o episódio causou grande celeuma que contribuiu naturalmente para o interesse que rodeou «Confronto em Miami». Realizado com rigor por Dick Lowry, o filme conta com excelentes interpretações, entre as quais se destacam as de M. Gross e David Soul no papel dos dois fugitivos.

Sábado, 23.20, Canal 1

Um Bastardo na Alta Roda

«The Ugly Dachund» (EUA/1965). Realização de Norman Tokar. Interpretação de Dean Jones, Suzanne Pleshette, Charlie Ruggles. Cor, 89 minutos.

Receita infalível: um cão Dachund, um cãozarrão Grand Danois, mais alguns cachorros sortidos - e Walt Disney Productions. Não tem que saber... Aventuras e desventuras de um casal e dos seus cães, com

ternura qb, bastantes gargalhadas, alguns sorrisos e happy end a preceito.

Domingo, 15.30, Canal 1

O Sedutor Seduzido

«Je Vais Craquer» (Fr/1980). Realização de François Leterrier. Interpretação de Christian Clavier, Nathalie Baye, Maureen Kerwin. Cor, 86 minutos.

«Je Vais Craquer» apresenta à partida uma característica peculiar: trata-se da adaptação cinematográfica de um autor de banda desenhada que fez furor em França há dezena e meia de anos, Gérard Lauzier.

Com um traço peculiar, oscilando entre a caricatura e a BD, Lauzier produziu vários álbuns para adultos sobre a alta sociedade parisiense do final do período gaullista de uma mordacidade e uma violência pouco comuns, entre os quais se destaca o que deu origem à película «La Course du Rat» (já editado em Portugal). Os negócios, os tiques, os luxos, as hipocrisias, a subversão na alcova de morais pregadas na rua, tudo isso aparece nas histórias que marcaram um momento significativo da BD franco-belga.

Quase se pode dizer que François Leterrier não teve muito trabalho para transpor para cinema histórias nascidas com uma linguagem já desenvolvida com um ritmo e uma concisão que por vezes talvez sejam mesmo mais conseguidas pela BD original. Por outro lado, o pendor cómico e caricatural do filme é por vezes bem mais ligeiro do que os contudentes e amargos retratos de Lauzier.

Domingo, 23.35, Canal 2

Totó d'Arábia

«Totó D'Arabia» (It-Esp/1965). Realização de Jose Antonio Della Loma. Interpretação de Totó, Georges Rigaud, Fernando Sancho. Cor, 87 minutos.

Desta vez, Totó é um misto de Lawrence da Arábia e James Bond em inesperada missão de salvaguarda dos interesses britânicos no petróleo do Kuwait, num argumento e peripécias feitos à medida dos talentos do grande actor italiano.

Segunda, 14.35, Canal 1

Separação

«Hide in Plain Sight» (EUA/1980). Realização de James Caan. Interpretação de James Caan, Jill Eikenberry, Robert Viharo, Joe Grifasi. Cor, 98 minutos.

Trata-se da estreia como realizador de James Caan: uma obra inteligente e sensível, como foi classificada na altura. É outro dos filmes da semana inspirado num caso verídico, o de um operário que se separa da mulher e empreende uma longa e aventureira busca pela recuperação dos filhos.

Segunda, 01.15, Canal 1

O Pirata Escarlate

«Swasbuckler» (EUA/1976). Realização de James Goldstone. Interpretação de Robert Shaw, James Earl Jones, Peter Boyle, Genevieve Bujold, Beau Bridges, Angelica Huston. Cor, 97 minutos.

Uma gand'aventura localizada na Jamaica, no início do século XVIII, quando o governador era um tal lord despótico e sanguinário e um pirata cora-

joso lhe fazia frente. Como se vê, entre os actores secundários há um lote apreciável de estrelas...

Quarta, 14.35, Canal 1

Saber de Mais é Perigoso

«Bellman & True» (GBR/1987). Realização de Richard Loncraine. Interpretação de Bernard Hill, Derek Newark, Richards Hope. Cor, 118 minutos.

Um tema muito actual, o da violação de sistemas informáticos com objectivos criminosos, nesta história de um engenheiro que, despedido, vende o código de acesso à ficha confidencial da empresa num banco de Londres. Um thriller com a boa qualidade normal das produções britânicas de série.

Quarta, 21.35, Canal 1

TEATRO

TEATRO DA MALAPOSTA

Rua de Angola, Olival Basto (à Calçada de Carriche). Tel. 9373299. ONDE ESTÁ A MÚSICA, de Costa Ferreira, encenação de Rui Mendes (de 17 a 31/7).

PALCO ORIENTAL

Calç. Duque de Lafões, 76, ao Beato, 6.º, sáb. e dom. às 22.00. MA CBETH, de Shakespeare, adaptação e encenação de Pedro Wilson (até 26/7).

TEATRO DA GRAÇA

Trav. de S. Vicente, 11. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. A GAIVOTA, de Anton Tchekov, encenação de Gastão Cruz (até 26/7).

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Rossio. Tel. 3472246. De 3.ª a sáb. às 20.30, dom. às 16. PASSA POR MIM NO ROSSIO, texto e encenação de Filipe La Féria (até 31/7).

4 a 18 de Julho de Festa92 Escola D. António da Costa Almada

Organização: CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA e COMPANHIA DE TEATRO DE ALMADA

16, às 18.30h	SEEFARAD (T.M.)	Inst. do Teatro del Mediterraneo, Madrid
16, às 22.30h	AS MÁSCARAS	Teatro de Gosto. R. Janeiro, Brazil
17, às 18.30h	PARAÍSO ROTO (T.M.)	Inst. do Teatro del Mediterraneo, Madrid
17, às 22.00h	CAPÉ ACÚSTICO (C.T.)	Metartilo. S.º de Compostela, Espanha
17, às 22.30h	CONHECE A VIA LÁCTEA?	Selva Trupe, Porto
18, às 15.30h	YERMA (C.T.)	Teatro do Papel, C. da Caparica
18, às 18.00h	LA MUSICA II (T.M.)	C. do Teatro de Almada, Almada
18, às 22.15h	NÁPOLES MILIONÁRIA!	C. Teatral de Chiado, Lisboa

(C.T.) - Casinó de Trafaria (T.M.) - Teatro Municipal de Almada

Tempo

Continuação de tempo quente, com céu limpo ou pouco nublado e vento fraco. (Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)



PALAVRAS CRUZADAS

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1															
2															
3															
4															
5															
6															
7															
8															
9															
10															
11															
12															
13															

HORIZONTAIS 1 — Península do México; cidade turca; 2 — fechar as asas para descer mais depressa; ementa; numeral (pl.); 3 — despachar; decifrar; deusa da justiça; 4 — entradas de portos; galanteio; 5 — a primeira mulher; composições poéticas de 14 versos (pl.); prep.; 6 — caminhava; falsos; sudável; 7 — assentimento; um milho; possuir; 8 — pagamentos; tiram a vista; 9 — Bário (simb.); camareiras; padre budista tibetano; art. espanhol; 10 — remoinho de água; um dos continentes; nome da mãe da Virgem Maria; 11 — banheira; coragem; proceder; 12 — ama apaixonadamente; patrão; sacuda; 13 — pessoas muito parecidas com outras; ocarinos.

VERTICAIS 1 — Nome de mulher (pl.); género de calçado; 2 — vociferava; descorado; 3 — tómbola; com saúde; aniversário natalício; 4 — lavar; capital da Letónia; dentro de Paris; 5 — chefe etíope; festa popular no dia 1 de Maio; a mesma quantidade (farm.); 6 — outra coisa; debaixo de; caruma; 7 — dialecto românico falado no Norte de França; também não; rio francês; 8 — uma das grandes regiões económicas da URSS; verseja; 9 — grupo terrorista basco (sigla); igual; lodo; 10 — apelido do 3.º governador geral do Brasil; articulações das falanges dos dedos; pedaço de louça; 11 — meias tascas; recheio; Actínio (simb.); 12 — o mesmo; invisual; falda; 13 — direcções dos navios; Rádio (simb.); escrava de Abraão e mãe de Ismael; 14 — militares nobres no Malabar; criança; 15 — mostram-se; deuses protectores do lar e família entre os romanos.

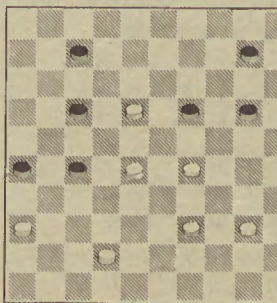
SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

HORIZONTAIS 1 — Injúria; insonsa; 2 — maura; baço; reis; 3 — oira; vara; davas; 4 — fê; fado; guia; 5 — dá; le; ás; a. C.; 6 — asso; Ural; ETA; 7 — mentirosas; amo; 8 — armo; Orão; Alá; 9 — sã; se; te; oc; 10 — bt; sopa; fato; 11 — três; sova; oiros; 12 — aiias; ceia; mala; 13 — marcada; sabores.

VERTICAIS 1 — Imo; demos; tam; 2 — naifa; abria; 3 — jure; anã; tear; 4 — ura; astro; sic; 5 — rã; sim; Sá; 6 — valorosos; 7 — abade; época; 8 — aro; uso; Ave; 9 — iça; arara; ais; 10 — nó; asa; aa; 11 — dual; Otão; 12 — orais; étimo; 13 — Neva; ema; orar; 14 — sia; atolo; olé; 15 — Asseca; acusas.

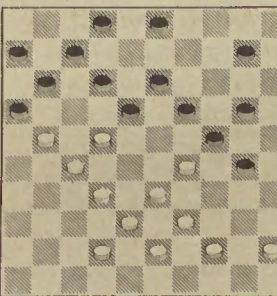
DAMAS

CCCLXIV
16 de Julho de 1992
PROPOSIÇÃO N.º 1992D057
Por: LOUIS COUTELAN — 1928
Pr.: [7]: 7-10-17-19-20-25-27
Br.: [7]: 18-28-29-36-39-40-42



Brancas jogam e ganham

PROPOSIÇÃO N.º 1992D058
Por: LOUIS COUTELAN — 1931
Pr.: [14]: 2-3-6-7-10-11-12-13-16-18-19-20-24-30
Br.: [12]: 21-22-27-29-32-33-38-39-42-43-44-45

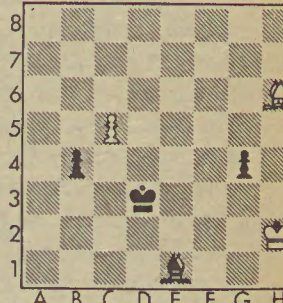


Brancas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CCCLXIV
N.º 1992D057 [L.C.]: 1. 28.23, (19x28); 2. 36-31, (26x48=D); 3. 29-231, (48x50); 4. 23x1=D, (50x12...); 5. 1x4+ N.º 1992D058 [L.C.]: 1. 22-17, (11x31); 2. 33-28, (24x22); 3. 42-37, (31x33); 4. 39x8, (16x40); 5. 45x1=D, (3x12); 6. 1x15+

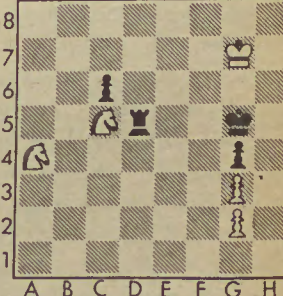
XADREZ

CCCLXIV
15 de Julho de 1992
PROPOSIÇÃO N.º 1992X057
Por: V & M. PLATON
Deutsche Schachzeitung, 1906
Pr.: [4]: Ps.b4, g4-B61-Rd3
Br.: [3]: Fçs-Bb6-Rh2



Brancas jogam e ganham

PROPOSIÇÃO N.º 1992X058
Por: J. KREJCIK
Tijdschrift voor Schakers, 1919
Pr.: [4]: Ps.c6, g4-Td5-Rg5
Br.: [5]: Ps.g2, g3-Cs.a4, Ç5-Rg7



Brancas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CCCLXIV
N.º 1992X057 [V. & M.P.]: 1. Ç6, b3; 2. Ç7, Bg3+; 3. R.b, b2; 4. Ç8-B Rg. N.º 1992X058 [J.K.]: 1. Çç3, Tç5; 2. C46+, Rh5; 3. Ca7!, Tç7+; 4. Rf8, Tç6; 5. Rf7, Tg6; 6. Cç8, Th6; 7. Cç6+, Rg5; 8. Cç6+, Rf5; 9. Cç7+ Rg5; 10. Cç4++

ÚLTIMAS

a talhe de FOICE

Cavaquices

Não se trata de mania da perseguição nem tão pouco de qualquer tendência masoquista. O facto é que o homem não pára de dizer coisas, qual delas mais surpreendente do que a anterior, como se apostado em justificar a capacidade de surpreender que se atribui a si próprio desde que, cumprindo o vulgar calendário da Comunidade, passou seis meses na presidência dos Doze.

Falamos, evidentemente, de Cavaco Silva. O mesmíssimo que a semana passada foi à televisão a uma pretensa entrevista, em mais um balanço da sua odisseia semestral. Os dois profissionais de serviço, quais estudantes temerosos perante o mestre-escola de outros tempos, esqueceram as regras elementares da profissão e deixaram que o presumível entrevistado se limitasse a utilizar o tempo disponível para a sua auto promoção. Uma tentativa - tímida - para falar dos 'dossiers' quentes que ficaram por aprovar foi prontamente admoestada e não se falou mais no assunto.

Assim, Cavaco disse o que quis, sem que ninguém o confrontasse com as suas próprias contradições. Disse, por exemplo, que o referendo é um luxo demasiado caro que custaria ao País milhares de contos, não passando pela cabeça do executivo realizá-lo só para dar prazer aos políticos, já que outra razão não vislumbra para tal consulta popular. Falou dos aduaneiros como se fossem inventores da burocracia, cuja única função nas últimas décadas foi pôr carimbos em papéis para seu supremo deleite e não menor desespero público, obviamente por sua (deles, aduaneiros) inteira iniciativa e nunca, mas nunca, por superiores ordens do Governo que se limitava a fazer o favor de arrecadar os milhares e milhares de contos cobrados.

Ainda no respeitante aos aduaneiros, os telespectadores puderam apreciar a desenvoltura como Cavaco demonstrou que para o seu executivo não há filhos e enteados, pelo que, a exemplo de outros sectores, à extinção dos postos de trabalho se oferece um miserável fundo de desemprego e façam favor de ir à vida... ou à morte, os senhores governantes não têm nada com isso. Fundos comunitários para a reconversão do sector? Cavaco passou ao lado e os entrevistadores (?) mudaram de assunto.

Mas as surpresas de Cavaco não se ficam por aqui. No domingo foi até ao Conselho Nacional do PSD dizer que já espera tudo do Presidente da República, até que "peça a inconstitucionalidade de fazer em Portugal a Expo'98". Num discurso centrado em Belém, Cavaco Silva, quicá na sua qualidade de dirigente partidário e de forma alguma na de primeiro-ministro, classificou de "obstrução sistemática e inadmissível" à actividade do Governo o envio de diplomas para o Tribunal Constitucional e garantiu não estarem os sociais-democratas dispostos a "admitir comportamentos" que os "impeçam ilegitimamente de cumprir o programa que os portugueses sufragaram".

De uma só penada, ficou-se a saber que o PR sufragado pelos portugueses não deve cumprir as funções que constitucionalmente lhe estão atribuídas, dado o PSD o considerar ilegítimo, e também que todas as iniciativas do PSD, incluindo despedimentos, revisão da lei da greve, lei da rolha da segurança social e quejandos merecem o aplauso popular, porque Cavaco o entende sufragado desde as últimas eleições.

Como diria Cavaco Silva, gastámos nós tanto dinheirinho nas eleições para se chegar a isto!

AF

Nota do Gabinete de Imprensa Ataques de Cavaco Silva ao Presidente da República põem em causa princípios do funcionamento democrático

1. As declarações contra a acção do Presidente da República, que segundo a generalidade da imprensa teriam sido proferidas por Cavaco Silva na última reunião do Conselho Nacional do PSD, revestem particular gravidade. Confirmam mais uma vez, que Cavaco Silva não se consegue adaptar ao funcionamento normal das instituições, onde a cada órgão de soberania compete intervir com a sua esfera de competências próprias.

Ao contestar que o Presidente da República faça uso do direito de veto ou de consulta prévia ao Tribunal Constitucional no processo de promulgação das leis oriundas da Assembleia da República ou do Governo,

Cavaco Silva põe em causa um dos princípios básicos que rege o exercício do poder político em democracia, como a entende a nossa Constituição da República.

As queixas que o Primeiro-Ministro formula a propósito, pretendendo apresentar-se como vítima de uma alegada "obstrução presidencial", e as ameaças que profere de prosseguir a guerrilha contra o Presidente, ilustram a inclinação de Cavaco Silva para os processos autoritários e pela política do "quero, posso e mando".

2. A confirmada guerrilha do PSD contra o Presidente da República é apenas uma parte do seu plano global de governamentalização de

todos os órgãos de soberania, das demais instituições e da vida política do país.

Neste plano, inserem-se nomeadamente: a subalternização da Assembleia da República, com a limitação dos seus poderes de fiscalização sobre a actuação do Governo e a redução das possibilidades de intervenção das oposições; as tentativas para pôr em causa a independência dos Tribunais e dos juízes, especialmente, com a alteração do Estatuto dos Magistrados do Ministério Público; as ingerências permanentes no Poder Local, onde o Governo pretende acentuar o peso da sua tutela ao mesmo tempo que provoca o estrangulamento financeiro das autarquias com

graves prejuízos para as populações.

3. O PCP salienta, por fim, que o normal funcionamento das instituições não é prejudicado pelo legítimo recurso ao Tribunal Constitucional por parte do Presidente da República para ajuizar da validade de acções do Governo ou da sua maioria parlamentar, mas na insistência por parte destes numa política que contraria permanentemente disposições essenciais da Lei Fundamental do país, que é a Constituição da República.

13 de Julho de 1992

O Gabinete de Imprensa do PCP

Grande Prémio para Saramago

No passado sábado realizou-se a cerimónia oficial de entrega do Grande Prémio do Romance e da Novela da Associação Portuguesa de Escritores (APE), que este ano galardoou o escritor José Saramago a propósito da sua obra "O Evangelho Segundo Jesus Cristo". O acto decorreu nas instalações da Torralta, em Tróia, Concelho de Grândola, tendo o Presidente da República, dr. Mário Soares, entregue pessoalmente o Prémio ao escritor.

A atribuição deste Prémio a José Saramago transporta um duplo prestígio: o primeiro, naturalmente intrínseco à qualidade da instituição que o promove e decidiu; o segundo, pela resposta que, em si, constituiu à intromissão inquisitória tentada pelo Governo de Cavaco Silva sobre a obra e o autor em questão. Referimo-nos - em suma e para não gastar mais cera com tão mau defunto - ao anátema que sobre "O Evangelho" pretendeu lançar o Governo por interposto subsecretário de Estado, desqualificando, na obscuridade do acto e do actor, não apenas um Executivo que se reclama da mais absoluta legitimidade, mas a própria essência do Estado democrático.

O autor, aliás, não deixaria de ironizar sobre o assunto durante a intervenção que proferiu na entrega do Prémio, recordando que "na lista das humanas criações" não se vê incluída a que "foi, sobretudo em passados tempos, o instrumento mais eficaz de domínio dos corpos e das almas": o "sistema judiciário resultante da invenção do pecado, sua divisão em



pecados veniais e pecados mortais, e consequente lista de punições, proibições e penitências".

José Manuel Mendes, presidente da direcção da APE, assinalou, na circunstância, o significado do protagonismo do Presidente da República na entrega do Prémio, a importância da Associação Portuguesa de Escritores,

"usufrutuária de um legado admirável de independência e prestígio" e as cordiais saudações a "José Saramago e os que, com os títulos a concurso, nos propiciaram distintas e interessadas leituras", enquanto o professor Salvato Trigo explanava especializadas considerações sobre a obra premiada.

Da intervenção do Presi-

dente da República, respigamos as seguintes passagens:

"A tentativa de instrumentalização, positiva ou negativa, de uma obra de arte não é própria das democracias, seja feita em nome de 'verdades oficiais' ou de juízos de quem detém o poder. A liberdade de criação e a independência dos criadores, contra qualquer tutela espúria, são princípios fundamentais que as sociedades modernas consagram e que justamente constituem nobres títulos de orgulho". E mais adiante, saudando "o espírito crítico e o inconformismo", afirmou: "Gostaria que entendessem esta saudação como um incentivo a que ousem discordar, pensar diferentemente, se for esse o caso, pôr em causa, agitar ideias, participar nas grandes controvérsias do nosso país e do Mundo, rasgando novos horizontes às gerações que despontam".

CGTP comenta «cedências»

As notícias postas a circular sobre um eventual abandono do Governo e do PSD de partes da proposta anteriormente divulgada de alteração da lei da greve procuram «dar a entender cedências às reivindicações dos trabalhadores, com o objectivo de os desmobilizar» - afirma a CGTP em comunicado datado de terça-feira. A central «reafirma que todo o articulado do projecto do PSD é inaceitável e por isso a Assembleia da República terá que rejeitá-lo na íntegra», isto porque «não há razões para a revisão da lei da greve».

A CGTP nota que «o Governo e o PSD sentem que é total o repúdio dos trabalhadores às tentativas de revisão da Lei da Greve» e sublinha que «os trabalhadores e os seus sindicatos não embarcam em manobras de diversão

e continuam a mobilizar-se para todas as lutas necessárias à derrota total dos projectos do PSD e CDS».

Manuel Carvalho da Silva, coordenador da CGTP, declarou à LUSA que, mesmo que as alegadas alterações ao texto do PSD sejam introduzidas, «mantêm-se outras que são lesivas do direito à greve», nomeadamente as que dizem respeito às limitações aos piquetes de greve e à atribuição ao Governo da fixação de serviços mínimos durante a greve. Para Carvalho da Silva, se as anunciadas alterações de facto se confirmarem hoje na Assembleia da República, são «um reflexo natural da constatação do protesto unânime dos trabalhadores face ao projecto social-democrata, que a CGTP continua a considerar inaceitável».